



Universidade Federal
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS MESTRADO
PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

JEANE NORONHA DO CARMO

**GÊNERO E EVASÃO ESCOLAR: IMPEDIMENTOS QUE MULHERES
ENFRENTAM PARA CONCLUIR OS ESTUDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS**

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**

JEANE NORONHA DO CARMO

**GÊNERO E EVASÃO ESCOLAR: IMPEDIMENTOS QUE MULHERES
ENFRENTAM PARA CONCLUIR OS ESTUDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade material pedagógico, apresentado ao Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Sociologia.

Linha de pesquisa: Juventude e
Questões Contemporâneas

Orientador: Prof.º Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota

**CAMPINA GRANDE – PB
2023**

C287g

Carmo, Jeane Noronha do.

Gênero e evasão escolar : impedimentos que mulheres enfrentam para concluir os estudos na Educação de Jovens e Adultos / Jeane Noronha do Carmo. - Campina Grande, 2023.

136 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota."

Referências.

1. Educação de Jovens e Adultos - EJA. 2. Relações de Gênero. 3. Educação. 4. Evasão Escolar. 5. Políticas Públicas. 6. Educação Básica. I. Villota, Maria de Jesus Izquierdo. II. Título.

CDU 316:374.7(043)

JEANE NORONHA DO CARMO

GÊNERO E EVASÃO ESCOLAR:

**IMPEDIMENTOS QUE MULHERES ENFRENTAM PARA
CONCLUIR OS ESTUDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS**

BANCA EXAMINADORA

Pref.^o Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota – Orientador (UFCG)

Prof.^a Dr.^a Danielly Nilin Gonçalves – Avaliador externo (UFC)

**Prof.^a Dr.^a Maria de Assunção Lima de Paulo – Avaliador interno
(UFCG)**

**Prof.^o Dr. Mário Henrique Guedes Ladosk – Avaliador interno
(UFCG)**

Campina Grande - PB

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DE DEFESA DE QUALIFICAÇÃO DE TCC.

Como parte das exigências para a concessão do grau de mestre, às 10 horas do dia 05 de julho de 2022, realizou-se a sessão de defesa de texto de qualificação da aluna JEANE NORONHA DO CARMO com o título: UM SONHO A SER ALCANÇADO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE AS DIFICULDADES QUE ALUNAS DA EJA TÊM PARA CONCLUIR OS ESTUDOS

Compunham a banca examinadora os(as) professores(as) doutores(as) JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO (Orientador) VILLOTA, MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY (Examinador Interno), MARIA DE ASSUNÇÃO LIMA DE PAULO (Examinadora Interna), DANYELLE NILIN GONÇALVES (Examinadora Externa). O candidato expôs oralmente a defesa via videoconferência, em seguida os membros da banca procederam à arguição. A banca examinadora, após discussão, comentários, críticas e sugestões ao texto de qualificação, decidiu pela APROVAÇÃO do trabalho. Foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da referida banca, pelo coordenador do curso, secretário e pelo aluno.

JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA
(Orientador)

JEANE NORONHA DO CARMO
(orientando (a))

MARIA DE ASSUNÇÃO LIMA DE PAULO
(Examinadora Interna)

DANYELLE NILIN GONÇALVES
(Examinadora Externa)

MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY
(Examinador Interno)

Campina Grande, 05/07/2022



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY, PROFESSOR, em 08/08/2023, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por MARIA DE ASSUNÇÃO LIMA DE PAULO, PROFESSOR, em 08/08/2023, às 18:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por JOSE MARIA DE JESUS IZQUIERDO VILLOTA, PROFESSOR, em 08/08/2023, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por Jeane Noronha do Carmo, Usuário Externo, em 09/08/2023, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por WELLSON NATHAN DA SILVA RIBEIRO, SECRETÁRIO (A), em 17/09/2023, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador 3673275 e o código CRC 0A280DE9.

AGRADECIMENTOS

“Ninguém chega a parte alguma só” (FREIRE, 2000, p. 17). Chegamos trazendo conosco o aprendizado, as marcas, os ensinamentos, as fraquezas, as quedas, os erros que ensinam, às vezes, melhor que os livros. Foi difícil chegar a esse momento da dissertação e não lembrar de todos aqueles que deram a mão, o ombro, o acolhimento, daqueles que não deram também.

Agradeço ao Criador do universo, sem Ele não existe vida. Depois da Covid-19, a morte ficou mais real, dormimos e acordamos com ela, e posso dizer com base em minha triste experiência que é cruel, muito cruel. Se eu consegui concluir esta pesquisa é porque a vida venceu. Internada duas vezes, com sintomas graves da Covid-19, no ano de 2021, na UTI do hospital Antônio Targino, em Campina Grande (PB), venci com a ajuda de Deus e dos anjos que cuidaram de mim.

Agradeço aos meus pais, Levy Padilha de Noronha (*in memoriam*) e Jeanete de Souza Noronha, sem eles nada teria iniciado, mas especialmente a minha mãe. Quantas vezes ela andou a pé, por alguns quilômetros em João Pessoa (PB), para economizar o dinheiro da passagem do ônibus, chegar onde eu estudava e comprar um lanche para mim. Obrigada minha mãe, por tudo.

À minha família, meu amor, Manoel Antônio, meu companheiro que tanto me incentivou, trilhou a “montanha” comigo, em tudo. Não tenho palavras adequadas para tanto carinho e a meus filhos, Laryssa e Mateus.

Aos professores, meus agradecimentos, especialmente ao Prof.º Jesus, meu orientador. Foram ricas suas dicas, a atenção, suas aulas, obrigada. A todos da banca, Prof.º Mário, Prof.ª Assunção e a Prof.ª Danielly, meu muito obrigada, aprendi muito com vocês. Aos amigos do mestrado Profsócio, meu carinho e respeito. Caminhamos juntos, mesmo sem se conhecer pessoalmente, mas participando das lutas e das alegrias também. A meus colegas de trabalho, especialmente ao professor Humberto Farias (biologia), quero dizer que seu trabalho, pesquisa e dedicação foi uma inspiração para mim. Muito obrigada a Auricélio (biologia), Grazy (inglês) e André (secretário). A minha amiga Fernanda, minha “anja”, meu sincero agradecimento por ter sofrido e se alegrado comigo. Tu és show! Obrigada a todas e todos!!!!

Dedico...

as minhas alunas e alunos da E. E. E. F. e EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra. Esta pesquisa diz muito sobre vocês, tudo foi pensado, planejado e executado para poder contribuir melhor com suas trajetórias. A vocês meu respeito e admiração!

RESUMO

Com o intuito de contribuir para que a escola seja um lugar de acolhimento para mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos -EJA- este trabalho tem como objetivo produzir material pedagógico (em formato de e-book) que possa auxiliar docentes na promoção de ações voltadas ao combate às causas de evasão escolar dessas mulheres. Para tanto, procuramos compreender as dificuldades que as estudantes da EJA da E. E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB), enfrentam para permanecer e concluir seus estudos. Para dar embasamento teórico a essa pesquisa, dialogamos com autores como Heilborn e Sorj (1999), Louro (2017), Saffioti, (1987), Bourdieu (2012), Hill Collins e Bilge (2021) e Judith Butler (2017), Paulo Freire (1996, 1897, 2000). Entre outros, nossa pesquisa visa responder os seguintes questionamentos: quais são as dificuldades que uma mulher enfrenta para chegar até a sala de aula? Essas dificuldades são diferentes das dos homens? Existe algum direito, garantido às mulheres, sendo negligenciado? Quais são os motivos que as fazem desistir (e se evadirem) da EJA, elas têm relação com políticas públicas? Como resultado, temos as análises e conceitos sociológicos que trazem luz sobre as questões analíticas de gênero, evasão escolar, violência doméstica e políticas públicas na modalidade de EJA da educação básica.

Palavras-chave: EJA, gênero, educação, evasão escolar.

ABSTRACT

In order to contribute to the school being a welcoming place for women students of Youth and Adult Education -EJA- this work aims to produce pedagogical material (in e-book format) that can help teachers in promoting actions aimed at combating the causes of school dropout of these women. Therefore, we try to understand the difficulties that the students of the EJA of E. E. E. F. and M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, in João Pessoa (PB), face to stay and complete their studies. To provide a theoretical basis for this research, we dialogued with authors such as Heilborn e Sorj (1999), Louro (2017), Saffioti, (1987), Bourdieu (2012), Hill Collins e Bilge (2021) e Judith Butler (2017), Paulo Freire (1996, 1897, 2000). Among others, our research aims to answer the following questions: what are the difficulties a woman faces to get to the classroom? Are these difficulties different from those of men? Is there any right, guaranteed to women, being neglected? What are the reasons that make them give up (and evade) EJA, are they related to public policies? As a result, we have sociological analyzes and concepts that shed light on the analytical issues of gender, school dropout, domestic violence and public policies in the EJA modality of basic education.

Keywords: EJA, gender, education, school dropout.

LISTA DE TABELA

Tabela 01- Número de matrículas das turmas do presencial	45
Tabela 02 - Atividades domésticas.....	69
Tabela 03 – Atividades domésticas	79
Tabela 04 – Motivo do afastamento da escola	82
Tabela 05 – Violência doméstica	85

QUADROS DEMONSTRATIVOS

Quadro 01 – Resultado do teste aplicado com os/as professores/as	28
Quadro 02 – Resultado do teste aplicado com as alunas	29
Quadro 03 - Escolas com curso Eja semipresencial na Paraíba.....	68
Quadro 04 - Informações gerais sobre o perfil das/os alunas/os do presencial e semipresencial	76
Quadro 05 - Os sonhos e expectativas das alunas em relação a educação	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Interseccionalidade	39
Figura 02 - Evasão e abandono escolar na educação básica	43
Quadro 03 - Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade	62
Figura 04 – Mapa de localização geográfica de João Pessoa/PB.....	63
Figura 05 - O trabalho doméstico	79

IMAGEM

1. Imagem 01 - Foto da Escola.....	60
2. Imagem 02 - Atendimento individual no semipresencial da Eja	67

GRÁFICO

Gráfico 01 – Anos de afastamento da escola	83
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica

OIT - Organização Internacional do Trabalho

SEECT - Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia

OMS - Organização Mundial da Saúde

EJATEC - Educação de Jovens e Adultos e Técnico

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. AS MULHERES DO EJA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	32
2.1 Os desafios da mulher para concluir os estudos escolares	32
2.2 Mulheres marcadas por uma vida precária	38
2.3 Evasão Escolar	41
2.4 O ensino de Sociologia na EJA e as discussões sobre gênero	46
3. PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO EJA	48
3.1 O que é a EJA	48
3.2 Análise sobre a educação de Eja na Paraíba	55
3.3 Paulo Freire	56
4. UMA TRAJETÒRIA DE PESQUISA E RESULTADOS	59
4.1 - Local da pesquisa	59
4.2 - Procedimentos Técnicos da Pesquisa	63
4.3 - A estrutura dos cursos semipresencial e presencial	64
5. TRILHANDO A “ESCALADA DA MONTANHA” COM AS ALUNAS DA EJA	72
5.1 Afazeres domésticos	78
5.2 Trabalhar fora do ambiente doméstico	81
5.3 Violência urbana e doméstica	85
5.4 Maternidade	87
5.5 Os sonhos: estudar, viver melhor, ser feliz	90
5.6 A educação é a possibilidade de mudança	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
E-BOOK	99
REFERÊNCIAS	122
ANEXO 1	133
ANEXO 2	136

INTRODUÇÃO

Na atualidade, as mulheres conquistaram direitos¹ e espaços profissionais jamais vistos por outras gerações. Mas, no caso das mulheres jovens e adultas estudantes da EJA, oriundas das classes populares, ainda prevalecem dificuldades para estudar e se qualificar visando a sua inserção no mercado de trabalho. Exerço a docência, na Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra², em João Pessoa (PB). Ministro a disciplina de sociologia na modalidade da EJA, desde o ano de 2012. Nessa trajetória profissional, percebi minha prática pedagógica sendo, o tempo todo, atravessada por uma realidade difícil que demandaria um olhar crítico para compreender porque a permanência das mulheres jovens e adultas na proposta da EJA, ainda, é obstaculizada por diversos fatores. Questões como, ciúmes por parte do companheiro, violência doméstica, trabalhar fora do ambiente doméstico, o zelo que demanda cuidar dos filhos, entre outros fatores, tornam a inserção e a permanência da mulher na EJA um grande desafio. Telles (2004, p. 669), fazendo referência ao filósofo italiano Norberto Bobbio, afirma que “a revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX”. Contudo, a partir da nossa experiência, em sala de aula, observamos que iniciar, cursar e concluir o ensino fundamental ou médio da educação básica, ainda, é uma tarefa difícil para muitas mulheres.

O interesse pelo tema se deu a partir dos projetos realizados, na escola, como exigência para os prêmios “Mestres da Educação” e “Escola de Valor” da Secretaria de Educação da Paraíba. O tema do primeiro prêmio foi “Maternidade e Escola” e o segundo “A Lei Maria da Penha”, dentre estes, fui contemplada e aprovada no primeiro,

¹ Sobre esses direitos e conquistas indicamos o panorama feito por MENDES, Gigliola et al. Resumo indicando as datas, acontecimentos e explanação dos eventos da primeira, segunda e terceira “onda” do Movimento Feminista no Brasil e no mundo. Fonte: MENDES, Gigliola, SILVA, Lucrécia e SOUZA, Marcos Francisco. (Orgs.). In. cap. II, cap. 1. p. 108 1 109. Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Amanda Kamanchek Lemos ... [et al] – Brasília: TJDFT, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download>.

² Localizada no bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, E.E.E.F.M.E.J.A. Professor Geraldo Lafayette Bezerra foi criado pelo Decreto nº 9.883, de 10 de junho de 1983 foi inaugurado em 11 de setembro de 1983.

em 2015. A gratificação, na execução dos projetos, foi perceber o quanto foi impactante para alunos e alunas a execução desses projetos, numa perspectiva sociológica. Nesse sentido, ouvimos relatos de alunas e de uma professora, que não conheciam e nunca tinham folheado a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, e não percebiam o quanto sofriam com relacionamentos abusivos por parte de seus companheiros. A maioria dessas mulheres ainda pensava que violência era apenas agressão física. Conseguimos, na época, por meio da DEAMS – *Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher*, material informativo, panfletos e exemplares da Lei Maria da Penha para distribuição na escola. A visita da Delegada Renata Matias à nossa escola, foi também um momento muito importante na execução desse projeto, porque alunas e alunos puderam tirar dúvidas quanto ao processo de denúncia e garantias de proteção à mulher que o Estado da Paraíba oferece.

Os conhecimentos acadêmicos, adquiridos, na minha graduação, e na especialização, que realizei na UFRN, foram o começo de uma formação que precisa, cada vez mais, de qualificação e aperfeiçoamento, que me desafia a desnaturalizar os fatos, a provocar nos alunos um pensamento crítico, a assumir a promoção da ciência, através da educação. Nesse aspecto, um Mestrado Profissional que tem como finalidade compreender e dialogar com a realidade social e escolar em que atuamos, é uma ferramenta metodológica de extrema necessidade e importância. O interesse pelo ProfSocio³ na UFCG e linha de pesquisa “Juventude e Questões Contemporâneas” se configura, em primeiro lugar, como um instrumento muito importante na formação e na capacitação dos professores que estão atuando na educação básica. Em segundo lugar, ajuda a compreender os problemas que fazem parte da realidade da juventude brasileira, em sala de aula. Outro momento importante para expansão de novos horizontes, para esta pesquisa, foram as aulas ministradas pelo professor Dr.º Jesus Izquierdo Villota do mestrado profissional ProfSocio (UFCG) na disciplina Sociologia da Família, Gênero e Gerações⁴ que serviram de excelente ocasião para aprofundar conceitos, conhecer novos autores, fortalecer as discussões sobre gênero com os colegas e o professor.

³ O ProfSocio é um Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional que congrega várias instituições de ensino do país (IES) que tem como objetivo principal contribuir com a formação dos docentes da Educação Básica em nível de pós-graduação. Fonte: APCN. PROFSOCIO/2018. Recife, 2017.

⁴ A disciplina foi ministrada de forma online através do Google Meet em 2021, durante a pandemia, sempre às sextas feiras, com alunos de diversos cursos como, direito, história, sociologia. Um dos

Sendo nossa proposta a produção de material pedagógico para reduzir a evasão escolar das mulheres estudantes da EJA, consideramos que, em certa medida, com nosso trabalho, estamos contribuindo para que a universalização da educação, no Brasil, torne-se uma realidade. Nesse sentido, percebemos que o Brasil não alcançou a meta de universalização do ensino, embora a lei garanta o acesso de todos. A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 205⁵ (BRASIL, 1988) garante o direito de acesso à educação para todos. A realidade das mulheres estudantes de EJA da E. E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB) onde realizamos nossa prática docente, é revestida de um conjunto de relações conflituosas que envolvem homens e mulheres, dificultando o acesso de muitas discentes à sala de aula e, conseqüentemente, a autonomia social e econômica. Em sintonia com essa percepção, nossa proposta de produzir material pedagógico visa contribuir com a redução do impacto que as estudantes da EJA enfrentam para permanecer e concluir seus estudos, bem como a relação com questões analíticas de gênero.

É muito comum, na escola citada, notar a presença de alunas com filhos no colo em sala de aula; outras amamentando; na sala de aula, constatamos que as mulheres devem levar seus filhos a tiracolo para escola, dado que os homens, seus parceiros se recusam “perder” o momento de lazer, em rodadas de conversa com amigos, na frente da televisão ou no celular. Segundo as estudantes, desculpas dos companheiros sempre existem para não cuidar dos filhos, a mais comum é o argumento que “cuidar dos filhos” é um papel pré-estabelecido às mulheres. Na tentativa de evitar obstaculizar a frequência da escola, as alunas relatam maus tratos por parte de seus esposos, espancamentos, calúnias, apropriação indevida de seus rendimentos mensais e imóveis, além de outras situações que envolvem o desprezo, humilhação, violências psicológicas e físicas, inclusive, presenciamos algumas dessas no ambiente escolar. Além destas dificuldades, as alunas apontam outras como, cuidar de um parente doente, trabalhar fora do ambiente doméstico, dificuldades nos estudos, além da violência urbana.

propósitos da mesma foi: com ênfase em autores contemporâneos, procurar-se-á discutir em torno das teorias e pesquisas produzidas em Sociologia da Família, Gênero e Gerações.

⁵ Art. 205. - § A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A convivência cotidiana com essas alunas suscitou em nós algumas perguntas: quais são as dificuldades que as mulheres enfrentam para chegar até a sala de aula? Essas dificuldades são diferentes das dos homens? Existe algum direito, garantido às mulheres, sendo negligenciado? Quais são os motivos que as fazem desistir e se evadir da escola e se elas têm relação com políticas públicas? Perguntas como essas nos desafiam a compreender como essas dificuldades se constituem em entraves para as mulheres iniciarem e concluírem seus estudos na EJA.

Inserida num modelo de cultura patriarcal e sexista, na atualidade, as mulheres herdaram sequelas de um passado, não distante, que ainda norteia suas vidas. O homem, figura central de poder e autoridade, neste sistema, tem toda estrutura familiar, incluindo filhos e mulher, debaixo de sua autoridade. Os papéis sociais construídos dentro de processos de socialização específicos, reproduzem-se de geração em geração. A escola, a família, a religião, a mídia, e a sociedade reforçam as ideias de hierarquização e poder de uns seres sobre os outros, desta forma, compreendemos quem somos e o que somos. Segundo Castells “os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e pela violência que tem sua origem na cultura e no patriarcalismo” (CASTELLS, 2001, p. 167). De acordo com o Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (2001)⁶, as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte dos trabalhos e dos rendimentos da família, isso as impede de ter acesso à educação.

Nas economias de subsistência, as mulheres efetuam a maior parte dos trabalhos e, em relação aos homens, trabalham durante mais tempo por dia e contribuem mais para o rendimento familiar. Esta disparidade de condições entre sexos é uma das primeiras causas da pobreza pois, sob diversas formas, impede que centenas de milhões de mulheres tenham acesso à educação, formação, serviços de saúde, às creches e a um estatuto jurídico que lhes permita escapar a este flagelo. (DELORS, 2001, p. 78)

Além das condições de vida precária que atinge a maior parte das mulheres pobres, observamos que elas também são atingidas por práticas de violência urbana, violência doméstica, do medo pela constante ameaça de serem estupradas ou assaltadas. Dialogando com nossas alunas, escutamos diversos depoimentos que nos remetem a esses tipos de práticas, as quais fazem parte do cotidiano das nossas alunas. Em sua

⁶ DELORS, Jacques de. “Educação: um tesouro a descobrir”, relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (2010).

maioria, são jovens e adultas que se dirigem à escola com o objetivo de alcançar seus sonhos. Estes fatores, geralmente, acabam provocando evasão escolar, fracasso e exclusão social. De acordo com o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020, América Latina e Caribe⁷,

As escolas devem ser seguras e acessíveis. Com frequência, a caminho até à escola, a arquitetura dos prédios e a estrutura de saneamento básico violam os princípios de acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade. Mais de um quarto das meninas de 11 países africanos, asiáticos e latino-americanos relataram que nunca ou raramente se sentiam seguras no caminho e na própria escola. (UNESCO, 2020, p.19)

Além disso, de acordo com o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020, América Latina e Caribe, a desigualdade ainda se apresenta como um grande empecilho para educação dos mais pobres.

Os sistemas escolares refletem as sociedades altamente desiguais em que estão situados. A América Latina e o Caribe continuam sendo a região mais desigual do mundo. Em 21 países, os 20% mais ricos têm, em média, 5 vezes mais probabilidade do que os 20% mais pobres de concluírem a educação secundária superior. (UNESCO, 2020, p. 02)

A UNESCO organização internacional aponta as dificuldades das mulheres em serem alfabetizadas no mundo. De acordo com Vieira e Cruz Informações do IBGE,

Dos 774 milhões de adultos analfabetos no mundo, cerca de 64% destes são mulheres, dado esse divulgado pelo Instituto de Estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 2013. Dos 123 milhões de analfabetos que estão entre 15 e 24 anos de idade, 76 milhões são mulheres. Isto evidencia que mesmo com o aumento de pessoas alfabetizadas no mundo, as mulheres ainda recebem menos educação do que os homens (VIEIRA, CRUZ, 2017, p. 49).

Na pesquisa realizada na escola entre os anos de 2020 a 2022, nas turmas do semipresencial, comprovamos que 50,95% dos alunos matriculados são homens e 49,05% são mulheres. Em outra pesquisa realizada por Farias (2015), na mesma escola, E. E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, apontou que, na Paraíba, existem números equilibrados de homens e mulheres que estudam na escola. As mulheres representavam 49% e os homens 51% das matrículas realizadas em 2014. Segundo o autor, “há uma situação de equilíbrio relativo ao gênero dos estudantes na ocupação do espaço dos cursos semipresenciais (FARIAS, 2015, p. 115). Essa ocupação de um

⁷ Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020, América Latina e Caribe: Inclusão e Educação: Todos, sem exceção. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375582>. Acesso em 08 abr. 2022.

espaço educativo em pé de igualdade com os homens, concluiu ele, mesmo que seja no campo da EJA, configura-se como a tentativa de esse grupo superar as barreiras sociais historicamente postas. Aferimos que essas condições de igualdade prevalecem na escola.

Nesta perspectiva, passamos a refletir sobre o analfabetismo como uma questão estruturante que afeta as camadas sociais mais baixas, principalmente as mulheres. De acordo com Patto (1997), reprovação e evasão são o fracasso escolar decorrente de uma estrutura do sistema de educação, marcados pelo preconceito e estereótipos que atinge diretamente os alunos mais pobres.

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares. (PATTO, p. 59, 1997)

A qualidade da educação parece ser um desafio perene, embora sua institucionalização tenha uma longa trajetória. A educação brasileira nasceu com a catequização dos índios, como resultado de um conjunto de interesses voltados para Portugal, inicialmente, direcionada para a catequese dos indígenas, norteadas por uma estrutura de valores católicos-cristãos, em 1549. As mulheres, no período colonial, eram educadas para atividades domésticas, de acordo com Machado (2012), apenas os homens tinham acesso à sala de aula que existia nas vilas e cidades na época do império. Nenhuma mulher tinha acesso à escola, de pele branca, negra, pobre ou rica, escrava ou indígena.

A primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil partiu de um indígena, que pediu ao padre Manoel de Nóbrega que ensinasse sua mulher a ler e a escrever. Os indígenas estranharam a diferença de oportunidades educacionais entre homens e mulheres, visto que estas eram consideradas companheiras (MACHADO, 2012, p. 3)

Não temos a intenção de fazer um exaustivo percurso nos acontecimentos que envolvem a educação brasileira, mas destacar alguns fatos que envolvem as mulheres. Como as mulheres chegaram à sala de aula? Por que depois de tantas conquistas, promulgação de direitos, as mulheres ainda têm dificuldade para estudar? A intenção do nosso trabalho é propositiva. A partir dos dados empíricos coletados em nossa pesquisa,

destacamos algumas dificuldades das mulheres para concluir seus estudos no EJA e sugerimos algumas estratégias para que os professores das instituições escolares possam contribuir com a conclusão dos estudos das mulheres que transitam por essas instituições.

O **objetivo geral** do nosso estudo é o de produzir material pedagógico que possa auxiliar os docentes na promoção de ações voltadas ao combate às causas de evasão escolar dessas mulheres. Para tanto, procuraremos compreender as dificuldades que as estudantes da EJA da E. E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB), enfrentam para permanecer e concluir seus estudos. Como **objetivos específicos** da pesquisa destacamos: (i) conhecer o percurso histórico dos estudantes da Eja, destacando as contribuições do educador Paulo Freire para a superação do analfabetismo no Brasil; (ii) identificar as dificuldades ainda estruturantes que impedem as alunas de permanecerem e concluírem o ensino médio; (iii) produzir um material pedagógico em formato digital de E-book para docentes e discentes.

Consideramos importante integrar, na promoção dos estudos da EJA, a categoria “gênero”⁸, uma categoria relacional que nos permite identificar limites sociais e estruturais impostos à mulher. Devido à consolidação dos estudos de gênero, a sociologia nos orienta a realizar nossos estudos nessa área de forma articulada. Como mulher, sei por experiência própria que os estudos de gênero estão intimamente ligados a outras divisões sociais que, por meio de processos de interação, produzem diferentes desigualdades e múltiplas formas de discriminação. A reflexão anterior me leva a verificar que a divisão construída, a partir do determinismo biológico do sexo, está interligada com categorias como raça e classe social, e essa tríade é melhor explicada pelo uso do conceito interseccionalidade. A busca por uma explicação para a correlação de classe, raça e gênero deu origem ao estudo e ao debate em torno da identificação da tríplice opressão que decorre desses marcadores sociais e que, evidentemente, seus efeitos podem ser percebidos com maior rigor na vida das mulheres.

Durante os anos que estive em sala de aula, tive a oportunidade de conviver com várias mulheres, com diferenças étnicas e de idade. No entanto, apesar dessas

⁸ Atualmente a temática de gênero tem sido alvo de investigação no legislativo. Alguns são a favor e outros contra. Desde 2013, no Brasil, uma série de projetos tramitam na câmara legislativa dos deputados federais para proibir as discussões sobre gênero e sexualidades, intitulados através de propaganda enganosa de “ideologia de gênero”, nos meios televisivos e redes sociais.

diferenças, essas mulheres compartilhavam a mesma condição de opressão: um modo de vida precária e o fardo do poder patriarcal. Devido a essa constatação, optei conscientemente por orientar meu estudo sem a mediação do conceito interseccionalidade. Sei que nos estudos de gênero, em especial as teóricas feministas, enfatizam a denúncia da opressão e subordinação sofrida pelas mulheres devido à sua condição de raça, de classe e de gênero. O debate em torno da articulação conceitual da categoria interseccionalidade é pertinente, porém, por alguns motivos não a adotamos para nosso estudo. Em primeiro lugar, o foco da nossa pesquisa foram as mulheres com quem tive a oportunidade de conviver na escola. De diferentes tonalidades de pele diferentes idades, os fardos mais pesados que condicionaram sua permanência na escola foram a pobreza e a dominação patriarcal. Em segundo lugar, dada a tarefa que nos propusemos, isto é, a produção de um material escolar, de um texto que possa contribuir para o combate à evasão escolar das alunas da EJA, procuramos dar prioridade à identificação das causas que tornam possível que muitas alunas adultas não concluam seus estudos. Como poderá observar-se, no e-book que produzimos procuramos identificar de forma clara e pontual essas causas. Em terceiro lugar, um estudo aprofundado, orientado pelas demandas teóricas da categoria interseccionalidade (raça, classe e gênero) exigiria um período de pesquisa mais longo. Mas, como sabemos, os estudantes do PROFISOCIO dispõem de dois anos para a realização da pesquisa e para a produção do material pedagógico. Nesses dois anos, o estudante deve pagar as disciplinas da grade curricular do curso e não pode afastar-se das atividades profissionais a serem executadas em sala de aula.

Integrar as temáticas, educação e gênero, permite uma análise mais adequada às questões de desigualdade de gênero. Nesse sentido, podemos afirmar que:

quando a área da educação se refere à EJA, o que se percebe então é a total ausência de estudos integrando as duas temáticas. Essa ausência, nos estudos sobre a alfabetização de mulheres adultas, sugere a necessidade da reflexão sobre duas situações apontadas uma, diz respeito aos limites sociais impostos à mulher e que inviabilizam a sua inserção e permanência escolar, e a outra se refere à insensibilidade dos poderes públicos e das organizações civis em relação às necessidades e determinações específicas das mulheres adultas analfabetas que procuram os cursos de alfabetização (ROSEMBERG, 1994, p.51).

Construímos nossa análise a partir das contribuições teóricas de Heilborn e Sorj (1999), Saffioti (1987), Bourdieu (2007, 2009), Judith Butler (2017) e Paulo Freire (1996, 2000). A literatura científica sobre os estudos de gênero se afirmou, no Brasil, no

campo das ciências sociais, a partir dos estudos realizados pelas feministas na década de 80.

Com o intuito de compreender a escola como reprodutora das desigualdades sociais e educacionais recorreremos a Sociologia da educação Pierre Bourdieu, segundo o autor o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2007, p. 41). Existem fatores que envolvem o capital cultural e realidades difíceis que são cumulativas impedindo o êxito dos estudantes das classes populares.

Segundo o parecer 11.2000 do CNE/CEB, os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁹ “não tiveram acesso à educação na idade própria” (BRASIL, 1996). Por algum motivo, homens e mulheres precisaram interromper seus estudos, dificultando assim o processo de aquisição de conhecimento, acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, autonomia econômica. A EJA se propõe, portanto, a uma função reparadora de um contexto histórico-social marcado pelas condições de negação da escola a negros, índios, trabalhadores braçais e mulheres. A inclusão das “mulheres” neste grupo de pessoas estigmatizadas e citadas no parecer 11.2000 do CNE/CEB, aparece apenas numa nota de rodapé deste documento que diz: “Também opor obstáculos ao acesso de mulheres à cultura letrada faz parte da tradição patriarcal e machista que, por longo tempo, preponderou entre muitas famílias no Brasil” (BRASIL, 2000, p. 6). Ainda na esteira dessa discussão, Nascimento vai dizer (2020):

Ao longo da História muitas pessoas (negros, mulheres, pobres) ficaram à margem da sociedade (sem direito a saúde, educação, segurança, etc). Mediante estas infrutíferas realidades, estes jovens e adultos buscam a EJA como solução para concluir a educação básica, e tentar lograr uma vaga no mercado de trabalho. Para tanto, o processo educacional da EJA não deve ser pautado apenas em concluir a educação básica, mas também promover uma educação reflexiva, crítica e emancipatória. (NASCIMENTO, 2020 p. 36)

Os estudantes da EJA formam um grupo heterogêneo de diferentes idades e situações econômicas e sociais, de acordo com Silva (2006, p.1) “adolescentes,

⁹ Segundo o parecer 11.2000 do CNE/CEB, Sob a diferenciação legal entre menores e maiores, a Lei n. 8.069/90 (ECA) em seu art. 2º considera, para efeitos desta lei, a pessoa até 12 anos incompletos como **criança** e aquela entre 12 e 18 anos como **adolescente**. Por esta Lei, a definição de **jovem** se dá a partir de 18 anos. A mesma lei reconhece a idade de 14 anos como uma faixa etária componente da adolescência, segundo o art. 64 e 65. A LDB, nos §§ 1º e 2º do art. 87, estabelece a idade de 7 anos e, facultativamente a de 6 anos, como as adequadas para a matrícula inicial no ensino fundamental estendendo-se, por consequência, até 14 anos, dado seu caráter obrigatório de 8 anos. A mesma Lei assinala a faixa etária própria da Educação Infantil que atinge as pessoas de 0 a 6 anos.

adultos/as, idosos/as, trabalhadores/as, desempregados/as, pessoas que vieram da zona rural, pessoas que vieram de periferias, e muito mais”. As mulheres são boa parte desse grupo, a pesquisa realizada pelo IBGE, em 2009, aponta para o seguinte:

Uma pesquisa realizada pelo IBGE, divulgada em 2009, constatou que 53% dos estudantes da EJA são mulheres. Essas mulheres possuem os mais variados perfis: diversas idades, origens e histórias de vida. São elas: mães, solteiras, avós, viúvas, casadas, trabalhadoras, responsáveis pelo lar, desempregadas, e daí por diante. Mas todas possuem algo em comum: o desejo de aprender, de estudar, mesmo com todos os desafios à frente. (VIEIRA, CRUZ, 2017. p. 45)

Os jovens e adultos da EJA são caracterizados pela desigualdade social, racial e questões de gênero. Desta forma recorremos também a interseccionalidade como ferramenta de análise que pode ampliar essa discussão compreendendo que pobreza, classe, raça, etnia estão imbricados e podem ser analisados a partir desta ideia. Predomina nesse grupo pesquisado, condições financeiras de difícil sobrevivência em decorrência do desemprego e trabalho informal. Segundo Arroyo (2006),

O público da EJA são jovens e adultos com uma história, com uma trajetória social, racial, territorial que tem que ser conhecida, para acertar com projetos que dêem conta de sua realidade e de sua condição. Sabemos muito pouco sobre a construção dessa juventude, desses jovens e adultos populares com trajetórias humanas cada vez mais precarizadas (ARROYO, 2006, p. 24).

O pesquisador Arroyo (2007) por ocasião da 67ª plenária do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, realizada na Faculdade de Educação da UFMG, fez um balanço das atividades voltadas para jovens adultos quando foi comemorado o 9º aniversário deste evento e fez a pergunta: “O que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?”. Segundo ele, “cada vez a juventude, os jovens e os adultos populares estão mais demarcados, segregados e estigmatizados” (ARROYO, 2007, p. 6).

A relevância dessa pesquisa, em face ao que foi exposto, nos instiga a continuar e lutar por uma escola mais inclusiva que considere as dificuldades ainda persistentes na vida das discentes. Segundo Palácios et al (2017), a mulher exerce diversos papéis na sociedade de mãe, esposa e profissional, mas ainda tem uma realidade desconhecida por outras mulheres, neste aspecto, o e-book poderá ser um instrumento pedagógico para o compartilhamento dessas informações. A educação é um mecanismo eficiente para o enfrentamento de qualquer tipo de preconceito. No 1º Congresso Brasileiro de Sociologia Florestan Fernandes deu-se destaque a relevância da sociologia na formação

dos jovens como uma forma de superar “técnicas de manipulação” que alienam os jovens (Fernandes, 1978). Desta forma, a sociologia pode contribuir com uma visão crítica da sociedade, o indivíduo pode se perceber como agente da violência ou vítima dela, formar sua própria ideia e romper com um círculo que se perpetua numa sociedade que, atualmente, tem se revelado ainda muito conservadora.

Como observado anteriormente, os obstáculos que as mulheres pobres encontram para realizar seus estudos são numerosos. O propósito da nossa pesquisa é produzir um material pedagógico que possa servir como subsídio para os docentes das escolas e contribuir com a redução da evasão escolar das mulheres estudantes da EJA. Entendemos a importância de docentes e discentes terem acesso à orientação para agir adequadamente, principalmente em situações de violência. Percebemos que falta material pedagógico para professores, principalmente para alunas, desta forma, o E-book poderá ser uma estratégia para alcançar esse objetivo.

Realizar um trabalho como o nosso, demanda adotar processos metodológicos que nos permitam coletar os dados necessários para nosso estudo. Por tanto, foi necessário a exploração qualitativa baseada na fundamentação teórica que norteará esta pesquisa. Conforme o grande educador brasileiro Paulo Freire dizia,

“não há docência verdadeira em cujo processo não se encontre a pesquisa como pergunta, como indagação, como curiosidade, criatividade, assim como não há pesquisa em cujo andamento necessariamente não se aprenda porque se conhece e não se ensina porque se aprende” (FREIRE, 2000, p.99).

Três momentos foram importantes para alcançar o objetivo proposto, a saber: revisão bibliográfica, aplicação dos questionários com questões semiestruturadas com alunas do presencial e semipresencial, seguidos de entrevistas com o diretor da escola e a produção do material pedagógico. Este material pedagógico, em formato de e-book, servirá como subsídio para professores e alunas. Segundo Carniel (2020) “materiais didáticos podem ser definidos como artefatos educacionais que são produzidos a partir da seleção, da montagem, da criação e da organização de determinados repertórios culturais para compor ferramentas pedagógicas” (CARNIEL, 2020, p. 217). Concordamos com o autor, quando afirma que independente do material que será usado na escola (físico, impresso, audiovisual ou digital), será uma forma de materializar as concepções de educação, da escola, dos docentes, do educando e do currículo. Podemos

ter em mãos um livro eletrônico, E-Book, que poderá ser lido em tablets, computadores, celulares e outros meios que facilitem a divulgação dessa pesquisa.

Toda pesquisa científica precisa de teorias, etapas e planejamento, por ser um procedimento “[...] formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS, 2003, p. 155). Durante esta pesquisa nos deparamos com algo inédito, o vírus SARS-COV-2, a Covid-19. A pandemia que rapidamente se espalhou pelo mundo todo, obrigou-nos a tomar novos rumos e decisões quanto ao que tínhamos nos programado. O desenho do instrumental adequado para a coleta de dados foi realizado na medida em que realizávamos nossa pesquisa. Situados na escola, como *lócus* de nossa pesquisa, começamos a realizar um trabalho de exploração bibliográfica, a entrevistar alunas e o gestor da instituição, aplicamos questionários a diversas pessoas que transitam pela escola, realizamos um diário de campo e, por fim, sistematizamos os dados para dá-los a conhecer em formato de e-book.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2019 a 2022. No processo de construção desse objeto, a exploração bibliográfica se tornou uma demanda constante. Voltamos nosso olhar para escola, para o microcosmo “sala de aula” e a partir dessa realidade começamos a fazer as leituras do material teórico que consideramos pertinente. As leituras afinaram nossa sensibilidade para captar as nuances das vivências das estudantes do EJA. Como diz Bortoni-Ricardo (2008), o objetivo da pesquisa qualitativa em sala de aula, em especial a etnografia, é o desvelamento do que está dentro da “caixa preta” (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 49). Estar inserido no contexto do fenômeno é perceber o que está “invisível” dentro de uma matriz social mais ampla. Nessa etapa de produção do conhecimento, é importante a postura metodológica de “professor pesquisador”, tornar sua prática pedagógica objeto de pesquisa e ao mesmo tempo aperfeiçoar-se nesse fazer científico.

O docente que consegue associar o trabalho de pesquisa ao seu fazer pedagógico, tornando-se um professor pesquisador de sua própria prática ou das práticas pedagógicas com as quais convive, estará no caminho de aperfeiçoar-se profissionalmente, desenvolvendo uma melhor compreensão de suas ações como mediador de conhecimentos e de seu processo interacional com os educandos. (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 33)

Esta pesquisa tem um caráter, portanto, qualitativo e exploratório. Para Triviños (1987, p.129), “a pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno como também sua essência.” A partir de uma análise teórica qualitativa, procuramos compreender a problemática da educação sobre a mulher, desnaturalizar o fenômeno a partir de uma construção histórica que cria estereótipos e, naturalmente, define a mulher como inferior, submissa e dependente. Compreendendo que “é tarefa da pesquisa qualitativa de sala de aula construir e aperfeiçoar teorias sobre a organização social e cognitiva da vida em sala de aula, que é o contexto, por excelência, para aprendizagem dos educandos” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 42).

Esta discussão é muito relevante atualmente, medidas do governo Jair Bolsonaro e ideologias conservadoras¹⁰ posicionam-se contra o ensino de gênero dentro das escolas. Ainda buscamos, desvendar o caráter ideológico dessas iniciativas que procuram reduzir e impedir a pesquisa e o ensino desse tema “gênero” em sala de aula.

Explorar a realidade não é uma tarefa fácil. Segundo Laraia (1986 apud, BENEDICT, 1972, p. 67) “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (LARAIA, 1986, p. 67). Para perceber melhor essas relações assimétricas de poder, seguiremos fazendo o exercício de estranhamento dos fatos, compreendendo que esse poder que diminui a mulher é complexo e multifacetado, disseminado. Portanto, mais difícil de analisá-lo, diz Louro (2017),

Para compreender como se constituem identidades e práticas sexuais e de gênero, bem como para perceber a “força” e eficiência de pedagogias culturais, provavelmente, será mais adequado pensar o poder como disseminado, multifacetado e produtivo, em vez de lidar com uma noção de poder centralizado, unidirecional ou meramente repressivo. (LOURO, 2017, p. 216)

¹⁰ Segundo FINCO, Daniela; SOUZA, Adalberto dos Santos; OLIVEIRA Nara Rejane Cruz de (Orgs.) houve um retrocesso quanto às políticas de Direitos Humanos no Brasil. Por exemplo, extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; a PEC 241/55 limita gastos em áreas como saúde e educação e mudança no Estatuto da Família e suspensão de acordos entre o Governo Federal e Estaduais com impactos importantes numa mudança em relação às questões de gênero na escola. FONTE: Educação e resistência escolar [recurso eletrônico]: gênero e diversidade na formação docente / organização Daniela Finco, Adalberto dos Santos Souza, Nara Rejane Cruz de Oliveira. - 1. ed;

Ed. São Paulo: Alameda, 2017. Disponível em: emfile:///C:/Users/Pc/Downloads/Educacao_e_resistencia_escolar_genero_e%20(1).pdf. Acesso em 12 de jan. de 2022

O trabalho de exploração bibliográfica nos ajudou a captar, de forma abstrata, diversos aspectos sobre a educação de adultos, mas era preciso levar a teoria para a realidade prática das mulheres que participam da EJA. Para tanto, realizamos entrevistas com algumas discentes do semipresencial (entrevista e questionário) e o diretor da escola, com as alunas do presencial aplicamos o questionário. Considerando que a entrevista “é um procedimento utilizado, na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (LAKATOS, 2003, p. 195). Optamos pela entrevista com questões semi-estruturadas porque “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p. 64).

Em entrevista com uma aluna do semipresencial (aplicamos também o questionário), no momento do atendimento¹¹, quando a pergunta foi direcionada para “os sonhos” que elas tinham em relação à educação, fui surpreendida não só com a resposta, mas, porque a aluna chorou muito quando detalhou qual era seu sonho. A pergunta do questionário dizia: “Em termos de educação, qual seu maior sonho?” Ela respondeu: “meu sonho é poder alfabetizar outras mulheres da minha igreja” (Diário de campo, 11 de abr. de 2022)¹². A aluna é uma líder religiosa em uma igreja evangélica de um bairro de João Pessoa, quer concluir o ensino médio, formar grupo de mulheres, cristãs idosas, para alfabetizá-las. Voltou a estudar depois de 22 anos, tem 34 anos, casou-se muito jovem, teve filhos quando tinha 12 anos. Quando a entrevistei estava matriculada no fundamental da Eja. Conseguimos uma coleção¹³ de livros para alfabetização de jovens e adultos que foram repassadas para que a aluna pudesse realizar seu sonho. Esta aluna, no início da pesquisa depois que as aulas presenciais foram retomadas (2022), mostrou que estávamos no caminho certo. Compreender os impedimentos que as mulheres enfrentam para estudar, era o alvo.

Os dados coletados sugeriram a necessidade de cruzar as informações adquiridas nas entrevistas com dados de ordem quantitativa. Nesse sentido, consideramos

¹¹ No capítulo IV explicamos melhor como funciona o sistema de atendimento da EJA.

¹² As impressões sobre essa conversa com a aluna, foram registradas no diário de campo.

¹³ SOUZA, Cassia Leslie Garcia de. *et al.* **É Bom aprender: alfabetização.** Educação de Jovens e Adultos. 1ª ed. - São Paulo: FTD, 2013 - (Coleção é bom aprender)

necessário aplicar um questionário. Em 19 de março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas por decreto oficial do governo da Paraíba¹⁴. No ano de 2021, aplicamos o questionário da pesquisa de forma virtual, mas apenas dois alunos responderam, usamos a coleta de dados através do formulário via *WhatsApp* e *Google Classroom*. A escolha do questionário eletrônico através do *Google forms*¹⁵, para coleta de dados, pareceu o mais indicado diante de uma circunstância atípica de pandemia que teve início no mundo em 2019, na China. Segundo Mota (2019), “a grande vantagem da utilização do *Google Forms* para a pesquisa, seja ela acadêmica ou de opinião, é a praticidade no processo de coleta das informações. O autor pode enviar para os respondentes via e-mail, ou através de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar”. (MOTA, 2019, p.373). Mas, como já explicado, a coleta *online* não deu certo.

Em 2022, o ano letivo teve início com aulas híbridas, entre os meses de fevereiro e março, a partir de abril as aulas foram 100% presenciais. Com foco no objetivo traçado para essa pesquisa, preparamos 30 questionários para serem distribuídos com os alunos do presencial, conforme o número de alunos que estão frequentando regularmente a escola, no turno da noite. Nas aulas que foram ministradas com as turmas do Ciclo V e VI do presencial¹⁶, conseguimos o retorno de 21 questionários respondidos, sempre procurando identificar os motivos da evasão das alunas e se esses motivos têm relação com o fato de ser mulher. Os alunos desistem da escola por que são homens? E as alunas, desistem, por quê?

Aplicamos os questionários com as turmas do presencial, ao todo foram 27 questionários, sendo 20 (vinte) mulheres e 7 (sete) homens¹⁷ e uma entrevista com o diretor da escola, com as alunas do semipresencial fizemos algumas entrevistas e aplicamos o questionário. No capítulo V, detalharemos as respostas das alunas e resultados dessa pesquisa.

¹⁴ No dia 13 de março de 2020, através do Decreto de nº 40.122, o sr. governador João Azevedo Lins Filho declarou estado de emergência na Paraíba, suspendendo as atividades presenciais nos órgãos públicos (PARAÍBA, Decreto nº 40.122, de 14 de mar. de 2020, Diário Oficial, João Pessoa, PB).

¹⁵ Segundo Mota, Janine da Silva (2019, p. 373) “o *Google Forms* pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas, nesse caso em especial para a coleta e análise de dados estatísticos, facilitando o processo de pesquisa”. Utilização do *Google Forms* Na Pesquisa Acadêmica. *Revista Humanidades e Inovação* v.6, n.12 - 2019 Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106/1117>.

¹⁶ No e-book disponibilizamos as fotos desses encontros com os alunos do presencial, Ciclo IV e V.

¹⁷ No capítulo V, explico melhor porque incluí os alunos (homens) do presencial na pesquisa.

Para detalhar e registrar os fatos ocorridos, durante esta pesquisa, optamos pelo diário de campo, no próprio computador, no qual foram anotadas as impressões de experiências que iam acontecendo no período delimitado para a coleta dos dados e posterior análise, algumas experiências anotadas foram fruto de observações, outras de experiências concretas. A experiência etnográfica é treinar olhar para tudo que vai acontecendo e ao mesmo tempo relacionar, os fatos, a explicações sociológicas que vão se confirmando e outras, não.

Tendo como objetivo central do nosso estudo a produção de material pedagógico, assumimos o desafio de configurar um E-book. A produção do E-book surgiu como fruto da necessidade de compartilhar tudo que tínhamos produzido, ou seja, a coleta dos dados, as entrevistas com as alunas, com o diretor e as sequências de aulas nas turmas do presencial dos Ciclos V e VI, democratizar o conhecimento produzido a partir das construções teóricas, das experiências das alunas, sobre a temática discutida nas aulas de sociologia, essa era a ideia. Sabemos que a tecnologia facilita essa comunicação de forma mais ágil e interativa, nos grupos de WhatsApp, Instagram, QR code e outros. A palavra ebook, escrita como e-book, significa *eletronic book*, livro eletrônico. Com esse acesso facilitado, pretendemos sensibilizar a comunidade acadêmica, professores da SEECT para redefinição de políticas públicas que atendam a comunidade escolar da Eja, principalmente as mulheres.

Esse e-book está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, apresentamos os conceitos discutidos, nesta pesquisa, sobre relações de gênero e evasão escolar, como estratégia para envolver a comunidade escolar nestas temáticas e provocar as discussões em torno das questões e causas da evasão escolar do corpo discente, especialmente das mulheres. Na segunda parte, apresentamos as dificuldades relatadas pelas alunas para estudar, com informações quanto ao acolhimento delas, em casos de violência doméstica e casas de apoio oferecidas pelo estado da Paraíba. Usamos o *design* com imagens, gráficos e ilustrações para facilitar o entendimento daquilo que queremos compartilhar e quebrar longos blocos de texto de forma que o leitor possa se identificar com a problemática, aqui discutida. E por fim, apresentamos sugestões de aulas para os professores, páginas do instagram, sites, músicas e filmes, como forma de facilitar a atividade pedagógica na escola.

O material pedagógico, produto final dessa pesquisa e apresentado na forma de e-book é, em certa medida, fruto de vivências em sala de aula por um longo período de quase uma década. Nesses anos de convivência com as alunas identifique diversos aspectos que obstaculizam a conclusão dos estudos das mulheres adultas que transitam pelo EJA. Contudo, o material aqui apresentado foi testado em 2023 na E. E. E. F. M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB), com os/as professores/as e alunas. Primeiramente distribuimos o e-book e os formulários¹⁸, nos grupos de WhatsApp, para apreciação e avaliação, compartilhamos também o QR code do e-book no mural da escola para que todos pudessem ter acesso. Dois formulários foram distribuídos, um para docentes e outro para alunas do presencial e semipresencial, para que todos pudessem contribuir e acrescentar algo mais. O objetivo era testar, em nossa escola, para que professores de outros estabelecimentos de ensino pudessem usar sem problemas. O resultado desta avaliação foi o seguinte

Quadro 01: resultado do teste aplicado com os professores

Docentes	
1. Teve alguma dificuldade de acessar o E-book: "Gênero e Evasão Escolar: impedimentos que mulheres enfrentam para concluir os estudos na Educação de Jovens e Adultos"?	100% Não
2. Você conhece o tema "gênero"? Já fez alguma leitura sobre essa área de conhecimento?	50% Sim conheço. Mas tenho pouca leitura no assunto 50% Sim, conheço bastante
3. Quanto ao conteúdo do e-book sobre "gênero"	75% Compreendi, pretendo aplicar em sala de aula 25% Compreendi, ficou claro
4. Quais pontos do e-book chamou mais sua atenção?	50% Como professores devem proceder em situações de violência 25% Fundamentação teórica 25% Todas

¹⁸ Link dos formulários. Para docentes:

<https://docs.google.com/forms/d/1Xs9XKQm6CbOILk1QmOldjUVbGqL1v9uMR6bYUaM7rGk/edit>

Para alunas.

https://docs.google.com/forms/d/14TeGaQj-X7UBSLMVC7pAYYBorzL_fsCorGCf8CVmuRo/edit

5. A sequência das aulas (plano de aula 1 e 2) foram claras: objetivos, conteúdo, estratégias? Acha que foram relevantes para abordar o tema em sala de aula?	100% Sim
6. Se respondeu a pergunta anterior "precisa melhorar", poderia dar alguma sugestão?	Sem resposta
7. Que pontos ou observações você acrescentaria ao E-book?	Sugiro a implementação de links que conduzisse, diretamente, o leitor ao contato direto com instituições que fomentasse o assunto do tema. O E-book nos faz refletir sobre uma temática bastante presente em sala de aula, muitas vezes esquecida no PPP e no planejamento escolar.
8. Você considera esse e-book um instrumento importante para auxiliar professores no combate a evasão escolar de mulheres na escola?	Sim, em absoluto. O e-book é fundamental para atrair atenção ao tema abordado, além de trazer importantes informações sobre os contatos e endereços úteis para denunciar agressores. No meu caso, já estou estudando uma possibilidade de trazer o tema para minhas aulas. Sim, visto que há um esclarecimento sobre a temática, além de sugestões sobre como desenvolvê-la em sala de aula. Sim, considero. Embora esse seja um problema bastante presente em nosso cotidiano, é recorrentemente invisibilizado. Expor a problemática e propor algumas possíveis soluções é excelente iniciativa.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas respostas dos docentes

Quadro 02: resultado do teste aplicado com as alunas

Alunas	
1. Você é aluna do presencial ou semipresencial?	80% semipresencial 20% presencial
2. Você teve dificuldade para acessar o E-book: "Gênero e Evasão Escolar: impedimentos que mulheres enfrentam para concluir os estudos na Educação de Jovens e Adultos"?	80% Não 20% Sim

3. Você conhece o tema “gênero”?	80% Sim conheço, mas tenho pouca leitura sobre o tema. 20% Não conheço, mas tenho interesse em saber.
4. Quanto ao conteúdo do e-book sobre "gênero"?	80% Compreendi muito bem 20% Não compreendi muito bem.
5. Quais pontos do e-book chamou mais sua atenção?	40% Todas 40% Dificuldades relatadas pelas alunas 20% Nenhuma
6. Você considera esse e-book um instrumento importante para combater a evasão escolar de mulheres na escola?	60% Sim 40% Talvez
7. Se você respondeu "talvez" na resposta anterior, poderia justificar sua resposta?	Acho q a escola falta um pouco de alegria não basta só ser escola falta uma banda marcial chama os alunos a participar sabe falta um pouco de afeto essas coisas.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas respostas das alunas

Compreendemos após a avaliação dos/das professores/as e alunas, com base nas respostas dos formulários que a comunidade escolar aprovou o produto final dessa pesquisa e ainda, para nossa satisfação, acrescentou sugestões valiosas para aplicação do mesmo em sala de aula.

Dividimos esta pesquisa em cinco capítulos. No primeiro capítulo, discutimos os conceitos gênero e evasão escolar, tomando como foco, a realidade das alunas da E. E. E. F. M. Eja Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB). Recorremos também a interseccionalidade como uma ferramenta analítica muito necessária para esta pesquisa. Abordamos o aporte teórico de sustentação dessa pesquisa com autores como, Heilborn e Sorj (1999), Louro (2017), Saffioti, (1987), Bourdieu (2012), Hill Collins e Bilge (2021) e Judith Butler (2017), Paulo Freire (1996, 1897, 2000). No capítulo dois, para localizar o leitor, refletimos sobre a história, a legislação e as bases legais da educação de jovens e adultos no Brasil, buscando cruzar a história da alfabetização de mulheres com a trajetória das alunas da EJA, relacionando os fatos com as questões de gênero e evasão escolar.

No capítulo três, falamos sobre a trajetória da pesquisa, a estrutura dos cursos presencial e semipresencial, antecipando alguns resultados da pesquisa. No capítulo quatro, refletimos sobre os resultados e análises desta pesquisa, trilhando a “escalada da montanha” com as alunas da Eja. Procurando compreender as dificuldades das alunas, as discentes mães que não têm com quem deixar os filhos, para realizar atividades

escolares, trabalhar fora e dar conta das questões relacionadas à maternidade. Refletimos, também, sobre a violência doméstica e o agravamento desta, durante a pandemia. Por fim, apresento as considerações finais desta dissertação.

II AS MULHERES DO EJA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Neste capítulo, discutimos os conceitos centrais da investigação. Destacamos a seguir os conceitos de gênero e evasão escolar. Tal conceitualização a realizamos tomando como foco a realidade das alunas da E. E. E. F. M. Eja Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB). A escolha se justifica na ideia de que são conceitos que mantêm uma interdependência, podendo ser usados como ferramenta de análise para compreender situações de discriminação contra as mulheres. Refletimos também, sobre as contribuições sociológicas de gênero em sala de aula. Para construir essa discussão, dialogamos com especialistas como, Heilborn e Sorj (1999), Louro (2017), Saffioti, (1987), Bourdieu (2012), Hill Collins e Bilge (2021) e Judith Butler (2017).

2.1 Os desafios da mulher para concluir os estudos escolares

A ideia de “mulher” como ser histórico, foi construída e explicada a partir de diversas fontes de pensamento. Em tal empreitada se entrecruza o viés religioso, científico, jurídico e ideológico. Esses diversos olhares coincidem em atribuir à mulher um lugar social de subalternidade e fragilidade. Os dados que fundamentam essas atribuições se baseiam no determinismo biológico que se explicita na sexualidade. As consequências da proliferação desse tipo de discurso sobre a mulher, trouxe como consequência a exclusão dos espaços de poder e a negação da autonomia das mulheres. A autonomia, a vivência do sentimento de responsabilidade e de capacidade para conduzir sua própria vida, encontra, no ambiente escolar, um espaço propício para seu fortalecimento. Talvez, por essa razão, a relação mulher/educação tenha sido tão problematizada no processo civilizador. As mulheres conquistaram muitos espaços, como já foi dito no início, mas as desigualdades de gênero, ainda, são seculares. Através da cultura, aprendemos e internalizamos, inconscientemente, a noção sobre os diferentes papéis sociais, aos homens são atribuídos a ideia de força, poder, capacidade e as mulheres o papel de submissão, fragilidade e incapacidade (Heilborn e Sorj 1999). Compreendemos que é importante partir de reflexões teóricas que trazem luz sobre o tema e a problemática, sabendo que esse “olhar” não será exaurido, mas contribuirá para sua reflexão. Concordamos com Silva (2011) quando diz,

[...] nenhum objeto de pesquisa está ultrapassado ou que todo o conhecimento sobre um dado objeto possa ser exaurido. Existe sempre um novo olhar ainda possível aos pesquisadores. No campo da educação (e das demais ciências), não existe um desgaste do objeto, uma vez que ele está constantemente em movimento, possui dinamicidade e situa-se em contextos históricos e sociais diferenciados. É produção humana exposta a transformações de toda ordem e abrangência (SILVA, 2011, p. 31)

A condição da mulher, dentro do processo histórico brasileiro, é de inferioridade. Segundo Louro (2004), em 1827, havia escolas no império para meninos e meninas com predominância e em maior número para meninos com ensinamentos distintos, e diz “ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais na doutrina cristã, consistia nos primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura” (LOURO, 2004, p.444). Ainda de acordo com Ferreira, as mulheres começaram a frequentar escola de primeiras letras em espaços separados dos homens. Para as mulheres cabia apenas ensinar-lhes a ler, a escrever e a contar, além de ter, no seu currículo, disciplinas obrigatórias como o bordado, a costura e bons modos” (FERREIRA, 2005, p. 75). Consideramos importante esse recorte, para dimensionarmos avanços e retrocessos na história da educação feminina, sobretudo, a inserção das mulheres das camadas populares na EJA.

O desejo de se capacitar, de estudar, na maior parte de casos, é sufocado por práticas de violência física e simbólica por parte dos cônjuges. Embora a legislação brasileira tenha avançado bastante, na contenção da violência contra as mulheres, os registros sobre essa prática ainda são alarmantes. É pertinente lembrar que a violência contra as mulheres é uma violação aos Direitos Humanos, contra a dignidade da pessoa humana. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (1948, p. 4). Concordamos com o professor Humberto Farias¹⁹ quando disse, “a educação é um direito constituído, mas ainda é um sonho para muitas mulheres”, não adianta garantir o direito sem criar as condições e possibilidades para efetivação deste direito.

De acordo com a socióloga Heleieth Saffioti (SAFFIOTI, 1987), há uma relação profunda entre o patriarcado e a dominação machista que se baseia num sistema, com

¹⁹ O professor Humberto Farias é doutor pela UFPB, faz pesquisa sobre a EJA e é docente na E. E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, onde realizamos esta pesquisa.

vieses políticos e ideológicos, nos quais, a figura do homem foi construída numa ideia de superioridade, força, enquanto a mulher fraqueza, submissão. Muitas mulheres vivendo uma situação de inferioridade são submetidas a agressões e a todo tipo de humilhação. A vivência, em sala de aula, e conversas nos corredores da escola, são momentos reveladores de uma realidade muito marcante, ainda, na vida das estudantes, muitas desistem da escola, esperam os filhos crescerem, porque entendem que não é tarefa fácil conciliar, cuidados com os filhos, atividades domésticas e escola.

No processo de socialização, o homem aprende e internaliza a ideia machista de que pode dominar a mulher e até agredi-la. Percebe-se, assim, os reflexos de uma educação que afasta, destitui, impede as mulheres de seguirem em sua caminhada como estudantes. Consideramos a categoria gênero muito relevante para trazer luz sobre o fenômeno aqui pesquisado. De acordo com Scott, o “conceito se afirmou como categoria de análise e contribuiu para a compreensão dos mecanismos de criação, manutenção e naturalização das desigualdades, sob uma perspectiva relacional entre homens e mulheres, delimitados no âmbito da cultura e da história” (SCOTT, 1995, p.21).

Mas afinal, o que é gênero? Heilborn e Sorj (1999), deram uma grande contribuição à pesquisa sobre gênero no Brasil. O termo “gênero”²⁰ como categoria analítica foi substituindo o termo “mulher” como categoria empírica/descritiva, no Brasil, a partir da década de 80, tendo um grande investimento da Fundação Ford. O foco da pesquisa foram os seguintes:

- 1) os caminhos da institucionalização dos estudos de gênero no país; os caminhos da institucionalização das pesquisas no Brasil, sobre o desenvolvimento destes estudos, (2) as contribuições que o desenvolvimento do conceito nas ciências sociais vem oferecendo para a compreensão da organização da vida social; 3) através da seleção de algumas áreas temáticas (trabalho, violência, sexualidade e família) procuraremos avaliar as inovações cognitivas que a utilização deste conceito promove. (Heilborn e Sorj, 1999, p. 1).

A pesquisa realizada, na cidade de Codó no Estado do Maranhão, em 2016, com alunas do PROEJA, procurou descrever a violência de gênero e a forma como a

²⁰ Para uma compreensão mais ampla da construção dos estudos de gênero no Brasil, indicamos: HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221

violência conjugal afetava a continuidade dos estudos das discentes, envolvendo elementos culturais. Segundo Tavares e Nery, a desistência e o afastamento da escola envolveram outros elementos que seguem “um modelo hegemônico de subalternidade, violento, desigual, opressor e explorador, cimentado pela ideologia em seus diversos modos de operacionalização” (TAVARES e NERY, 2016, p. 248).

Para ampliar essa discussão, destacamos aqui o conceito de cultura, pois é nela que o patriarcado ganha força. Os alunos estão inseridos numa cultura que molda tudo, gostos, gestos, comportamento, religião, papéis sociais. O conhecimento sobre nossa história e cultura brasileira fornece a base para compreensão de fatores que se transformaram em elementos de preconceito e discriminação contra as mulheres. Cuche, rompendo com uma ideia que naturalizava o comportamento humano, ajudou a construir a noção de cultura sobre o homem que ao transformar a natureza se modifica e transforma o outro, por exemplo, a diferença entre os sexos forneceu elementos para a definição de papéis sociais que são reproduzidos por homens e mulheres em suas relações sociais e diz, “o homem é essencialmente um ser de cultura” (CUCHE 1999, p. 9).

Para compreender esse poder que está disseminado, nos mais diversos tipos de relações e instituições sociais, o pesquisador precisa de uma postura epistemológica que leve em consideração as diversas formas como este poder se apresenta, multifacetado, tornando a captação muito mais desafiadora. Disse Louro,

para compreender como se constituem identidades e práticas sexuais e de gênero, bem como para perceber a “força” e eficiência de pedagogias culturais, provavelmente, será mais adequado pensar o poder como disseminado, multifacetado e produtivo, em vez de lidar com uma noção de poder centralizado, unidirecional ou meramente repressivo. (LOURO, 2017, p. 16)

Anthony Giddens aponta importantes abordagens sociológicas sobre sexualidade e gênero, essas perspectivas dizem respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. Segundo a socióloga Nancy Ghodorow (1978) citado por Giddens ((GIDDENS, 2005 p. 105), o desenvolvimento do gênero no menino e na menina se dá num momento de ruptura com a figura da mãe, já que ela tem mais contato com a figura feminina, nos primeiros dias de sua vida, num dado momento, essa consciência tem de ser quebrada. As meninas mantêm-se próximas à mãe e os meninos

tendem a se afastar e adquirir a compreensão do que é masculino e feminino. Outra forma de compreender as diferenças e as questões de gênero é a socialização do gênero.

Pelo contato com vários organismos sociais, tanto primários quanto secundários, as crianças internalizam gradualmente as normas e as expectativas sociais que são percebidas como correspondente ao seu sexo. As diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, são culturalmente produzidas. (GIDDENS, 2005 p. 105)

Dessa forma, status, divisão social do trabalho baseado no sexo, diferenciam homens e mulheres em todas as suas atividades, “o gênero é uma forma significativa de estratificação social” (GIDDENS, 2005). As oportunidades, os salários, os empregos, a permanência na escola e a conclusão de um curso são diferentes e essas discrepâncias são baseadas no gênero.

A filósofa norte-americana Judith Butler (2017) acrescenta questões muito relevantes e provocantes para aquilo que estamos nos propondo discutir aqui. A autora problematiza e levanta discussões sobre a própria noção de “mulher” e “identidade” na teoria feminista. Segundo ela, não existe identidade no singular e sim no plural. O livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” foi lançado, no Brasil, em 2003, trouxe contribuições importantes sobre a teoria feminista, com uma proposta de revisão dessas teorias. Para se promover a libertação das mulheres, é preciso que se subverta a própria ideia da identidade feminina propondo “uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (2017, p. 24). Os argumentos de Butler, desmontam o que foi construído acerca das teorias de gênero, faz críticas quando se leva em consideração os binarismos “homem” e “mulher”, “masculino” e “feminino”, “homo” e heterossexual”. Para Freitas,

o feminismo levado a cabo nesta obra defende uma desconstrução de qualquer tipo de identidade de gênero que aprisione as singularidades reais e que oprime e violenta aquelas identidades e comportamentos insurgentes, que não se adequam ou não se deixam adestrar por esta bipolaridade a partir da qual se entende as relações reais entre as pessoas. (2021, p. 268).

Não existem questões fechadas quando à questão é ao gênero, segundo Butler. Na conclusão do livro Butler diz, “meu argumento é que não há necessidade de existir um “agente por trás do ato”, mas que o “agente” é diversamente construído no e através

do ato.” (BUTLER, 2017, p. 246). Toda a discussão levantada no livro, trás novas questões e amplia temas sobre a teoria *Queer*²¹.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, considerado um dos grandes sociólogos do século XX, acrescentou outras ideias aos conceitos de desigualdades sociais, cultura, educação e a violência simbólica. A pesquisa etnográfica realizada, na sociedade Cabila, na Argélia, proporcionou importantes contribuições às questões de gênero. A diferença entre homens e mulheres se apresenta como algo natural, objetivado nas coisas e em todo o mundo social.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como um sistema de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2012, p. 17).

As diferenças anatômicas entre os corpos são usados como justificativa para a dominação do homem e sujeição da mulher. O mundo social é explicado a partir de três conceitos: *habitus*, campo e capital. As estruturas sociais através de suas instituições como a família, a escola, igreja, e o Estado legitimam um poder através de uma incorporação de uma ideia que um tem sobre o outro, concedendo aos homens a melhor parte. A violência simbólica (Bourdieu, 2012) que não aparece como “coação física”, mas como “mola propulsora” de poder se interpõem nas relações históricas e sociais entre homens e mulheres. “A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (BOURDIEU, 2012, p. 50).

O sociólogo e professor de sociologia Bernard Lahire, na obra, *o Homem Plural*, traz uma importante reflexão sobre as diferentes teorias da ação social, apresentando diferentes pistas de pesquisa social. Suas ideias são uma crítica, principalmente, às teorias de Bourdieu, no sentido de dialogar e ultrapassar conceitos clássicos da ciência

²¹ Indicação de leitura sobre o assunto. LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.

. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KN0IDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=sobre+a+teoria+Queer&ots=jwQ9d-yzw5&sig=3nWW2qHas60uZjgw2OWQgrLmJAs#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 21 de mar. 2023

social. Segundo Marangon (2002), citando Lahire, o “ator social não é socializado por uma única forma geradora ou princípio único de todas as práticas, como afirma Bourdieu, e sim numa pluralidade de mundos sociais com princípios de socialização heterogêneos e, às vezes contraditórios”. (MARAGON, 2002. p. 410). Para compreender o ator plural, de Lahire, é necessário fazer uma síntese das várias experiências vividas.

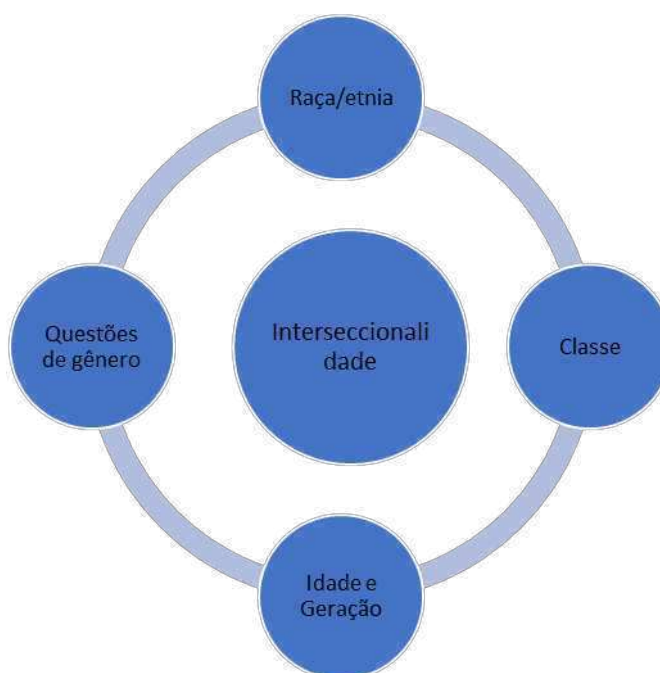
2.2 Mulheres marcadas por uma vida precária

Compreender as condições de vida das mulheres na atualidade demanda do pesquisador delimitar com precisão o foco da sua análise. Em nosso caso, na busca por identificar as causas da evasão escolar, optamos por observar as estudantes do EJA em uma instituição escolar da cidade de João Pessoa. Para uma análise específica como essa, é preciso munir-se de ferramentas adequadas, neste aspecto destacamos a interseccionalidade como uma ferramenta que incorpora as questões de gênero com outras como raça, classe. Entendemos que essas análises poderão trazer clareza para as questões que envolvem a educação, principalmente, a evasão escolar das estudantes da EJA.

As relações de gênero são materializadas no exercício do poder, como disse Bourdieu como se estivesse “na ordem das coisas” (2012). Na figura 1, procuramos ilustrar a ideia de que estamos levantando nessa discussão. As questões de gênero que se relacionam com outros marcadores como raça/etnia, classe, idade/geração e sexualidade formando “matrizes de opressão”²² (Hill Collins, 2000), refletindo sobre a educação das mulheres. A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais, em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana.

A educação é o caminho para desconstrução de binarismos e lutar pela igualdade de gênero entre homens e mulheres. A filósofa norte-americana Judith Butler afirma que é “impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida” (2017, p. 21).

²² HILL COLLINS, Patricia. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Org.). *Feminismos negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños, 2012.

Figura 1: Interseccionalidade

Fonte: Construído pela autora (2022)

O termo interseccionalidade começou a ser usado na década de 1990, nos meios acadêmicos, como uma ferramenta emergente de investigação entre movimentos sociais e políticas acadêmicas. Na história da origem do termo, Crenshaw é apontada como a fundadora dessa nova narrativa, podendo ser usada tanto dentro como fora das disciplinas tradicionais e da academia. De acordo com Hill Collins e Bilge (2021, p. 15), “as categorias raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”. Nas relações de poder estão subjacentes, questões complexas que não se excluem, pelo contrário estão interligadas, produzindo efeitos que dificultam a vida das estudantes da Eja.

Atendemos a aluna Fernanda²³ no semipresencial, no turno da noite. Durante o atendimento apliquei o questionário e fiz a entrevista sobre a pesquisa. A jovem aluna mora numa comunidade pobre, próximo a escola, no bairro do Cristo em João Pessoa (PB). Trabalha o dia todo, à noite vem para escola, acompanhada do esposo que

²³ Nome fictício

também está fazendo a Eja. Disseram que moram numa favela, só podem vir à escola no período da noite. Fernanda está matriculada no primeiro ano do ensino médio, trabalha em um hotel, precisa terminar com urgência o ensino médio para não perder a vaga. No dia seguinte recebi um e-mail dela que dizia assim:

Boa tarde professora. Gostaria muito da sua compreensão e ajuda pois estou precisando terminar os estudos daqui p dia 01/10 mais não tenho muito tempo pra estudar porque trabalho de 08:00 às 18:00 estou com medo de não conseguir pois estou trabalhando como serviço gerais mais o governante prometeu que se eu terminar antes do hotel abrir ele mim mudar de cargo para camareira e ganha um pouco mais como tenho 4 filhos e minha mãe pra sustentar só um salário como ASG não dá pra mim. (sem assunto: e-mail: 24 de ago. de 2022, 12:48²⁴)

Em outro momento a aluna disse que deixou de estudar aos 13 anos. Pelo que observei em sala de aula, posso descrever essa aluna como uma mulher inteligente e muito esforçada. Trabalha muito, estuda, uma sonhadora. Quais são as dificuldades que uma mulher enfrenta? Sustentar sua família, no capítulo V analisamos a situação das mulheres que trabalham fora do ambiente doméstico e como essas questões interferem na vida das estudantes. Em diálogo com minha aluna, após a entrevista, falei sobre a possibilidade de fazer faculdade. Ela muito surpresa, com a sugestão, disse que não tinha condições.

Pobreza, vulnerabilidade, cansaço, são elementos cotidianos na vida de muitos jovens que não conseguem terminar o ensino médio. Estes marcadores se cruzam e produzem o que Arroyo disse sobre os jovens da EJA, “são jovens e adultos populares com trajetórias humanas cada vez mais precarizadas” (ARROYO, 2006, p.24). No capítulo V, discutiremos as principais dificuldades destacadas pelas mulheres, jovens e adultas da EJA para estudar, concluir a educação básica e fazer um curso de nível superior.

Apesar dos avanços conquistados pelos movimentos feministas, as mulheres, ainda, estão muito “sobrecarregadas pelas tarefas domésticas e cuidados familiares” (BLAY, 1975; GUEDES, 2016; GALINKIN et al. 2010), contribuindo para a evasão escolar dessas mulheres. No capítulo V, agrupamos as dificuldades das alunas

²⁴ Para preservar as informações sobre a aluna, informamos aqui apenas a data do e-mail.

procurando compreender a relação entre a realidade das nossas alunas e os conceitos aqui discutidos.

2.3 Evasão escolar

A educação é um direito instituído e embasado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no entanto é um direito permeado de problemas seculares²⁵ (SILVA, SANTOS, 2015). O fracasso escolar se constitui como evasão escolar e repetência, configurando-se como um dos maiores desafios da educação por ser envolvida em aspectos estruturais e funcionais. Segundo Patto:

a reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre (PATTO, 1997, p. 59).

A Educação de Jovens e Adultos engloba também a questão de gênero. Pesquisa realizada pelo IBGE, divulgada em 2009, constatou que 53% dos estudantes da EJA são mulheres. Cada mulher tem o seu perfil, sua individualidade, os obstáculos encontrados por cada uma nunca será o mesmo da outra. Apesar de tudo, vencem o cansaço, os desafios, com a finalidade de aprender, de estudar (VIEIRA E CRUZ 2017, p 5). Para Arroyo (2005, p. 19), a Educação de Jovens e Adultos "(...) é campo ainda não consolidado" no que diz respeito à pesquisa, há dificuldades com as políticas públicas, as diretrizes educacionais, a formação de professores e as propostas pedagógicas, e por isso, há uma diversidade de tentativas de "configurar sua especificidade". Para que haja uma reconfiguração, ainda segundo o autor citado, é necessário conhecer as especificidades dos sujeitos da Eja e que se exija do poder público, políticas mais adequadas.

Na década de 70, no Brasil, havia poucas pesquisas que integravam o tema educação e gênero. Segundo Rosemberg e Amado (1992), havia pouca afinidade entre os temas. As primeiras pesquisas que surgiram focaram suas análises numa perspectiva histórica ou no cotidiano escolar das mulheres. Dentre essas pesquisas, destacam-se Heleieth Saffioti (1969), Eva Blay (1969), Nelson Rosamilha (1965) e José Pastore (1971). Naquele contexto, baseando-se em estatísticas e em números, os pesquisadores já sinalizavam um novo quadro quanto às oportunidades e acesso das mulheres à

²⁵ SILVA, Eliana Maria da Nóbrega. SANTOS, José Ozildo dos. **Evasão Escolar: um problema, várias causas**. REBES - ISSN 2358-2391 - (Pombal - PB, Brasil), v. 5, n. 4, p. 30-35, out.-dez., 2015.

educação. O número de mulheres já superava o número de homens que cursavam o antigo 2º grau e o ensino superior, mas a escolha dos cursos superiores e profissão ainda estavam muito atrelados ao que os autores chamavam de “guetização sexual das carreiras escolares” (1992, p. 63).

Os indicadores do Retrato das desigualdades de gênero e raça²⁶ (2011) apontam para os avanços graduais quanto à educação de mulheres no Brasil. Por exemplo, o número de mulheres no nível superior já é maior do que o de homens, “em 2009 a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6%, enquanto a dos homens, de 12,2%” (IPEA, 2011, p 21). Mas, ainda de acordo com o relatório, permanecem as estruturas de desigualdade históricas em relação aos negros, nordestinos e à população rural. Em 2010, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE) de 2009, divulgados em 2010, já indicavam que as mulheres alcançaram diferença de anos de estudo em relação aos homens. A média de anos de estudo das mulheres é maior em todas as faixas etárias, com exceção dos mais velhos (60 anos ou mais), dedicando-se 7,4 anos aos estudos, contra 7 anos dos homens. Pesquisa realizada pelo IBGE, divulgada em 2019, constatou que o número de mulheres é superior ao de homens, 48,2% de homens e 51,8% de mulheres.

Evasão escolar e abandono se caracterizam como desistência do (a) aluno (a) de continuar estudando. Se o aluno deixar de frequentar a escola, durante o período letivo, caracteriza-se como abandono, se houver reprovação ou aprovação, sem a matrícula no ano seguinte para dar continuidade aos estudos é considerado evasão. Para Abramovay & Castro (2003)²⁷, evasão escolar é o aluno sair da escola com a possibilidade de retorno, mas se o estudante deixa a escola definitivamente, podemos chamar de abandono escolar. Para o INEP (2009), a evasão escolar se constata quando aluno se afasta do Sistema de Ensino, desiste das atividades escolares da qual era frequente, sem solicitar transferência. O discente que se afasta sem cumprir com as exigências de

²⁶ Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ...

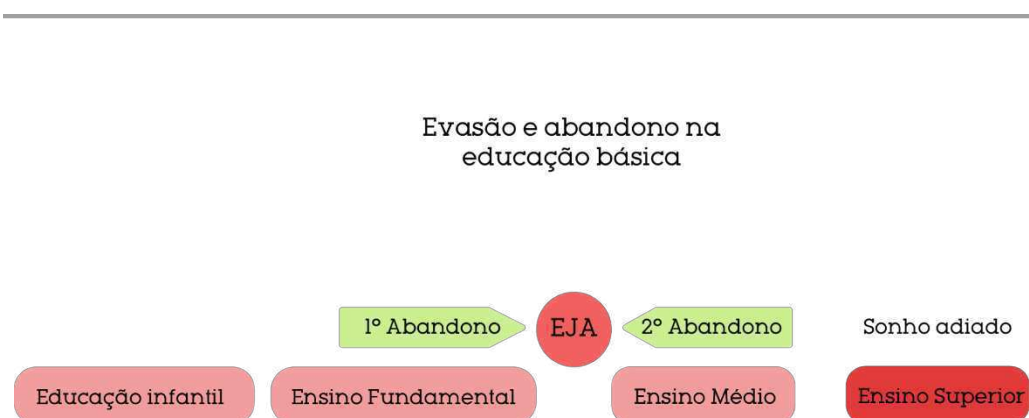
[et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

²⁷ Abramovay, Miriam Ensino Médio: múltiplas vozes / Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro. ñ Brasília: UNESCO, MEC,2003.662p. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130235>. Acesso em 21 de jun. 2022

aproveitamento, de assiduidade e não-solicitação de transferência para outra escola, se constitui como aluno (a) evadido.

Na figura 02, demonstramos como o direito de estudar e completar as fases obrigatórias de estudo vão se configurando, ao longo da vida, dos nossos estudantes da Eja, resultando em abandono e evasão escolar. Na Paraíba, como em todo o território nacional, constata-se de acordo com os dados do INEP de 2015, contidos no Panorama do Território – Paraíba (2017) que o ensino médio é uma fase de possibilidades de abandono escolar. O 1º e 2º anos, com taxas de 18,20% e 12,50%, representam o período mais crítico. Na última série do ensino médio, os alunos desistem menos e conseguem concluir, mesmo assim, as taxas ainda são altas em relação ao restante do país, 8,40%. Portanto, percebe-se que as porcentagens de abandono, na Paraíba e no Brasil, são maiores nas primeiras séries do ensino médio. Além disso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, realizada em 2019, reuniu informações sobre a educação básica para pessoas de 5 anos ou mais de idade, afirmando que idealmente era para jovens entre 18 e 24 anos estarem no ensino superior, se seguissem os anos e etapas obrigatórias da educação, mas segundo a pesquisa, “[...] o atraso e a evasão escolar estão presentes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio” (IBGE, 2019, p. 09).

Figura 02 - Evasão escolar e abandono na educação básica



Fonte: Elaborado pela autora

Observou-se que o abandono pode acontecer em qualquer fase da educação, se for no fundamental, o aluno pode se matricular na EJA, com 15 anos completos, para concluir essa fase. No ensino médio, o aluno pode se matricular com 18 anos completos. O abandono pode ser recorrente segundo Soares *et al.* (2015, p. 767.), são consecutivas desistências, por muitos motivos, demonstramos que a desistência, às vezes, pode acontecer mais de uma vez, tanto no fundamental como no ensino médio. Segundo Evaristo (2017) “[...] existe um *gap* entre a conclusão do ensino fundamental e a entrada no ensino médio, talvez porque muitos desses jovens comecem a ficar pressionados por uma necessidade precoce de entrada no mundo do trabalho” (2017, 2:09 min. Youtube).

Soares *et al.* (2015) analisou 23 artigos publicados nos Estados Unidos para mostrar que o problema do abandono escolar era dramático em países desenvolvidos também. Estes artigos apontaram vários fatores individuais, institucionais e da comunidade que contribuem para a decisão de abandono e sucesso escolar. Os autores também citaram as pesquisas realizadas no Brasil. O trabalho seria um dos principais motivos para o abandono escolar, mas existem outros fatores externos como, a falta de interesse pela escola, gravidez, as desigualdades sociais, necessidade de cuidar de familiares. Fatores internos como, atitudes dos professores, o programa pedagógico da escola, a família da criança.

No Brasil, a evasão escolar é um fenômeno histórico (HADDAD, 2011). Sempre houve uma situação de imbricação, miséria, pobreza, exclusão. Por conseguinte, a pesquisadora Macaé Evaristo²⁸, sobre a situação de evasão no Brasil, “abandono, evasão são corolários de uma escola que se instituiu no nosso país de maneira desigual [...], por trás da infrequência e do abandono, sempre vai encontrar outras situações de negação do direito.” (EVARISTO, M., 3:36 min. Youtube, 2017).

Sendo um assunto muito amplo, destacamos aqui, as questões que estão relacionadas ao público feminino. Quantas alunas se evadiram da E. E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra? Na tabela 01, apresentamos os números das turmas da EJA presencial entre os anos de 2020 e 2021.

Tabela 01: Abandono e evasão escolar dos discentes da EJA presencial

²⁸ EVARISTO, Macaé. **Abandono e Evasão Escolar**. Observatório de educação ensino médio e gestão. Instituto Unibanco Youtube. Link: https://youtu.be/eYLi_4p7b2E

Ano	Total de matrículas	Abandono
2020	172 alunos	43 homens 49 mulheres
2021	82 alunos	18 homens 29 mulheres

Fonte: sistema Saber da SEECT da Paraíba

Baseada nestes dados, averiguamos que as mulheres das turmas do presencial, turno da noite, abandonaram a escola mais do que os homens, numa fase em que, a pandemia do covid-19, estava em ascensão no Brasil.

Nesta perspectiva de análise, perguntamos: a quem interessa a formação de jovens e adultos? A educação brasileira não atende as demandas das classes populares. As estudantes envolvidas num modelo capitalista e neoliberal são preparadas para atender as metas do mercado, principalmente o tecnológico. De acordo com Laval (2004), para atender mudanças na visão do sistema de ensino, num contexto de transformações do capitalismo a partir dos anos 1980, tais como a globalização das trocas comerciais, financeirização das economias, desobrigação do Estado, privatização de empresas públicas, transformações dos serviços públicos. Seguindo essa lógica de mercado, a escola passou a ser gerida e administrada como se fosse uma empresa para atender objetivos políticos e econômicos, “o objetivo político é, na verdade, transformar a escola numa máquina eficiente a serviço da competitividade econômica” (LAVAL, 2004, p. 254). Por isso, alunos e professores são submetidos aos domínios do controle para que a escola seja moderna e eficiente. Sobre isso Costa (2002) vai dizer,

[...] compensar os males da pobreza por meio da educação, com o objetivo de formar pessoas que aprendam a viver numa realidade de incertezas, na qual as necessidades básicas não são mais direitos, e, sim, serviços. Para isso, as políticas sociais, particularmente, as educacionais, devem sobretudo desenvolver nas classes populares a capacidade de sobrevivência. (COSTA, 2002, p. 63)

A educação, constitucionalmente, é um direito de todos, mas mascara uma realidade contraditória e cruel que não alcança os mais pobres. Segundo Bomewitz “o sistema escolar cumpre essa função de legitimação impondo às classes dominadas o reconhecimento do saber das classes dominantes e negando a existência de outra cultura

legítima” (BONNEWITZ, 2003, p. 119). Segundo Arroyo, "a consciência do direito à educação básica universal avançou, porém não conseguimos que a escola se estruturasse para garantir esse direito, ela continua como instituição seletiva e excludente.” (ARROYO, 1992, p. 47).

2.4 O ensino de Sociologia na EJA e as discussões sobre gênero

As discussões em torno do conceito de gênero, em sala de aula, têm o objetivo de desnaturalizar as relações aprendidas, desde a infância, de que a mulher é inferior. Como já foi dito anteriormente, a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) foi extinta através do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 (SOUZA, 2019). Esta secretaria tinha o objetivo de assegurar o direito à educação com qualidade e inclusão social. O tratamento dado à educação revela ações de um governo neoliberal de uma lógica de menos Estado, preocupado com ações que assegurem a produção do capital.

A escola é um ambiente onde, desde a infância, palavras e discursos são mecanismos de identificação daquilo que é de menino e de menina, brincadeiras e tarefas que pertencem ao mundo dos machos e das fêmeas, criando um mundo com dois lados, reforçando ainda mais as diferenças. A escola deve ser um espaço de equidade entre homens e mulheres, e as ferramentas pedagógicas devem ser utilizadas para discussão e desnaturalização de papéis sociais pré-estabelecidos.

Vianna e Unbehaum (2004) fizeram uma análise sobre a incorporação do gênero nas políticas públicas de educação no Brasil. As pesquisadoras procuraram identificar o contexto nacional que colaborou para a introdução do gênero nas legislações e reformas federais brasileiras, principalmente, a partir de 1990. Apesar das medidas que foram tomadas na época para superação da discriminação contra a mulher, “tais medidas se revelam, porém, plenas de contradições entre a defesa da ampliação dos direitos e a ótica da restrição do papel do Estado nas políticas públicas sociais, entre elas a educação” (VIANNA, UNBEHAUM, p. 78). Os documentos analisados foram: a Constituição Federal, a LDB/1996, o PNE/2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. O gênero aparece nos documentos de três formas distintas,

uma refere-se à linguagem utilizada; a segunda, reporta-se à questão dos direitos, na qual o gênero pode estar subentendido; e a última, adquire uma certa ambiguidade pela qual a referência ao gênero desaparece da apresentação geral do documento mas aparece – timidamente – em alguns tópicos. (VIANNA, UNBEHAUM, p. 89)

Dos documentos oficiais, apenas, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino Fundamental representam um avanço em relação à adoção de uma perspectiva de gênero. Mesmo assim, restrito mais às questões de orientação sexual. Apesar dos esforços iniciados lá na década de noventa, “a compreensão das relações de gênero pela escola corre o risco de permanecer velada” (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p. 101), porque as políticas públicas tratam de forma superficial as questões de gênero no cotidiano escolar. Em certa medida, o debate sobre as relações de gênero não tem um ambiente favorável no contexto escolar.

O silenciamento das relações de gênero pode ser compreendido desde uma perspectiva que extrapola o contexto escolar. Para Foucault (2005) em *A História da Sexualidade*, a sexualidade é compreendida como um dispositivo histórico, no qual um conjunto de discursos heterogêneos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições morais têm o intuito de controlar/regular ações. Através dos discursos, a diferença vai se normalizando com a penetração de regras que serão reforçadas em todos os níveis da sociedade. Neste sentido, a educação formal, nos espaços escolares, exerce um papel importante no combate e prevenção à violência doméstica e familiar. De acordo com o documento dos PCN, “o trabalho sobre relações de gênero [na escola] tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (Brasil, 1998, p. 352).

É nessa perspectiva de movimento que procuramos, no próximo item, discutir as bases legais e históricas da Eja, perseguindo os objetivos traçados nesta pesquisa. Como disse Vieira e Cruz (2017), a Eja é a alternativa para o resgate do direito de estudar para compreender essa mulher que se transforma com o tempo, mas que ainda encontra ao longo de sua trajetória caminhos sinuosos que dificultam, mas não a impedem de avançar.

III PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO EJA

“Incluir não é só trazer para perto, mas garantir ao outro, direitos para que se torne cidadão de fato.” Habermas

Paulo Freire, sem dúvida, é talvez o pensador que melhor conhece as peculiaridades do povo brasileiro, em especial, as condições econômicas e culturais das camadas mais pobres e excluídas do regime capitalista. Em razão das contribuições para fazer da educação o caminho mais adequado para quebrar os morros da exclusão social, Freire é considerado como o patrono da educação brasileira. Ele se empenhou por construir uma educação libertária no Brasil, lutou contra o analfabetismo, implantado, inicialmente, no Rio Grande do Norte, um projeto de alfabetização de adultos. Devemos a Paulo Freire, também, um conjunto de mudanças e transformações e garantias de equidade entre homens e mulheres na educação. Neste capítulo, queremos cruzar a história da alfabetização de mulheres com a trajetória das alunas da EJA e a relação desses fatos com as questões de gênero e evasão escolar.

3.1 O que é a EJA?

Desde os primórdios de sua carreira como pedagogo, Paulo Freire abraçou com entusiasmo o desafio de superar o analfabetismo no Brasil, começando pelos jovens e adultos, na perspectiva do cruzamento de diversas tentativas por alfabetizar as camadas pobres da população surge a EJA. Em termos regimentais, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a LDB Lei 9394/96, na seção V da EJA, em seu Art. 37, é definida como uma política pública da educação básica, oferecida a jovens e adultos que estão fora da escola e que por motivos diversos não cursaram os níveis de educação na idade apropriada.

Art. 37. A EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos, fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si um campo de direitos e de responsabilidade pública. (BRASIL, 1996, Art. 37)

A modalidade possui diretrizes próprias asseguradas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, promulgadas pelo Parecer nº 11/2000, tendo como resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000²⁹. Ainda sobre as diretrizes desse documento, a Eja tem a função reparadora, equalizadora e qualificadora. A função reparadora da Eja se propõe a restaurar um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 de promover igualdade de educação combatendo a discriminação, mas que foi negado a alguns segmentos da população como negros, idosos, indígenas; equalizadora, porque se propõe a dar oportunidade para estudantes em distorção de série, especificamente para aqueles alunos que tiveram sua educação interrompida; e qualificadora, porque promove a apropriação, atualização e utilização de conhecimentos por toda a vida. A Educação de Jovens e Adultos só foi incluída como parte da educação básica, depois da iniciativa de órgãos formais e informais, da igreja católica, de organizações Não-governamentais e de determinados grupos, como iniciativa de governos estaduais até chegar a ser finalmente incluída formalmente, na educação básica brasileira.

A escolarização das mulheres deve ser observada, a partir das diversas manobras pela sua negação. A educação das mulheres no Brasil, no período colonial, era voltada a interesses puramente domésticos. Quando os jesuítas³⁰ iniciaram suas atividades na colônia brasileira, em 1549, o objetivo era catequizar os índios e implantar a doutrina católica no país, recém descoberto. As ordens religiosas foram responsáveis pela promoção da cultura europeia, nas terras brasileiras, porque detinham o monopólio sobre a educação, a cultura e a produção artística, afetando, profundamente, a vida das

²⁹ Ofertada com base no que estabelece os artigos 37 e 38 da Lei Federal nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e suas atualizações, nos termos das Resoluções CNE/CEB nº1/2000, de 5 de junho de 2000, e CNE/CEB nº 3/2010, de 16 de junho de 2010; e, também, de acordo com as normas fixadas na Resolução nº 030 do CEE/PB. Fonte: Diretrizes Operacionais Da Paraíba 2022. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/558930614/Diretrizes-Operacionais-Das-Escolas-Da-Rede-Estadual-2022-v2-1>. Acesso em 16 set. 2022

5 O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 é um documento que estabelece o conceito, as funções e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O documento está disponível no endereço eletrônico: http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf

³⁰ A Companhia de Jesus iniciou os trabalhos de catequese na Bahia e Pernambuco. O Padre Manuel de Nóbrega e seus seguidores, implantaram os princípios da cultura cortesã ibérica, segundo Silva, “o imaginário barroco com sua ética particular, começaram a ser transplantados para a sociedade açucareira em formação”. SILVA, Kalina Vanderlei. O PADRE MANUEL DE NÓBREGA, OS JESUÍTAS E O NASCIMENTO DA CULTURA BARROCA NA SOCIEDADE AÇUCAREIRA (SÉCULO XVI Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. Volume 28.2 p. 1

meninas. O conhecimento transmitido aos meninos era diferente das meninas, as mulheres, no período colonial, eram educadas para atividades do lar. De acordo com Machado (2012), apenas os homens tinham acesso à sala de aula que existia nas vilas e cidades. Nenhuma mulher tinha acesso à escola, de pele branca, negra, pobre ou rica, escrava ou indígena.

A primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil partiu de um indígena, que pediu ao padre Manoel de Nóbrega que ensinasse sua mulher a ler e a escrever. Os indígenas estranharam a diferença de oportunidades educacionais entre homens e mulheres, visto que estas eram consideradas companheiras (MACHADO, 2012, p. 3).

Durante as reformas Pombalinas³¹, os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759. A lei Saraiva³², foi implantada quando a família real já tinha se instalado nas terras brasileiras, esta lei impedia que analfabetos votassem, provocando um grande retrocesso no processo de ensino e aprendizagem das camadas populares.

A Constituição de 1824, garantiu o direito à instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, mas segundo Haddad e Di Pierro (2000) esse “[...] direito que nasceu com a norma constitucional de 1824, estendendo a garantia de uma escolarização básica para todos, não passou da intenção legal” (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p. 109).

A primeira Lei de Instrução pública do Brasil de 1827³³, dizia:

³¹ As Reformas Pombalina foram realizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, diplomata e primeiro-ministro português, foi influenciado pelo iluminismo. Entre as reformas realizadas no Brasil foi a expulsão dos jesuítas do Brasil. Nesta época a educação estava sob o comando da igreja católica. Fonte: BEZERRA, Juliana. Marquês de Pombal. Toda a Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/marques-de-pombal/#:~:text=Reformas%20Pombalinas%20no%20Brasil&text=Extin%C3%A7%C3%A3o%20definitiva%20das%20capitanias%20heredit%C3%A1rias,Expuls%C3%A3o%20dos%20jesu%C3%ADtas.> Acesso em: 16 de set. 2022

³² O Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, atendendo a uma demanda inscrita na bandeira do Partido Liberal, introduziu o voto direto no Império do Brasil, mas a um preço extremamente elevado, tanto no que se refere à participação popular no processo político quanto no que concerne ao prometido acesso à escola. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bZGMg7ZCM6fGj8HQTXvtZWP/?lang=pt>. Acesso em 26 de set. de 2022

³³ BRASIL, 1827. Lei de 15 de Outubro de 1827. Brasil, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em 29 de dez. 2022.

Foi apenas em 1827, a partir da Lei Geral – promulgada em 15 de outubro – é que mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios e estudassem além da escola primária. Disponível em: https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/?gclid=CjwKCAiAwomeBhBWEiwAM43YIO7dNNB-t-8Y6Nhc8P8KnSYxRcd9pMaGqmWcAGDwahuGq1UXL8YRxoC0vQQA_VD_BwE. Acesso em 14 de jan de 2023

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º. (BRASIL, 1827)

A Reforma de Couto Ferraz, no período do Brasil Império, por meio do Decreto nº 1.331 de fevereiro de 1854 não permitia as (aos) escravizadas (os) o acesso às escolas públicas, para cujo ingresso se dependia da boa vontade e disponibilidade dos professores. De acordo com o Decreto nº 7.031, de setembro de 1878, negras (os) escravizadas (os) só poderiam ser inseridas (os), no ambiente escolar, no turno da noite. (CASTRO, A. M.; PAIXÃO, C.; PEREIRA, G. C., p. 482).

De acordo com Carvalho (2021), a alfabetização da população era um fator de atraso para o Brasil, pois quem quisesse ter uma formação superior tinha que ir a Portugal. Ele diz, “Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparado com os 15 mil da colônia espanhola, o número é ridículo” (CARVALHO, 2021, p. 31).

Depois da Proclamação da República, o discurso que predominava, no Brasil, era de que a nação deveria afastar aquela ideia atrasada, inculta e primitiva do período colonial (LOURO, 2004). Era necessário investir em educação, vencer o analfabetismo, para isso, deveriam ser criadas “escolas de primeiras letras” em todas as cidades, vilas e lugarejos. Havia escolas para meninos e meninas, sendo em maior número para meninos, mas com ensinamentos direcionados para ambos os sexos. Segundo Louro, “ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nesse sentido, consistiam-se os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura” (LOURO, 2004, p. 444).

A Constituição, outorgada em 1824, garantia ensino gratuito para todos. De acordo com Carvalho (2021), a mulher, os escravos e os homens livres pobres estavam excluídos de todos os atos da vida civil, como por exemplo, votar e ser votada, exercer cargos públicos, entre outras restrições. Os grupos libertários³⁴, inspirados por ideais

³⁴ Segundo FELTRIN (2017), mulheres libertárias contribuíram para educação das mulheres no Brasil. Maria Lacerda de Moura que em meados do século XX, fundou juntamente com Bertha Lutz, precursora

políticos como o socialismo e o anarquismo, defendiam a proposta de libertar as mulheres através da educação. Artigos publicados, em jornais libertários, reuniões que aconteciam à noite, palestras e encontros eram estratégias desses grupos com esses objetivos. Divergindo da pauta de grupos libertários, o governo de Getúlio Vargas ia em outra direção. Havia o projeto de Gustavo Capanema que previa a existência de um estudo “doméstico” para meninas na faixa etária de 12 a 18 anos. O Plano Nacional de Educação de 1937, deveria ser um curso prático e profissionalizante para mulheres das classes populares. O plano não foi posto em prática nas escolas públicas, mas foi adotado por instituições católicas (FELTRIN, 2017).

Em 1947, houve uma discussão sobre o analfabetismo, no Brasil, por isso, surgiram campanhas de Educação de adolescentes e adultos, em 1958, a campanha de Erradicação do Analfabetismo.

A Campanha de 1947 deu também lugar à instauração no Brasil de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais; entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para essa modalidade de ensino. (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p.60)

Segundo o Parecer Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a Eja é o resgate do direito à dignidade humana,

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (BRASIL, 2000, p. 5).

Com a ditadura, a experiência da educação passou para as mãos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), projeto criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de

do movimento sufragista no Brasil, a Liga para Emancipação Intelectual de Mulheres (LEM). FELTRIN, Tascieli. Educação Popular no Brasil: Forças que concorreram para emergência da Escola Nacional. 2017, p. 65. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/61401>. Acesso em 08 de out. de 2022.

integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". (UNESCO, 2008). De acordo com Haddad e Di Pierro (2000):

o Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos. A Secretaria Municipal de Educação de Natal foi ocupada, os trabalhos da Campanha “De Pé no Chão” foram interrompidos e suas principais lideranças foram presas. (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p. 113)

O programa de alfabetização de adultos Paulo Freire³⁵ deu uma grande contribuição para a mudança na mentalidade e das práticas pedagógicas, no Brasil, mas o educador foi exilado durante a ditadura. Na promoção de uma educação libertadora e emancipatória e em busca da alfabetização de jovens e adultos, destacamos aqui, as contribuições de Paulo Reglus Neves Freire³⁶, consagrado Patrono da Educação Brasileira como um grande estímulo para nós professores, especialmente da EJA. Conhecido no mundo todo pelo trabalho inovador de alfabetização de jovens e adultos em Angicos no RN foi homenageado com 29 títulos “doutor honoris causa” foi um grande incentivador de uma educação democrática, dialógica e popular. A leitura da obra de Freire nos auxilia a amadurecer ideias, metodologias e nossa prática pedagógica, segundo Freire (2018, p. 98) é necessário compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo que, “[...] além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. No livro *Pedagogia da Autonomia*, escrito em 1996, Freire nos diz “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Este livro é uma reflexão sobre o processo de ensinar e aprender que não pode ser bancário, mas produto de uma pedagogia que possibilita uma

³⁵ Na efervescência no contexto histórico da realidade brasileira, foi realizada a implantação de vários movimentos designados de cultura popular, entre os quais destacam-se: Movimento de Cultura Popular (MCP, Recife, 1960); Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE, 1961), que se expandiu para vários estados; Campanha De Pé no Chão se Aprende a Ler (Natal, 1961); Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR, 1962); Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1961, com apoio do governo federal; e o Sistema de Alfabetização Paulo Freire, que, a partir da experiência de Angicos, em 1963, inovou radicalmente não só o conceito de alfabetização como consolidou o próprio modo de trabalhar com os adultos. (FÁVERO; FREITAS, 2011, p. 371)

³⁶ Paulo Freire nasceu em Recife, Pernambuco em 1921 foi reconhecido com 29 títulos de “doutor honoris causa” lhe foram concedidos por universidades da Europa e América. Sugerimos a leitura: DICKMANN, Ivo e DICKMANN, Ivanio. 365 dias com Paulo Freire / Ivo Dickmann, Ivanio Dickmann (orgs.). 1.ed. São Paulo: Diálogo Freiriano, 2019. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s55e55x>.

troca em sala de aula entre professores e alunos. As alunas, estudantes da EJA, têm muito a nos ensinar e Freire a nos inspirar.

A proposta do educador pernambucano, baseava-se numa educação progressista e libertária, adequada às classes populares. O projeto de educação de adultos realizado em Angicos RN, alcançou 300 adultos. O Brasil tem atualmente 3,2 milhões de estudantes matriculados na Educação Jovens e Adultos, de acordo com os dados preliminares do Censo da Educação Básica de 2019. Mas, seguindo esse raciocínio de relacionar fatos históricos à realidade, pouca coisa mudou, a Eja é pensada, planejada para setores populares, portanto como disse Arroyo “é uma modalidade do trato dado pelas elites aos adultos populares” (2008, p. 221).

A Educação de Jovens e Adultos, hoje, na Paraíba, sendo de iniciativa pública ou privada, deve atender às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de acordo com os artigos 37 e 38 da Lei Federal nº 9.394, de dezembro de 1996, e com as atualizações nos termos das Resoluções CNE/CEB nº1/2000, de 5 de junho de 2000, e CNE/CEB nº 3/2010, de 16 de junho de 2010; e, também, de acordo com as normas fixadas na Resolução nº 030 do CEE/PB. Devendo ser ofertada aos jovens e adultos, em diferentes modalidades como, Educação profissional (EJATEC), a Comunidades Indígenas e Quilombolas, Eja prisional³⁷Educação de Campo.

O dossiê EJA “Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de Eja”³⁸ (2022) elaborado pelo “Movimento pela Base” traz um resgate histórico, desde 1940, e uma análise sobre a Eja para fomentar e subsidiar representantes do Conselho Nacional de Educação, do CONSED, da UNDIME, com gestores educacionais sobre essa política pública para fazer valer o direito a uma educação de qualidade. De acordo com este documento, “a BNCC³⁹ não considera as peculiaridades dos sujeitos da Eja e as especificidades pedagógicas dessa modalidade da Educação Básica” (2022, p. 46). Além disso, na formulação da Base, pesquisadores, gestores públicos, educadores e

³⁷ Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22010.pdf

³⁸ Dossiê “Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de Eja” (2022), de iniciativa do Movimento pela Base, realizado pelas instituições Ação Educativa, Cenpec e Instituto Paulo Freire. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/10/dossieja.pdf>. Acesso em 05 de fev. 2023.

³⁹ A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo e referencial para formação dos currículos das escolas, sendo estas responsáveis por 40% das propostas e BNCC 60%. Disponível em:

educandos da Eja não foram consultados sobre as especificidades da Eja, percebendo-se uma negligência e o apagamento do público alvo nesse tão importante documento. O dossiê ainda chama a atenção para o risco de tornar o currículo homogeneizador e a questão da não atualização dos livros didáticos⁴⁰.

Considerando essa crítica, incomoda-nos as questões relacionadas às mulheres. As discussões mais recentes sobre a BNCC relacionadas às mulheres e os estudos de gênero apontam para uma invisibilidade quanto ao tema (VIANNA E UNBEHAUM, 2004, VICROVSKI, 2020). De acordo com Vicrovski (2020, p. 29), “[...] a ausência da discussão sobre o tema gênero, nesses documentos, PCNs, LDB e PNE, tenha impactado a escrita da BNCC”. Ainda segundo a autora, não foram percebidas discussões relevantes, na BNCC, quanto ao tema, mas tentativas de apresentar temáticas como, diversidade, diferença e preconceito.

3.2 Análise sobre a Educação de EJA na Paraíba

As mulheres envolvidas num processo histórico que se estruturou no patriarcalismo e hegemonia masculina e que dominou todas as esferas da vida como, educação, ciência, religião, política, economia, impedindo o livre acesso, dessas mulheres, a esses espaços da vida, também se processou na Paraíba. Não é nossa intenção, como já foi dito anteriormente, fazer um percurso exaustivo sobre a história da educação na Paraíba, mas criar um diálogo para conhecermos mais sobre os processos educativos das mulheres na EJA.

A educação das mulheres, na Paraíba, assim como em todo Brasil, tem características seculares delineadas por ideias de inferioridade numa relação assimétrica de um poder multifacetado que se exerceu através das instituições privadas e públicas. As capitanias eram extensas faixas de terras que se limitavam a leste do oceano atlântico a oeste das terras Tordesilhas, foram criadas para colonizar e povoar o Brasil. A faixa de terras que se estendia do rio Santa Cruz até a Baía da Traição foi chamada, inicialmente, por Capitania de Itamaracá. A capitania foi doada a capitães donatários como Pedro Lopes de Souza, que não pôde assumir, vindo em seu lugar Francisco Braga. Por questões da rivalidade entre Braga e Duarte Coelho, a capitania veio a falência. João Gonçalves assumiu a capitania e fez algumas benfeitorias. Depois de

⁴⁰ O Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos (PNLD/EJA) deveria ter atualizado os editais de livros didáticos a cada três anos, ou seja, 2016, 2019 e 2022.

alguns conflitos entre contrabandistas de madeira, os índios, os franceses e um período de expedições entre os anos de 1574 a 1584 a Paraíba foi fundada.

João Tavares foi o primeiro capitão-mor, ao qual governou de 1585 a 1588 a Capitania da Paraíba, ele trouxe para a região, 25 cavaleiros, além de pedreiros e carpinteiros, entre outros trabalhadores do gênero. Chegaram também padres jesuítas e outras pessoas para residir na cidade. Os jesuítas ficaram responsáveis pela catequização dos índios. Com esse objetivo também, vieram os Padres Franciscanos, os Beneditinos e os Carmelitas. Os Jesuítas fundaram um colégio que ensinava latim, filosofia e letras. Estes colégios atendiam a elite da colônia, os negros ficaram de fora.

As mulheres não faziam parte desse quantitativo, visto que a primeira escola para o sexo feminino somente surgiria com o Colégio das Neves, de irmãs francesas importadas pelo presidente Beaurepaire Rohan, em 1858. Dois anos depois, invocando falta de recursos, o presidente da província de Luiz da Silva Nunes a fechava.⁴¹ (MELLO, s.d., p. 05)

Esta realidade de discriminação, na educação de mulheres, prevaleceu até o século XIX, a realidade hoje é bem diferente, as mulheres ocupam mais espaço nas escolas do que os homens. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Síntese de Indicadores Sociais, 2004), as mulheres já são maioria, nas turmas do último ano, do ensino médio, de cursos superiores e na pós-graduação.

3.3 Paulo Freire e a EJA

Não poderíamos deixar de incluir, nessa reflexão, a contribuição do grande pensador e educador brasileiro Paulo Reglus Neves Freire⁴². Consagrado Patrono da Educação Brasileira, um grande estímulo para nós professores, especialmente da EJA. Conhecido, no mundo todo, pelo trabalho inovador de alfabetização de jovens e adultos em Angicos no RN e homenageado com 29 títulos “doutor honoris causa”, foi um grande incentivador de uma educação democrática, libertadora, dialógica e popular.

⁴¹ MELLO, José Octávio de Arruda. A educação Paraibana da Colônia a Nossos Dias: Uma abordagem Histórica. UNIPÊ e UEPB. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/87PN7PpY7CjcdFD6Y8q67qv/?lang=pt>. Acesso em 27 de mar. 2023

⁴² Paulo Freire nasceu em Recife, Pernambuco em 1921 foi reconhecido com 29 títulos de “doutor honoris causa” lhe foram concedidos por universidades da Europa e América. Sugerimos a leitura: DICKMANN, Ivo e DICKMANN, Ivanio. 365 dias com Paulo Freire / Ivo Dickmann, Ivanio Dickmann (orgs.). 1.ed. São Paulo: Diálogo Freiriano, 2019. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s55e55x>.

A EJA tem uma função social e política muito importante na sociedade, neste aspecto, destacamos, mais uma vez, o pensamento e todo esforço realizado pelo educador Paulo Freire.

Um dos movimentos importantes ocorridos na Paraíba foi a (CEPLAR)-Campanha de Educação Popular, movimento importantíssimo que tinha como base os métodos de Paulo Freire, a CEPLAR surgiu na Paraíba em 1961, nesse mesmo período ocorria também SIREPA -(Sistema Rádio Educativo da Paraíba). A SIREPA por sua vez, teve sua origem na Colômbia no ano de 1947, onde esse movimento acarretou na alfabetização de cerca de 800 mil jovens que escutavam o rádio. Devido ao sucesso nesse país, o SIREPA chega ao Brasil em 1957, as escolas radiofônicas foram instaladas em cada Estado do Brasil, na Paraíba os números de escolas nessa modalidade tiveram em torno de 600 escolas radiofônicas espalhadas no Estado da Paraíba. (ARRUDA, 2014, p. 19).

As alunas, estudantes da EJA, mesmo diante de tantas adversidades, têm muito a nos ensinar e Freire a nos inspirar, nesse sentido, o autor preconizou uma pedagogia para as classes sociais menos abastadas, a qual ele denominou de “Pedagogia do Oprimido” (2005). A pressão no mercado de trabalho, a busca por melhores salários, concorrência nas empresas, leva os alunos a procurar a escola para não perder a vaga de trabalho, geralmente precários. Em momentos de diálogos com os alunos, percebemos as ideias condicionadas pela situação concreta e contraditória que vivem, não se percebem como oprimidos, nem como produto de uma ação histórica, de desigualdade e injustiça social. De acordo com Freire,

A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está, clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade (FREIRE, 1987, p. 21).

Como fazer com que esse aluno que hospeda o opressor, tenha consciência de sua opressão? Paulo Freire chama nossa atenção para a dificuldade de fazer este homem ter consciência de sua própria opressão no livro Pedagogia do Oprimido.

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 1987, p.20).

Paulo Freire, ao propor uma educação libertadora e conscientizadora, faz-nos pensar sobre o “medo da liberdade”. Há uma espécie de “sombra” e nela homens e mulheres se acomodam. Acontecerá algo novo quando as barreiras da opressão forem

transpostas, mas como disse Freire “os oprimidos, acomodados e adaptados “imersos” na própria engrenagem. Eles temem as ameaças “querem ser, mas temem ser” (FREIRE, 1987, p. 22). É necessária uma ação transformadora, mas para que isso aconteça, precisam querer.

Quando o livro *Pedagogia do Oprimido* foi escrito, havia muitas crianças fora da escola e muito analfabetismo. O educador se propôs, então, através de seu método, alfabetizar para além das palavras, conduzir os alunos a um saber crítico, que traduzisse o mundo que era ensinado pela história, geografia e matemática. Mas, essa iniciativa não seria fruto da classe dominante e opressora, mas dos oprimidos. “Seria uma contradição se os opressores, não só defendessem, mas praticassem uma educação libertadora. Como poderiam os oprimidos dar início a violência se eles são o resultado de uma violência?” ((FREIRE, 1987, p. 26 e 27).

No próximo capítulo, com o objetivo de localizar e leitor, iremos discorrer sobre a E. E. E. F. M. Eja Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, o funcionamento da Eja presencial e semipresencial e antecipar alguns resultados dessa pesquisa.

IV UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA E RESULTADOS

A pandemia da COVID19 afetou as atividades educativas em suas diversas expressões. Assim que o vírus começou a se expandir, no Brasil, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde – OMS, os governos locais adotaram, como medida sanitária essencial, o distanciamento social. As instituições escolares ficaram com suas instalações físicas vazias e precisaram adotar diversas estratégias para dar continuidade ao sistema escolar. Mas não foram apenas as aulas afetadas, a pesquisa científica também foi afetada. Não foi fácil coletar dados nas condições sociais impostas pela pandemia. Na prática, o começo do nosso curso de mestrado coincidiu com o começo do distanciamento social. Contudo, conscientes da obrigatoriedade do cumprimento dos prazos, procuramos aguçar nossa “imaginação sociológica” para dar curso a nossa pesquisa.

4.1 - Local da pesquisa

O *locus* de nossa pesquisa foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio EJA Prof.º Geraldo Lafayette⁴³ Bezerra. Essa escola fica localizada no bairro do Cristo⁴⁴ em João Pessoa, na Paraíba. Esta instituição de ensino é mantida pelo governo do estado e se diferencia das demais instituições de ensino por oferecer atendimento específico para jovens e adultos, nas modalidades presencial e semipresencial. Além de ser um espaço de construção do saber, é um lugar de realização de sonhos, de fracassos, de idas e vindas, um espaço onde se pode conhecer de perto os conflitos⁴⁵ na vida dos estudantes.

A referida escola foi criada pelo Decreto nº 9.883, de 10 de junho de 1983 e inaugurada em 11 de setembro de 1983, ainda na perspectiva de Centro de Estudos

⁴³ Geraldo Lafayette Bezerra foi reitor da UFPE, entre os anos de 1980 e 1983. Morreu prematuramente aos 51 anos. Na homenagem, feita ao reitor, por Luiz Pinto Ferreira em 1983, destacou seu trabalho como diretor da faculdade de filosofia, vice-reitor e reitor. Disponível em: <http://www.luizpintoferreira.com/galeria-discursos.php>. Acesso em 13 de nov. de 2022

⁴⁴ Rua Felinto Escolástico, s/n - Cristo Redentor. João Pessoa Paraíba. Cep: 58070 - 300. A escola funciona de segunda à sexta-feira, manhã, tarde e noite.

⁴⁵ O professor Dr. Humberto Farias (2015, p. 95), em sua pesquisa realizada na mesma escola, chamou esse bairro de “bairro contradição”.

Supletivos, cujo respaldo era a Lei 5692/71. Na época da inauguração, recebeu o nome de Centro de Estudos Supletivos, respaldado pela Lei 5692/71. Por esse motivo, ainda hoje é conhecida, popularmente, no bairro do Cristo como “supletivo”.

Imagem 01: Foto da escola



Fonte: Imagem do perfil do grupo de WhatsApp da escola

Realizo minha docência, nesta escola, como professora de sociologia, desde o ano de 2012. Tomei posse durante o governo de Ricardo Coutinho (PSB), este concurso foi o primeiro da Paraíba depois da obrigatoriedade da inclusão do ensino de Sociologia no ensino médio em 2008 (MEUCCI, 2020). O concurso foi realizado, em 2009, mas houve problemas na posse dos aprovados e processo de judicialização, sendo retomado em 2012. A Sociologia foi incluída, de forma obrigatória, juntamente com a Filosofia, no currículo do Ensino Médio brasileiro (em suas três séries) com a promulgação da Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, que alterou o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Na Paraíba, a inclusão da obrigatoriedade de disciplina de sociologia e filosofia pela resolução nº 277/2007, do Conselho Estadual de Educação só aconteceu em 18 de outubro de 2007⁴⁶ (RODRIGUES, 2020). Para o exercício da docência de Sociologia, a Resolução 277/2007 determinou, em seu art. 6º, a exigência de diploma de Licenciatura em Sociologia ou de Licenciatura em Ciências Sociais.

⁴⁶ Segundo Rodrigues (2020) em O ensino de Sociologia na escola pública de João Pessoa: formação docente e estratégias didáticas. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572630/3/UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DE%20CAMPINA%20GRANDE%20-%20GRYGENA%20TARGINO%20MOREIRA%20RODRIGUES%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 29 de out. de 2022.

Nesta escola, testemunhei a concretização de sonhos de dezenas de alunos que às vezes, até com lágrimas nos olhos, eles compartilham conosco a alegria de estarem concluindo o ensino fundamental ou médio. São histórias de superação, de luta, de retorno à escola, da aprovação no ENEM e entrada na faculdade, de fracasso também, quando não conseguem nem terminar a Eja e desistem novamente.

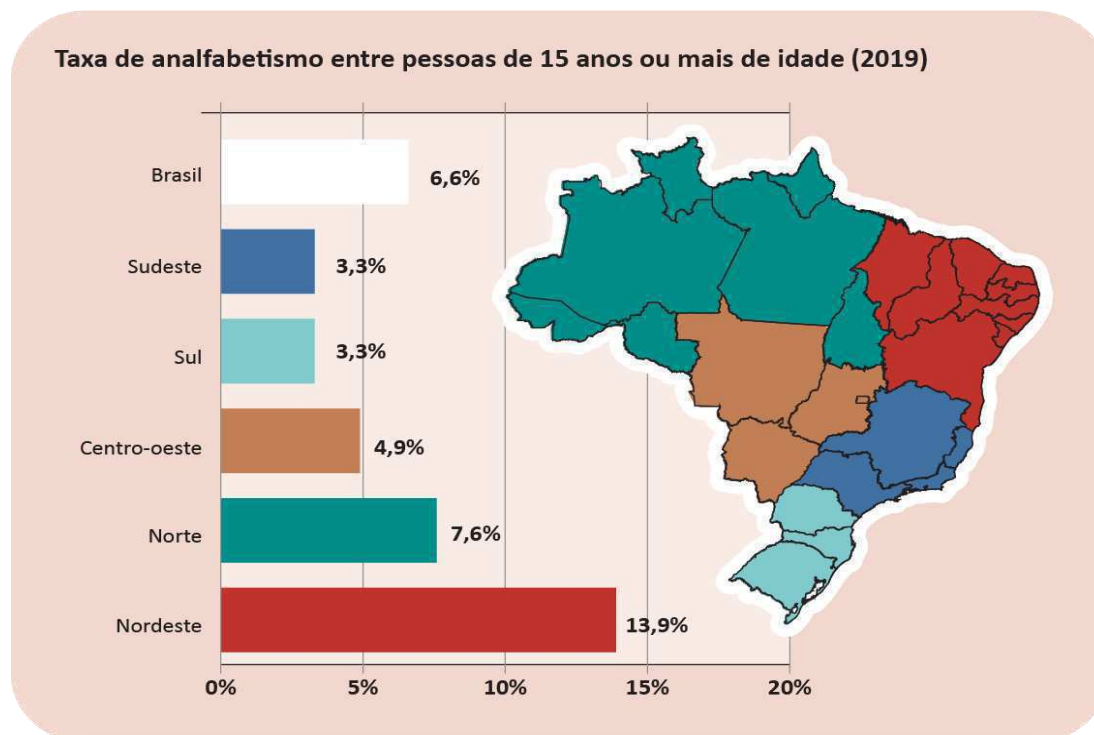
Assim como Paulo Freire, quando usou a metáfora da “mangueira”, quero também refletir sobre esses momentos, cheios de paixão e de raiva também, por ver tantas coisas que não deram certo na vida dos (as) estudantes. O livro "À Sombra desta Mangueira" (2015) de Paulo Freire é uma análise sobre o contexto do mundo nos fins do século XX, contra a malvez do neoliberalismo contida no seu fatalismo que nega a humanização e a libertação dos seres humanos. Freire inicia este livro com a lembrança de quando era menino, sobre as fruteiras nos quintais, à sombra destas árvores.

Assim, como ele fez, podemos também fazer um exercício sobre nossa prática pedagógica, pensarmos metaforicamente, como se estivéssemos à sombra de uma mangueira. De acordo com Freire, a solidão era necessária, ele diz: “Sei que sei como sei que não sei o que me faz saber, primeiro, que posso saber melhor o que já sei, segundo que posso saber o que ainda não sei, terceiro, que posso produzir o conhecimento ainda não existente. (FREIRE, 2015, p. 18). Esse recurso era importante, não porque não gostasse de companhia ou porque se achasse uma estranheza no mundo, não. Aquele momento era um mergulho na história, acompanhar e compreender os fatos, dentro do seu contexto, por isso diz “é necessário estar sempre à espera de que um novo conhecimento surja, superando outro que, já tendo sido novo, envelheceu” (FREIRE, 2015, p. 19). As certezas e as dúvidas são formas de estar sendo.

O Brasil é o país mais populosos da América Latina, com cerca de 207 milhões de habitantes, organizado politicamente sob o sistema federativo com 26 estados, o Distrito Federal e os 5.570 municípios, com autonomia para legislar em diversas áreas, inclusive educação. Das regiões brasileiras, o Nordeste é o que apresenta maior carência de investimentos na educação, dos nove estados que a compõem “são historicamente os que apresentam dados mais preocupantes no que se refere à elevada desigualdade social do país, com repercussões diretas sobre a oferta educativa” (OLIVEIRA, CLEMENTINO, 2020, p. 145). De acordo com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil ficou estagnado no ranking do Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) pelo terceiro ano consecutivo, ficando na 79ª posição no levantamento que pesquisou 189 países. Segundo o IBGE (2019), a região nordeste apresenta os maiores índices de analfabetismo no Brasil.

FIGURA 03. - Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)

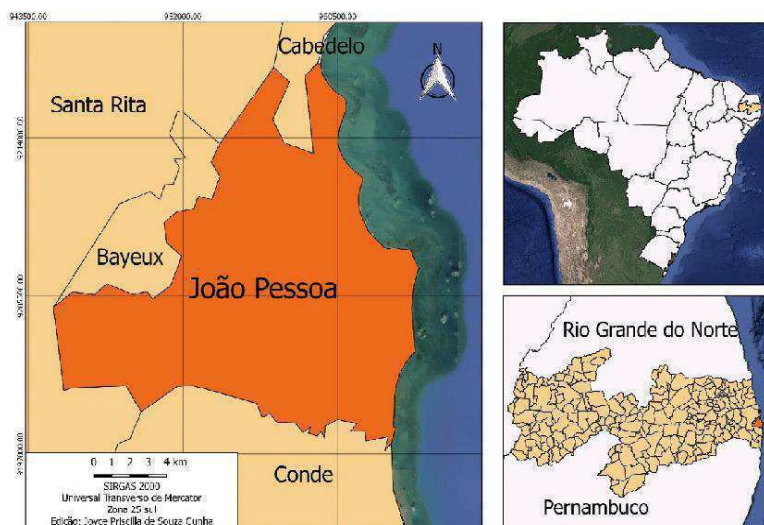


A Paraíba, desde 2012, utiliza o sistema de bonificação para professores e profissionais baseado em critérios e metas. Os Prêmios Escola de Valor e Mestre da Educação, Lei nº. 9.879, de 13 de setembro, visando ao fomento, à seleção, à valorização e à premiação das práticas pedagógicas exitosas.

Segundo dados do IBGE, de 2018 a 2019, cerca de 300 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e 200 mil do ensino médio migraram para a EJA, conforme o Censo Escolar do Inep. O Brasil tem cerca de 11 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever, de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo IBGE⁴⁷ na área da educação, em 2019. Esse número representa 6,6% da população.

⁴⁷ Fonte: <https://revistaeducacao.com.br/2022/08/23/abandono-na-educacao-de-jovens-e-adultos/>

Figura 04. Localização geográfica da cidade de João Pessoa - PB



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-Municipio-de-Joao-Pessoa_fig11_334107348

4.2 - Procedimentos Técnicos da Pesquisa

Nesta fase da pesquisa, precisamos retomar o objetivo geral da pesquisa e delinear os passos seguintes para prosseguir. Afirmamos no início que o **objetivo geral** era produzir um material pedagógico que pudesse auxiliar os docentes na promoção de ações voltadas ao combate às causas de evasão escolar dessas mulheres. Para tanto, procuramos compreender as dificuldades que as estudantes da EJA da E. E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB), enfrentam para permanecer e concluir seus estudos. A coleta das informações foi realizada com alunas do semipresencial, no presencial, coletamos informações dos alunos e alunas.

Os percalços⁴⁸ no caminho da pesquisa foram surgindo à medida que íamos avançando. O maior de todos, com certeza, foi a pandemia. Em isolamento decretado pelos governos estadual e federal, tentando não nos desesperar, prosseguimos. A coleta das informações através dos questionários on-line, não deu certo. Apenas dois alunos responderam algumas questões e mesmo assim de forma incompleta, depois compreendi em conversa com estes alunos, presencialmente, que achavam que era uma atividade da escola, não compreenderam que se tratava de uma pesquisa.

⁴⁸ Em 2021, contraí a covid-19 de forma muito grave e severa, estive internada por duas vezes na UTI do hospital Targino, na cidade de Campina Grande, PB, com 75% dos pulmões comprometidos. Além do

Ainda estamos colhendo, na nossa escola, as sequelas e os frutos amargos desse período. Na tabela 02 (pág. 65), demonstramos os números e a diferença nas matrículas entre os anos de 2019, quando teve início a pandemia, ao ano de 2022 com o retorno das aulas 100% presencial. As notícias eram péssimas, de alunos e colegas de profissão que estavam enfermos e outros que estavam em crise de depressão.

Inicialmente, distribuimos os questionários de forma on-line, porque as aulas presenciais tinham sido suspensas em 17 de março de 2020, devido à pandemia do Covid-19. No ano de 2019, o mundo todo foi surpreendido, então, com algo totalmente desconhecido, o vírus que ficou conhecido como Covid-19. Professores, gestores e técnicos receberam a informação que iríamos ficar um tempo afastados da escola, a ideia era que esse afastamento duraria poucos dias, mas não foi assim, só retornamos presencialmente em 2022. A Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT) orientou os professores a se inscreverem no curso de formação para o uso de tecnologias para aulas online, na plataforma Google Classroom, com vistas à gestão de atividades remotas no regime especial de ensino⁴⁹. Esse momento foi muito tenso para todos nós, professores e alunos, um misto de medo e ansiedade. Lidar com tudo ao mesmo tempo, foi um grande desafio, aulas on-line através do Meet, usar a plataforma, o WhatsApp, nossos números pessoais foram compartilhados com os alunos, eram mensagens a todo momento.

4.3 - A estrutura dos cursos semipresencial e presencial

meu próprio sofrimento e da minha família, como também de mais 690 mil brasileiros, vi amigos partirem sem poder ir ao funeral, nem dar pessoalmente os pêsames a seus familiares.

⁴⁹ Na conclusão do curso recebemos o certificado com carga horária de 20h, na modalidade Educação à Distância em 18/05/2020.

Seguindo o raciocínio de apresentar e esclarecer como funciona as modalidades presencial e semipresencial da EJA e sua organização curricular, descrevemos o embasamento legal e a sistematização destas modalidades de ensino. Os documentos norteadores da Eja, seguem amparados pela Resolução 03/2016 do Conselho Estadual de Educação da Paraíba e as matrizes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A LDB em seu art. 23 diz que a estrutura pode ser organizada em séries anuais, períodos semestrais, ciclos⁵⁰, alternância regular de períodos de estudos e grupos não-seriados. A Paraíba segue a resolução 030/2016 baseada em ciclos. Iniciaremos apresentando a Eja semipresencial, destacando a organização do curso⁵¹, a forma de atendimento e os esclarecimentos quanto ao funcionamento da Eja presencial.

A **Eja Semipresencial** funciona em sistema de plantão pedagógico, respeitando o horário que o aluno pode se dirigir à escola para prosseguir com seus estudos, não sendo obrigados a comparecer no horário rígido da escola regular, por exemplo, por isso, a escola funciona nos três horários, manhã (das 7h às 11h.), tarde (das 13h às 17h.) e noite (das 19h às 22 h). Essa flexibilidade está prevista no Parecer 11/2000 do CNE/CEB. Contanto que o aluno cumpra uma matriz curricular de 1.600 horas para o ensino fundamental e 1.240 horas no ensino médio, sendo 35% presencial e 65% não presencial.

⁵⁰ De acordo com as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba 2022, a Educação de Jovens e Adultos é organizada em ciclos, com duração de um ano letivo cada um, dispostos da seguinte maneira no Ensino Médio.

Ciclo V - corresponde aos 1º e 2º anos

Ciclo VI - corresponde ao 3º ano com aprofundamento do ciclo V. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/558930614/Diretrizes-Operacionais-Das-Escolas-Da-Rede-Estadual-2022-v2-1> Acesso em 30 de nov. de 2022.

⁵¹ Os cursos, quando ofertados sob forma presencial, permitem melhor acompanhamento, a avaliação em processo e uma convivência social. Isto não significa que cursos semipresenciais, que combinam educação a distância e forma presencial, ou que cursos não presenciais que se valham da educação a distância não devam conter orientações para efeito de acompanhamento” (BRASIL, 2000, p. 31)

Quanto à estrutura física da escola, atualmente, conta com 8 (oito) salas de aulas, disponíveis para aulas presenciais e uma sala ampla para aulas semipresenciais, nesta sala ampla, todos os professores dos componentes curriculares atendem os alunos do semipresencial. Conta também com, 01(uma) secretaria, 01(uma) sala de professores, sala da direção, 01 (uma) biblioteca, 03 (três) banheiros, 01(uma) cozinha. A biblioteca passou, recentemente, por uma ampla reforma, recebeu doação de livros, pintura das prateleiras e organização dos livros por área de conhecimento.

A equipe de funcionários da escola é organizada de acordo com suas atribuições, incluindo, gestores, professores, funcionários da secretaria e de apoio (inspetor, porteiro e serviços gerais).

Os (as) discentes, podem organizar seus estudos, conforme suas demandas, permitindo aos alunos a compatibilidade com seu cotidiano de trabalho, afazeres domésticos ou outras. Isso é algo positivo, porque possibilita a organização dos estudos, segundo Farias (2015, p 15) “esse formato contempla por vários motivos uma grande parcela de jovens e adultos que potencializam nesses cursos as melhores possibilidades para atingirem seus objetivos”. Outro fator muito positivo, na Eja semipresencial, é o contato direto dos alunos com os professores. Cada estudante, recebe dos professores as primeiras orientações quanto à unidade formativa⁵² ou aos conteúdos correspondentes a cada componente curricular.

No contato direto com o aluno, individualmente, o professor tem muitas possibilidades de romper com a timidez, vergonha, conhecer os problemas que levaram esse jovem ou adulto a romper com os estudos e voltar a Eja, rever estratégias de alfabetização. Na imagem⁵³ seguinte, pode-se ter uma ideia, mais clara, quanto a esse procedimento individual. No primeiro contato com o aluno e a aluna, o professor e a professora orientam quanto ao material de Sociologia que será estudado para posterior aplicação de atividades e avaliações objetivas na escola.

⁵² De acordo com o Guia de Orientações Gerais da EJA, da secretaria de Educação da Paraíba, através da GEEJA (Gerência Executiva da Eja) em consonância com as Diretrizes Operacionais 2020, a **Unidade Formativa** é o elemento que estrutura a organização pedagógica do percurso formativo do estudante da EJA semipresencial. Ela se define como um conjunto sequencial e progressivo de atividades de aprendizagem relacionadas a determinados eixos temáticos e conteúdos curriculares próprios da modalidade EJA, no formato semipresencial.

⁵³ Esta aluna da foto, tinha sido aprovada numa entrevista de emprego, mas não tinha o certificado de ensino médio. Recorreu a nossa escola para conseguir, com mais rapidez, sua vaga de emprego.

Imagem 02 - Atendimento individual no semipresencial da Eja

Fonte: arquivo da autora (2022)

Em algum momento da vida, os alunos e alunas da Eja tiveram seu direito de estudar negado, os motivos são diversos, como venho dizendo, no caso das mulheres, a desistência envolve gravidez precoce, trabalhar para sustentar a família, ciúmes por parte do companheiro, violência doméstica, cansaço depois de um dia de muita atividade. Essas dificuldades foram elencadas no capítulo anterior.

Toda pesquisa nasce de questões e problemas que envolvem um fenômeno, as respostas, geralmente, estão vinculadas a conhecimentos anteriores. A experiência em sala de aula na Eja, desde o ano de 2012, é um campo fértil que gera em nós a inquietação e o desejo de esclarecer, o que parece está obscuro, como diz Minayo, “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2007, p. 16).

A Gerência Executiva (GEEJA) responsável pela oferta, organização e gestão da Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da SEECT (Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba), em todo o Estado da Paraíba, que abrange a EJA Presencial, EJA Semipresencial e a Educação em Prisões- Educando para a Liberdade. O Guia de Orientações Gerais da Eja⁵⁴, é fruto do trabalho de vários professores da Paraíba com o objetivo de proporcionar aos gestores e a toda a equipe das escolas estaduais, o acesso às informações importantes sobre o funcionamento da EJA. No quadro 01, disponibilizamos o quadro com a distribuição de escolas com cursos semipresenciais de Eja na Paraíba. Segundo a GEEJA, a Paraíba conta com cursos semipresenciais da Eja, ofertados em 9 (nove) escolas da Rede, em 6 (seis) Gerências Regionais de Ensino (GREs):

Quadro 03: Escolas com Curso Eja Semipresencial na Paraíba

ESCOLAS COM CURSO EJA SEMIPRESENCIAL		
GRE	MUNICÍPIO	ESCOLA
1 ^a	João Pessoa	EEEFM Antônia Rangel de Farias EEEFM e EJA Prof.º Geraldo L. Bezerra EEEFM Débora Duarte
	Mari	EEEm Augusto dos Anjos
3 ^a	Campina Grande	Centro de Formação de Educadores de Campina Grande
6 ^a	Patos	ENE Dom Expedito Eduardo de Oliveira

⁵⁴ Esse guia contou com a participação efetiva dos professores da nossa escola, EEEFM e EJA Professor Geraldo Lafayette: Edenia Cesarina de Brito (Português), Humberto Vieira de Faria (Biologia), Manoel Messias Belisário Neto (Português). (pág. 3)

8 ^a	Catolé do Rocha	ECI João Suassuna
9 ^a	Cajazeiras	EEEFM Manoel Mangueira
10 ^a	Souza	EEEF André Gadelha

Fonte: Guia de Orientações Gerais da Eja/2020

Ainda, segundo o Guia de Orientações Gerais da Eja, é nos plantões pedagógicos, que se dá o atendimento, individualmente ou em pequenos grupos, com a flexibilidade de frequência e turnos, características da EJA semipresencial. O sistema de matrícula pode ocorrer em qualquer época do ano. A avaliação da aprendizagem se dá, de forma presencial, o aluno depois de receber as devidas orientações quanto à forma de avaliação e todo o conteúdo correspondente às unidades formativas, retorna à escola para a realização de avaliações somativas e uma prova, sendo aprovado com a nota igual ou superior a sete (7,0), segundo regimento dos CEJAs.

Observou-se uma diferença muito grande no quadro de matrículas da escola, quando teve início a pandemia do Covid-19, refletidos no número de matrículas da nossa escola. Matrícula atípica neste ano, pós-pandemia. Mas a diferença no número de matrículas entre homens e mulheres se manteve equilibrado nestes períodos.

Tabela 02 - Diferença no número de matrículas entre homens e mulheres no semipresencial do ensino médio, depois da pandemia do Covid-19

ANO	TOTAL DE ALUNOS NO SEMIPRESENCIAL	HOMENS	MULHERES
2019	476	260	216
2020	163	76	87
2021	149	76	73
2022	159	88	71

Fonte: Livro de matrícula do ensino fundamental e médio/semipresencial - anos 2019 a 2022

A **Eja presencial** funciona no turno da noite no horário das 19 h às 22 h. Atualmente, em 2022, conta com duas turmas, ciclo V e ciclo VI, no total 64 alunos matriculados, mas frequentando regularmente a escola, só temos 30 (trinta) alunos. Algo inusitado, porque a escola, antes da pandemia, contava com seis turmas no presencial, todas as seis salas da escola eram usadas. No semipresencial, havia em 2019, antes da pandemia, 476 alunos matriculados, como demonstramos no quadro acima. O movimento “Todos pela Educação”, em nota⁵⁵, expôs o desafio de alguns países no retorno às aulas, após o fechamento provisório de escolas, depois de algum fato catastrófico ou estranho. No retorno, podemos perceber problemas emocionais, físicos e cognitivos, podendo ser mais danosos em crianças e adolescentes, porque afetam o desenvolvimento cerebral.

A pandemia causou danos à educação, o que podemos constatar é o esvaziamento das salas de aula depois da pandemia. No quadro 01 (pág. 67), depois de um levantamento desses dados, na escola, através do sistema Saber, demonstramos a diferença no número de matrículas nas turmas do presencial entre os anos de 2019 a 2022. Este quadro reflete, também, a diferença nos números do abandono, transferência e aprovação entre homens e mulheres matriculados na escola. Mas, podemos inferir que a diferença no número de matrículas entre homens e mulheres, no turno da noite se manteve equilibrado.

Tabela 03- Número de matrículas das turmas do presencial entre os anos de 2019 a 2022

Ano	Turmas	Total de matrículas homens e mulheres		Abandono total		Transferência total		Aprovados total	
		T	H M	T	H M	T	H M	T	H M
2019	V-A, V-B, V-C, VI-A, VI-B,	253	H - 104	111	H - 50	51	H - 23	83	H - 29
			M - 149		M - 61		M - 28		M - 54
2020	V-A, V-B,	172	H - 61	92	H - 43		H - 4		H - 17

⁵⁵ Todos pela Educação. Nota técnica. O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-na-pandemia-o-retorno-as-aulas-presenciais-frente-a-covid-19/>. Acesso em 05 de dez. de 2022

	V-C, V-D, VI-A, VI-B		M - 111		M - 49	11	M - 7	69	M - 52
2021	VI-B, VI-A, V- A	82	H - 24	47	H - 18	-	-	35	H - 6
			M - 58		M - 29		-		M - 29
2022	V-A, VI- A	64	H - 25	37	H - 14	-	-	27	H - 11
			M - 39		M - 23		-		M - 16

Fonte: sistema saber da SEECT da Paraíba

Estas informações⁵⁶ foram muito importantes para compreensão daquilo que estamos pesquisando. Verificamos que o número de mulheres que são aprovadas é maior que o de homens. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD em 2019⁵⁷, o número de mulheres que concluem o ensino médio é maior que o de homens, sendo 51,0% de mulheres contra 46,3% de homens. Desde 2016, o número de mulheres com ensino médio completo vem aumentando, elevando esse número para 9,6 anos de estudo para mulheres, enquanto para os homens, 9,2 anos.

No próximo capítulo, analisaremos as contradições, a complexidade do fenômeno da evasão escolar, os sujeitos da Eja, as dificuldades e os problemas que as alunas enfrentam para chegar, permanecer na EJA e concluir.

⁵⁶ Estas informações, coletadas, foram resultado da pesquisa realizada no Sistema Saber (PB) pelo Técnico da Secretaria da Escola E. E. F. e M. Eja Prof^o Geraldo Lafayette Bezerra, André Henrique Cabral Leite em 06 de dez. de 2022.

⁵⁷ Educação 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em 13 de fev. 2023

V TRILHANDO A “ESCALADA DA MONTANHA” COM AS ALUNAS DA EJA

Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores⁵⁸. (CORA CORALINA, 1997, p. 145)

Pensar na inclusão da mulher dentro do sistema de educação nos remete a pensar nas múltiplas realidades em que as mulheres estão inseridas. O acesso ao sistema de educação, para as mulheres pobres, é percebido, ainda hoje, como um privilégio. Quais são as dificuldades que uma mulher pobre, da periferia enfrenta para chegar até a sala de aula? Essas dificuldades são diferentes das dos homens? Existe algum direito, garantido às mulheres, sendo negligenciado? Quais são os motivos que as fazem desistir (e se evadirem) da escola e se elas têm relação com políticas públicas? Iniciamos esta pesquisa incomodada com essas questões, usamos, então, as ferramentas das ciências sociais, procurando desvendar uma realidade rica de símbolos e significados, portanto, complexa.

Voltamos nosso olhar para a sala de aula. É na observação das vivências das mulheres que frequentam o EJA como podemos compreender as dificuldades que elas enfrentam para dar continuidade aos seus estudos. É nas memórias, experiências e relatos dessas mulheres que identificamos as dificuldades que as alunas enfrentam para poder estudar. Quando as escutamos, procuramos anotar no diário de campo. Refletimos e procuramos interpretar os dados com o auxílio do referencial teórico adotado para realizar nosso trabalho. No entanto, a análise dos dados nos trouxe aquela sensação de que falta algo, como se estivesse chegando próximo, como diz Minayo, “qualquer conhecimento é aproximado, é construído” (2007, p. 12).

Com o propósito de relacionar o esforço de nossas alunas adultas e idosas, destacamos a poeta Cora Coralina, chamada pela historiadora Delgado (2002) de “a Poéta do Sabor”. Se existe uma mulher, poeta, idosa, que sabia o que era dificuldade,

⁵⁸ Trecho adaptado do poema Ressalva. A poeta publicou seu primeiro livro aos 75 anos, iniciando aos 14 anos. Recebeu o título de “melhor escritora” do estado de Goiás em 1910.

mas que usou a poesia, as letras para expressar sua vida, culinária, sua cidade, seu conhecimento, sua poesia, essa pessoa foi Cora Coralina. A escritora e poeta nos faz lembrar daquelas alunas que sentam em nossas salas de aula, já quase idosas, algumas assustadas, tímidas, cabisbaixas, mais fortes, corajosas, querendo estudar. Enfrentam o olhar duvidoso dos jovens, dos professores, dos maridos e filhos, como se quisessem dizer: “estou aqui, já idosa, mas quero aprender” (grifo meu).

Homenageamos todas as nossas alunas da EJA, através dessa mulher incrível, que usou seu ofício de doceira para se sustentar, como ela mesma disse, “fiz doce para ganhar dinheiro” (DELGADO, 2000, p. 64). Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, mais conhecida como Cora Coralina, nasceu na cidade de Goiás, na Casa Velha da Ponte, em 1889. Como muitas mulheres das camadas populares, Cora Coralina assumiu seu destino aos 67 anos, decidiu viver para si, depois de criar os filhos. As palavras da escritora refletem a experiência de muitas mulheres que criam seus filhos, cuidam da casa e dos outros, depois vencem as limitações e se libertam.

Hoje meus filhos moram todos em São Paulo e eu aqui. Nem eu tenho vontade de ir para perto deles, nem tenho vontade que eles venham para perto de mim. Porque acho bom assim. Não quero mais limitação na minha vida. Fui limitada na primeira infância, fui limitada de menina, fui limitada de adolescente, fui limitada de casada e não quero ser limitada depois de velha. Hoje, não me sinto livre, me sinto liberta. Não quero mais limitação na minha vida. Não há nada que valha para mim a minha libertação (DELGADO, 2020, p. 63 apud CORALINA, “Mulherio”, 1983).

Anos se passaram, dessa história incrível de Cora Coralina, mas, diariamente, mulheres jovens e adultas, das camadas populares, realizam inúmeras tarefas como, cuidar da casa, cuidar dos filhos, de idosos, estudar, trabalhar fora do ambiente doméstico, cuidar de algum parente doente, constituindo-se como um trabalho, pouco ou não remunerado, que contribui para o enriquecimento de todos, principalmente dos mais ricos (OXFAM BRASIL, 2020). O retorno das estudantes à sala de aula não é fácil, encarar a sala de aula sendo a mais velha da turma, vencer a timidez, superar situações difíceis relacionadas à família, são fatores desanimadores para essas estudantes (VIEIRA E CRUZ, 2017).

Instigada por essas reflexões, encontramos a tese de Ferreira (2013) com o tema Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT⁵⁹

⁵⁹ EPT Educação Profissional e Tecnológica

sobre as dificuldades das alunas relacionadas à aprendizagem, relações de gênero que impactam seus processos de escolarização, além das dificuldades advindas das demandas socioeconômicas. Segundo a autora, às mulheres das camadas populares não contam com uma infraestrutura que lhes garanta creches para os filhos, os empregos são precários, os companheiros não apoiam, e assim diz,

[...] empregos precarizados e atividades informais, as múltiplas funções desempenhadas enquanto mulher na esfera reprodutiva e produtiva, a falta de apoio familiar, que muitas vezes configuraram-se por meio da oposição do pai, marido/companheiros e inclusive das/os filha/os e da ausência do poder público, em relação a implementação de políticas de apoio ao trabalho reprodutivo para as mulheres no que diz respeito à inexistência de infraestrutura como creches e escolas no período integral para suas/seus filhas/os e casas de assistência as/aos idosas/os entre outras políticas de cuidado. (FERREIRA, 2013, p. 20).

Assim, como parte das nossas inquietações que resultaram nas questões problema dessa pesquisa, já mencionadas, na introdução, queríamos compreender quais eram as dificuldades que as mulheres enfrentavam para estudar e a relação dessas dificuldades com questões estruturantes da sociedade. De acordo com o Dicionário Houaiss Conciso (2011)⁶⁰, dificuldade significa aquilo que impede; obstáculo, complexidade, situação aflitiva, algo trabalhoso. Como venho dizendo, nas primeiras análises dessa pesquisa, as dificuldades ainda persistem na vida das mulheres, mesmo diante de tantas conquistas, também já citadas.

O caminho percorrido pelos estudantes das camadas populares, passa pela educação formal, nos primeiros anos de vida, como demonstramos no gráfico 02 (pág. 39), depois desistem da escola pelos mais variados motivos como, necessidade de trabalhar fora, problemas cognitivos e outros. A escolarização interrompida é um dos elementos que contribuem para uma maior vulnerabilidade social e de trabalho dessas mulheres. Quando retomam os estudos, os discentes procuram a modalidade Eja, para concluir o ensino fundamental ou médio, alguns concluem, outros desistem novamente. Dessa forma, o Brasil não consegue garantir a permanência, após anos de afastamento da escola, desses alunos. A educação é um direito garantido por lei, mas não se concretiza na vida de todos aqueles que procuram retomar os estudos e concluir. De acordo com o sistema nacional de educação, os jovens com 15 anos deveriam ter

⁶⁰ Dicionário Houaiss Conciso. Org. Mauro de Salles Villar - São Paulo: Moderna, 2011. p. 303

concluído o ensino fundamental e os jovens com 18 anos o ensino médio. A LDB instituiu a idade mínima de 15 anos completos para o ingresso na Educação de Jovens e Adultos. O artigo 38 da LDB diz:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, Art. 38, p. 30)

Na análise dos resultados, trabalhamos com os dados coletados nas turmas do Ciclo V e VI do presencial, incluindo alunos⁶¹ e alunas. No semipresencial, colhemos as informações apenas das alunas. No momento da coleta das informações, nas turmas do presencial, consideramos relevante coletar informações de homens e mulheres, já que na aula ministrada, todos os alunos foram esclarecidos quanto ao objetivo da pesquisa e, mesmo assim, os homens manifestaram interesse em participar. Essa estratégia de incluir alunos e alunas do presencial, enriqueceu bastante a pesquisa, uma vez que pudemos obter ideias não só das mulheres, mas dos homens, quanto às questões que discutimos aqui.

Inicialmente, dispomos as questões gerais sobre as alunas, as dificuldades para estudar, os sonhos e o que a educação representa para elas. Dividimos a análise em quatro pontos principais, baseados nas principais queixas das alunas. Consideramos importante agrupar essas dificuldades como, trabalhar fora do ambiente doméstico, afazeres domésticos, violência urbana e doméstica e maternidade (família, filhos), fizemos assim para facilitar a compreensão. Estas discussões foram a base empírica para a construção do material pedagógico para professores e alunos. É importante, também, trazer para discussão dados estatísticos e os números de uma realidade brasileira ainda muito marcada pelos papéis e funções que delimitam as tarefas das mulheres, sobrecarregando as discentes e provocando evasão escolar.

⁶¹ Inserimos alguns dados sobre os alunos, os homens também são afetados por questões que se interseccionam como, classe, raça, pobreza que impedem a continuação dos estudos, principalmente o trabalho. Dos alunos do presencial recebi sete (7) questionários.

No quadro 04, apresentamos as informações gerais sobre os alunos e as alunas como, idade, estado civil, se estão trabalhando atualmente, quanto ganham de salário, se têm filhos ou não e quem realiza as atividades no ambiente doméstico. Quanto à faixa etária das alunas entrevistadas, possuem entre 18 e 56 anos, sendo uma média de idade de 30 anos. A aluna mais jovem tem 18 anos e a mais velha tem 56 anos. Com relação ao estado civil 63% se declararam solteiras e 37% possuem algum tipo de relacionamento, 4 alunos não quiseram responder. Quanto à questão “trabalho” 85,18% responderam que estão trabalhando, 14,82% não estão trabalhando, quatro alunos especificaram o tipo de trabalho, 4 alunos trabalham informalmente, 1 autônomo e apenas um com carteira assinada.

Considerando que o nível de escolaridade dos alunos é baixo, sem condições de investir em cursos e qualificação, entende-se que eles não têm condições de competir no mercado de trabalho, mais especializado. Algo que chamou nossa atenção é que a maioria não quis informar o salário que recebe, informaram que ganham entre 1 ou dois salários, a maior parte tem filhos, apenas 29,62% não têm filhos. Observa-se, então, que os (as) alunos (as) vivem e sustentam os filhos com trabalhos informais, vivem em condições de vulnerabilidade econômica e social.

Quadro 04 - Informações gerais sobre o perfil das/os alunas/os do presencial e semipresencial

Idade	Estado civil	Trabalho	Salário	Filhos	Atividades domésticas
18 anos	Solteira	Sim	-	Não	Eu e minha mãe
52 anos	Solteira	não	-	sim	eu
39 anos	casada	sim	-		eu mesma
35 anos	casada	sim		sim	eu e minhas filhas
	solteira	sim		sim	-
21 anos	solteira	sim			-
27 anos	-	sim		sim	eu mesma
39 anos	-	sim		sim	eu mesma
28 anos	solteira	sim		sim	-
35 anos	casada	sim		sim	eu e meu marido

Idade	Estado civil	Trabalho	Salário	Filhos	Atividades domésticas
32 anos	casada	sim		sim	eu
19 anos	solteira	não		não	eu
-	-	sim		sim	eu mesma e a filha
20 anos	casada	sim		não	Para manter a ordem sou "eu", mas meu marido ajuda também
18 anos	solteira	sim		não	Minha mãe, porém ajudo ela
35 anos	casada	sim		sim	eu mesma
56 anos	casada	não		sim	Eu e meu marido
25 anos	solteira	sim		sim	eu e minha mãe
43 anos	solteira	sim		sim	Eu mesma e o pai da minha filha
53 anos	casada	sim		sim	Os dois
26 anos	casado	sim. Trabalho informal	Entre um e dois salários	Sim	Eu
20 anos	solteiro	Trabalho informal	-	Não	Minha mãe e meu pai
51	solteiro	Trabalho informal	Autônomo	Sim	Eu mesmo
19 anos	solteiro	Trabalho com carteira assinada	Até um salário mínimo	Não	Eu, minha mãe e a nossa faxineira
-	solteiro	sim.	Até um salário mínimo	Não	Todo mundo em casa
19 anos	solteiro	Trabalho informal	Até um salário mínimo	Não	Minha mãe
-		Autônomo	De um a dois salários mínimos	Sim	Rosa (faxineira)

Fonte: elaborado pela autora / 2022

5.1 Afazeres domésticos

O trabalho doméstico é uma atividade que consome muito tempo das mulheres. No caso das mulheres pobres, que têm filhos pequenos, como é o caso das nossas alunas, o trabalho doméstico absorve a maior parte do seu tempo.

O trabalho doméstico, em certa medida, tem sido desconsiderado nos estudos das Ciências Sociais. No âmbito da vida social, o trabalho doméstico, quase sempre, é romantizado. O dia das mães, por exemplo, lembra-nos dessa idealização do trabalho doméstico, dessa representação de ver esse tipo de trabalho como um ato de amor, de entrega, de generosidade que engrandece à mulher/mãe. A sociologia do trabalho tem feito um esforço por estudar o trabalho doméstico, desde uma perspectiva econômica, como um tipo de atividade vinculado às políticas públicas que regulam o trabalho. A invisibilidade do trabalho doméstico, dentro do âmbito familiar das mulheres pobres, tem sido um pouco menos sombria no que diz respeito a outros domínios das Ciências Sociais, particularmente, dentro dos "estudos feministas" ou "estudos de gênero". É especialmente a partir da década de 1980 que começam a surgir pesquisas sobre a opressão sofrida pelas mulheres, de modo concreto no âmbito da vida doméstica. São notórias, no Brasil, recentes pesquisas realizadas em diversos programas de pós-graduação, bem como estudos relevantes como os de Sueli Carneiro ou de Carla Akotirene no Brasil ou, no campo internacional, os trabalhos de Bell Hooks, Nancy Fraser, entre outros estudiosos.

Ler sobre o trabalho doméstico nos ajudou a afinar nossa sensibilidade para observar a relação entre trabalho doméstico/evasão escolar. Sobre as atividades domésticas, percebemos e constatamos que 74,07% das alunas responderam positivamente quanto aos afazeres domésticos, sendo realizado por elas mesmas, com a mãe ou com as filhas. Logo, aferimos e concordamos com (BLAY, 1975; GUEDES, 2016; GALINKIN et al. 2010) quando fala sobre a sobrecarga de trabalho doméstico sobre as mulheres. Os papéis sociais, ainda são pré-definidos, constituem-se como empecilho para os estudos e autonomia econômica e social das alunas. Os homens correspondem apenas 29,62%, incluindo eles mesmos ou o pai. Quatro alunos não responderam e um aluno disse que “ajudo” em casa, prevalecendo a ideia dos papéis

sociais ainda delimitados. Aferimos que as mulheres, ainda, são as maiores responsáveis pelos serviços domésticos.

Tabela 04 - Atividades domésticas

Quem faz as atividades domésticas	Total %
Mulheres (incluindo mãe, ela mesma, as filhas, faxineira)	74,07%
Homem (eu mesmo, marido, pai)	29,62%

Fonte: elaborado pela autora, com base nos questionários e entrevistas em 2022.

A Pandemia do Covid-19 expôs os problemas sociais históricos e as mazelas da desigualdade social. As mulheres mais pobres tiveram de atender as demandas do trabalho doméstico, o exercício da maternidade, tendo de interromper os estudos. Para França, Scott e Machado (2022) “pais e maridos, também premidos pela instabilidade das relações de trabalho e pela crise econômica, interpelam as mulheres da família a contribuir com o aumento da renda familiar, desaprovando seu retorno escolar”, esta pesquisa⁶² foi realizada no Rio Grande do Sul em 2022, analisou as implicações das determinações sociais e de gênero com respeito à permanência e ao êxito das estudantes, que retomam os estudos em cursos profissionais, especificamente, na modalidade EJA-EPT.

Não há novidade nas ideias que têm relação com as afirmações sobre as desigualdades estruturantes de gênero e raça na sociedade brasileira (IPEA, 2011), o trabalho doméstico é feminino.

Figura 05- O trabalho doméstico

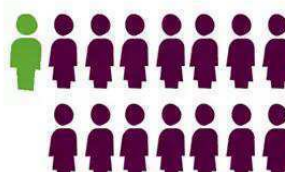
⁶² Esta pesquisa coordenada por docentes do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFRS) discute a inclusão de mulheres em processo de retorno à vida escolar à luz do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (PEPE/IFRS). Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em 02 de nov. de 2022.

O TRABALHO DOMÉSTICO É ESSENCIALMENTE FEMININO

Dos cerca de 67 milhões de trabalhadores domésticos no mundo, **80%** são mulheres.



No Brasil, das mulheres que trabalham, **14,5%** estão no trabalho doméstico contra apenas **1%** dos homens.



Conforme o site da Oxfam Brasil⁶³ o crescimento econômico dos bilionários do mundo é baseado num modelo sexista de exploração do trabalho não remunerado de mulheres e meninas que estão na base da pirâmide econômica da sociedade e que dedicam 12,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado e outras incontáveis horas, recebendo uma baixíssima remuneração por essa atividade. No Brasil, "90% do trabalho de cuidado é feito informalmente pelas famílias – e desses 90%, quase 85% é feito por mulheres". (OXFAM, 2020, p?). documentário⁶⁴ Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade,

A desigualdade econômica está fora de controle. Em 2019, os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas.¹ Os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África.² Esses extremos de riqueza coexistem com uma enorme pobreza. Novas estimativas do Banco

⁶³ A Oxfam é uma confederação internacional de 19 organizações trabalhando em rede em mais de 90 países, como parte de um movimento global pela transformação, com o objetivo de construir um futuro livre da injustiça da pobreza. Maiores informações podem ser encontradas no site: www.oxfam.org.br

⁶⁴ Este documento foi redigido por Max Lawson, Anam Parvez Butt, Rowan Harvey, Diana Sarosi, Clare Coffey, Kim Piaget e Julie Thekkudah. OXFAM Brasil. **Tempo de Cuidar**. Documentário da Oxfam. Janeiro de 2020

Mundial revelam que quase metade da população no mundo sobrevive com menos de US\$ 5,50 por dia e que a taxa de redução da pobreza caiu pela metade desde 2013 (OXFAM BRASIL, 2020, p. 5)

A “autoculpabilização” é o termo usado por Santos (2003), ao discutir a forma como, recorrentemente, os sentimentos invadem as pessoas da EJA, quando elas se referem à interrupção dos estudos nas experiências iniciais. Costumam trazer para si todas as responsabilidades, sem levar em consideração, por exemplo, a relação entre sua situação pessoal/familiar e a estrutura socioeconômica circundante. (CRUZ, 2020 e CRUZ, 2020, p. 516)

Na Declaração de Hamburgo, resultado da V Conferência Internacional da Educação⁶⁵, as mulheres devem ter as mesmas oportunidades dos homens (CONFINTEA V), embora se reconheça uma estrutura social ainda muito dependente do trabalho feminino.

As mulheres têm o direito às mesmas oportunidades que os homens. A sociedade, por sua vez, depende da sua contribuição em todas as áreas de trabalho e em todos os aspectos da vida cotidiana. As políticas de educação voltadas para alfabetização de jovens e adultos devem estar baseadas na cultura própria de cada sociedade, dando prioridades à expansão das oportunidades educacionais para todas as mulheres, respeitando sua diversidade e eliminando os preconceitos e estereótipos que limitam o seu acesso à educação que restringem os seus benefícios. Qualquer argumentação em favor de restrições ao direito de alfabetização das mulheres deve ser categoricamente rejeitada. Medidas devem ser tomadas para fazer face a tais argumentações. (CONFINTEA, 1997).

5.2 Trabalhar fora do ambiente doméstico

Foi Marx quem, de forma analítica, conseguiu, conceitualmente, representar a lógica do trabalho e do desenvolvimento humano, essa engrenagem mecânica que dá vida e rumo à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Mediante uso de conceitos como produção, distribuição, circulação, troca e o consumo, Marx descreve as diferentes esferas da vida no mundo moderno, nas quais, a realidade descrita pelos conceitos antes referidos aparece como fragmento de momentos de um processo, no qual, o trabalho é o ponto de partida efetivo, e, por isso, também o momento predominante na demarcação dos modos como a vida humana acontece⁶⁶. Desde essa

⁶⁵ A Declaração de Hamburgo é um documento que apresenta as conclusões da CONFINTEA V sobre a Educação de Jovens e Adultos ocorrida no ano de 1997 na Alemanha. Disponível no endereço eletrônico: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114_por/PDF/116114por.pdf.multi

⁶⁶ Cof. MARX, Karl. Grundrisse. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo, 2011.

percepção, Marx nos desilude da tentativa de ver a vida em fragmentos, em atos isolados, como se, aparentemente, uma ação não tivesse conexão com a outra. Voltando para nosso tema de estudo, não é possível pensar que a evasão escolar não está, intimamente, relacionada com o trabalho.

Para nossa análise, a posição de Marx sobre as condições para a inserção da mulher nos processos de institucionalização escolar envolve, necessariamente, compreender a correlação existente entre a necessidade de contribuir financeiramente com o orçamento familiar e a dedicação que demanda a permanência no sistema escolar. Muitos alunos se afastam da escola, nos primeiros anos dos estudos, porque precisam trabalhar, também retornam pelo mesmo motivo, precisam do certificado de ensino fundamental ou médio para permanecer trabalhando (ARANHA, 2003). Com a coleta dos dados, pudemos constatar que 44,45% das respostas, apontou o “trabalho” como o principal motivo que levou os alunos a se afastarem da escola e abandonarem os estudos.

Tabela 05 - Motivo do afastamento da escola

Motivo que levou a afastar-se da escola	%
Notas baixas	3,7
Ajudar nas tarefas domésticas	3,7
Meu companheiro tinha ciúmes de mim	3,7
Necessidade de trabalhar fora	44,45
Violência dentro de casa	3,7
Outro: Construção da casa, dificuldades em matemática, mudou de domicílio, cuidar dos filhos	3,7
Não respondeu	25,9

Fonte: elaborado pela autora, com base nos questionários

No gráfico 02, percebemos que a maior parte dos alunos se afastaram da escola por um período entre 1 a 5 anos, considerando o tempo que estes alunos declararam estar ausentes da escola para concluir o ensino médio e fazer faculdade, entendemos que

o sonho foi ficando, cada vez mais distante, destarte o “sonho” que a maior parte dos alunos possuem é de fazer faculdade.

Gráfico 01 - Anos de afastamento da escola



FONTE: Elaborado pela autora com base nos questionários

Os documentos e registros sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho são marcados por construções e descrições masculinas acerca desse aspecto da história do universo feminino. Os poucos relatos que existem das autoridades públicas como médicos, policiais, industriais, jornalistas e intelectuais dificultam a percepção sobre a condição das mulheres (RAGO, 2004). As trabalhadoras foram retratadas como frágeis, infelizes, perigosas e indesejáveis, perdidas e “degeneradas”⁶⁷. Muitas mulheres estrangeiras vieram trabalhar no Brasil, no momento da chegada de trabalhadores imigrantes⁶⁸.

Os registros da entrada desses trabalhadores através de documentos e fotos revelam a participação de mulheres italianas, espanholas, portuguesas, alemães, romenas, polonesas, húngaras, lituanas, sírias e judias. No nordeste do Brasil, a industrialização se deu entre as décadas de quarenta e sessenta de século XIX, especialmente, com a indústria de algodão na Bahia. Segundo Rago (2004), as mulheres

⁶⁷ Essa expressão “degenerada” foi pronunciada pelo médico psicanalista Miguel Bombarda que escreveu o livro *A Epilepsia e as Pseudoepilepsias*. A feminista e anarquista Maria Lacerda de Moura, usou a expressão como título do seu livro “A Mulher é uma Degenerada”, em 1924.

⁶⁸ Segundo Rago (2004) “o censo de 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens” (RAGO, 2004, p. 580).

dentro desse contexto histórico trabalhavam na indústria de fiação, tecelagem, trabalhavam também como costureiras, mas encontravam muita dificuldade para participar do mundo dos negócios, dominado pelos homens. De acordo com a historiadora, as dificuldades alteravam-se entre “[...] variação salarial, intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido - pelos homens - como naturalmente masculino” (RAGO, 2004, p. 582).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um documento⁶⁹ que aponta a necessidade de medidas de transparência salarial que possam ajudar a expor as diferenças salariais entre homens e mulheres e a identificar as causas subjacentes. As mulheres recebem 20% a menos do que os homens, essa diferença tem relação com educação, tempo de trabalho, segregação ocupacional, habilidades e experiência.

A pandemia da COVID-19 afetou, profundamente, as mulheres, provocando décadas de retrocesso nos avanços e conquistas relacionadas ao gênero. Para avançar nas questões salariais, a transparência é muito importante, segundo Manuela Tomei diretora do Departamento de Condições de Trabalho e Igualdade da OIT,

Embora seja necessário mais tempo para avaliar a eficácia das diferentes medidas e práticas, é encorajador que governos, organizações de trabalhadores e empregadores procurem conceber soluções inovadoras, como transparência salarial, para enfrentar um problema persistente. (OIT, 2022)

O trabalho feminino, nas mais diversas formas de flexibilização, tem revelado seu caráter sexuado, porque a precarização tem atingido, principalmente, as mulheres. As “novas formas de emprego” como: as terceirizações, o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial involuntário, os contratos por tempo determinado, o teletrabalho, os horários flexíveis (FRANÇA, SCOTT E MACHADO, 2022)⁷⁰.

⁶⁹ O documento da OIT: *"Pay transparency legislation: Implications for employers' and workers' organizations"* Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_856235/lang--pt/index.htm. Acesso em: 15 de out. 2022.

⁷⁰ França, M. C. C. de C., Escott, C. M., & Machado, L. R. de S. (2022). Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS. *Plurais Revista Multidisciplinar*, 7, 1-22. <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2022.v7.n.14053>

Algumas estratégias procuram amenizar a evasão, nas escolas, dos alunos da Eja, como é o caso da professora de português Dianna Melo, com uma vasta experiência na escola municipal de São Paulo e no CIEJAS, atualmente, trabalha na Divisão de Educação de Jovens e Adultos, do mesmo município, lá, eles implantaram a ideia do passaporte⁷¹. Os professores encontraram um jeito de não perder o aluno para o trabalho, se o discente estuda pela manhã, mas precisa tirar as férias de outro funcionário, irá trabalhar pela manhã e assistir aulas durante 30 dias à noite, o professor da noite passa a frequência e o desempenho do aluno para o professor da manhã.

5.3 Violência urbana e doméstica

Os dados da pesquisa realizada na E. E. E. F. e M. Eja Profº Geraldo Lafayette Bezerra revelaram que 49,2% das alunas já sofreram algum tipo de violência doméstica. A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, no seu artigo 5, define violência doméstica como, “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006)

Tabela 06 - Violência doméstica

Respostas dos alunos	%
Sim, já sofreu violência doméstica (violência psicológica, física ou moral)	49,2%
Não sofreu violência doméstica	59,8%

Fonte: realizado pela autora, com base nos questionários da pesquisa, 2022

⁷¹ MOREIRA, Sandra Seabra. Abandono também na Educação de Jovens e Adultos. Revista Educação, 2022. O relato dessa experiência está registrado na Revista Educação. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2022/08/23/abandono-na-educacao-de-jovens-e-adultos/>. Acesso em 04 de out. de 2022.

Esses dados revelam que a violência doméstica é algo muito presente na vida das nossas estudantes, um número alto de alunas respondeu ter sofrido algum tipo de violência, sendo a violência psicológica a mais frequente. Embora tenha percebido, durante as discussões, em sala de aula, que as alunas não sabem, exatamente, o que é violência psicológica, confirmando a necessidade de mais discussões e palestras que esclareçam o tema. Uma aluna respondeu ter sofrido violência psicológica, moral e física, chamou nossa atenção a gravidade do tipo de violência que sofreu e os relatos de situações de violência que elas presenciaram dentro de casa, vividos pela mãe. Destacamos aqui o relato de três alunas,

Aluna 1. *“Depois de ver meu pai batendo muitas vezes na minha mãe, tomei uma decisão e disse, vou resolver isso. Comprei veneno e botei na bebida dele. Fiquei esperando olhando de longe, não deu certo, não morreu”* (Diário de Campo, 11 de nov. de 2022).

Aluna 2. *“Meu pai batia muito na minha mãe. Certo dia ela ficou debaixo da cama escondida a noite toda. No outro dia estava toda roxa”* (Diário de Campo, 11 de nov. de 2022).

Aluna 3. *“Apanhei muito do meu pai, ficava toda roxa de tanta pancada. Ela (a mãe) não deixou ele, só depois quando os bandidos do bairro ameaçaram matá-lo, ela deixou”* (Diário de Campo, 11 de nov. de 2022).

Na entrevista realizada com o diretor da escola, Elinaldo Rodrigues, perguntamos: em sua opinião, quais são os motivos que podem levar uma aluna a se evadir da escola? A resposta foi objetiva e sem rodeios, “a violência”. O diretor referia-se à violência no bairro, assaltos, assassinatos, agressões físicas, estupro. Esta é uma realidade cruel, já obtivemos relatos de alunos que desistiram da escola, porque tinham sido assaltados ou ameaçados no caminho para o colégio, principalmente, no turno da noite.

O relatório do Atlas da Violência (Ipea)⁷² apontou que em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, em decorrência de violência doméstica, feminicídio⁷³, como também em dinâmicas derivadas da violência urbana, como roubos seguidos de morte e outros conflitos. Considerando que as alunas, no ato da matrícula e cadastro na

⁷² Atlas da Violência 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 02 de jan. de 2023.

⁷³ A [Lei nº 13.104/2015](https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/wp-content/uploads/sites/35/2020/07/lei-11340-2006-lei-maria-da-penha.pdf) é considerado crime hediondo, com penas de 12 a 30 anos. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/wp-content/uploads/sites/35/2020/07/lei-11340-2006-lei-maria-da-penha.pdf>. Acesso em: 31 de mar. 2023

secretaria da escola, declaram-se pardas e negras, esse quadro de violência tende a se tornar mais complexo. Em 2019, 66% das mulheres assassinadas, no Brasil, eram negras (IPEA). Concordamos, com Hill Collins (2000), no Brasil se confirma a intersecção de fatores classe, gênero e raça, contribuindo, ainda conforme o Atlas da Violência (Ipea), “isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras.” (IPEA, 2021, p. 38).

A pandemia, infelizmente, só veio agravar o que já era muito difícil para as mulheres, vítimas de agressão. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) a violência doméstica aumentou durante a pandemia, as medidas protetivas e sanitárias de isolamento social obrigaram mulheres a conviver, por mais tempo, com seus agressores, além desse aumento, diminuiu o número de denúncias, já que a proximidade inibe mulheres a ligar para as autoridades policiais, pedindo ajuda. Durante a pandemia, o isolamento foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), porém as mulheres se viram obrigadas a conviver por mais tempo com o agressor, o resultado é que muitas mulheres deixaram de denunciar seus agressores, por estar convivendo, por mais tempo, no ambiente doméstico e muito próximos. Sobre os impactos da pandemia no mundo, mais especificamente no Brasil, Lole *et al* (2000)⁷⁴, fala sobre este mal que parece cercar as mulheres de todos os lados dentro e fora de casa,

[...] mulheres, que no espaço doméstico, nas redes de solidariedade de seus territórios e na linha de frente do trabalho de assistência e saúde, travam cotidianamente o bom combate. Adoecem, padecem, se arriscam, sofrem todo tipo de sobrecarga e desprezo, morrem dentro e fora de suas casas (LOLE *et al.*, 2020, p. 10).

5.4 - Maternidade

A filósofa francesa Simone de Beauvoir, no livro o *Segundo Sexo*, questionou o determinismo biológico sobre a figura feminina quando em sua célebre frase disse “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” (1949). Sendo a maternidade elemento constituinte do gênero feminino e uma das principais causas de dominação do sexo

⁷⁴ LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. Crise e pandemia da COVID-19 – leituras interseccionais. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro (org.). Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. E-book. Disponível em: <https://morula.com.br/produto/para-alem-da-quarentena-reflexoes-sobrecrise-e-pandemia/>. Acesso em 24 de jan de 2023

masculino sobre o feminino, era necessário para os movimentos feministas analisar a temática e desconstruí-la. No processo de reprodução, a mulher, ainda, é a responsável pela gestação, parto, amamentação e consequente cuidados sobre as crianças. Os métodos contraceptivos possibilitaram às mulheres o rompimento com o destino inevitável que a maternidade lhe designava, oportunizando a adequação à vida profissional e dos estudos. Segundo Scavone⁷⁵ (2004), a decisão de adiar a chegada do primeiro filho, deixando para depois da realização profissional, a conquista da estabilidade e independência financeira, demonstra que a maternidade está se transformando (Scavone, 2004). Quais são as tensões entre maternidade e educação das mulheres? Ser mãe pode ser um empecilho para estudar? O que se percebe na vida das mulheres pobres são inúmeras obrigações domésticas, que ainda recaem sobre elas, exigindo a troca e o apoio de outras mulheres pobres. Contribuindo para a perda de direitos sociais e a reprodução da desigualdade das mulheres (COSTA, 2002).

Um dos caminhos da pesquisa é conhecer as políticas públicas implantadas, no estado da Paraíba, voltadas para EJA, especialmente para as discentes. Questionamos se a evasão escolar tinha relação com políticas públicas, no início desta dissertação. Constatamos que 62,95% dos alunos responderam, positivamente, à pergunta: conhece alguém que desistiu de estudar, por que tinha que trazer os filhos para escola? Nosso objetivo era analisar as políticas públicas para mulheres, se são assertivas e até que ponto alcançam as estudantes da Eja.

O I Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres do governo da Paraíba, através da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), na gestão do então governador Ricardo Coutinho, estabeleceu como objetivo principal a luta pela igualdade das mulheres e diz: “Contribuir no enfrentamento das desigualdades de gêneros, favorecendo a inclusão da diversidade social e cultural na construção de políticas educacionais igualitárias” (PARAÍBA, 2012, p. 11).

Uma das ações, dessa política pública, era dar suporte às alunas que levam seus filhos para escola, porque não têm com quem deixá-los e diz: “Ampliar e garantir nas escolas, espaços de apoio e brinquedotecas as/os filhas/filhos de alunas/os do ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos” (SEMDH, 2012, p. 12). Para

⁷⁵ Scavone, Lucila. DAR A VIDA E CUIDAR DA VIDA: FEMINISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. Scavone L. São Paulo: Editora Unesp; 2004.

Boneti (2018), políticas públicas são muito mais que ações de governo, elas são complexas e têm origem nas questões políticas e ideológicas de um contexto histórico. Segundo o autor, “toda política pública é originada de uma ideia e está de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade” (BONETI, 2018, p. 9).

No ano de 2015⁷⁶, tentamos colocar essa ideia em prática, na escola, onde exerço a docência, depois de muita insistência por parte de professores e alunas, conseguimos com a diretora um espaço que estava ocioso da escola e uma funcionária da área técnica ficaria com a tarefa de cuidar das crianças para que as mães pudessem estudar, mas durou pouco tempo, a sala foi fechada e a funcionária designada a antiga função.

O Projeto “Filhos da EJA” criado e implantado no município de João Pessoa, em 2006, destina-se aos filhos dos alunos da EJA com o objetivo de contemplar a necessidade que muitos têm de trabalhar, estudar e cuidar dos filhos, esse projeto tem a estratégia de suprir essa carência.

O principal objetivo do Projeto Filhos da EJA, de acordo com os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de João Pessoa – PB, é “cuidar dos/as filhos/as dos/as estudantes da EJA durante o período das aulas” (JOÃO PESSOA, 2006), intervindo na evasão escolar na modalidade de ensino EJA. Além disso, o Projeto visa oportunizar o acesso aos alunos que têm dificuldades de voltar a estudar ou até mesmo retomar os estudos, haja vista que boa parte desses alunos possuem família e filhos. Nessa perspectiva, estes estudantes da EJA buscam o acesso a escolas na esfera municipal que tenham o Projeto Filhos da EJA, facilitando o seu acesso e permanência de forma que se sintam seguros e acolhidos. (SILVA, 2020, p.81)

Parte das mulheres de setores médios e altos passa a delegar as atividades com a casa e filhos a outra mulher – a empregada doméstica. Contudo, a maternidade transferida, aparente opção de trabalho para as mulheres pobres, mantém essas mulheres atadas aos baixos salários e à precarização (COSTA, 2002).

⁷⁶ No ano de 2015, através do Projeto “Mestres da Educação” do Governo do Estado da Paraíba com o tema “Maternidade e Escola”, levantamos a discussão na escola sobre as dificuldades que muitas alunas tinham em estudar porque não tinham com quem deixar os filhos e os próprios companheiros vêem essa tarefa como algo exclusivamente para mulheres, por isso as mães levam os filhos à escola. Ganhamos o prêmio, mas o espaço que foi aberto para momentos de lazer com as crianças, na escola, foi fechado, funcionou por pouco tempo.

Seguindo nessa esteira de discussões, destacamos algumas perguntas que foram feitas às alunas com o objetivo de alcançar aquilo que nos propomos a investigar. Acreditamos que as respostas nos darão mais pistas para compreensão daquilo que nos propomos a pesquisar. Estas perguntas estão relacionadas aos sonhos que elas idealizam, através da educação, o que a educação representa para elas, os empecilhos para estudar e por fim o que levou a se afastar da escola.

5.5 - Os sonhos: estudar, viver melhor, ser feliz

Em termos de educação, qual seu maior sonho? Esta pergunta foi feita a todos os alunos e alunas. Segundo o dicionário Houaiss Conciso⁷⁷, "sonho" seria uma "sequência de imagens produzidas pela mente durante o sono, ilusão, utopia". Nossos alunos sonham olhando para o futuro, um futuro que possa trazer coisas boas através dos estudos. Para Freire, sonhar é um ato político do ser humano, "o sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz" (FREIRE, 2000, p. 99).

O que nos inquieta é saber que o sonho que eles sonham é um direito que lhes foi negado. As palavras que se destacam nos sonhos dos nossos discentes são: faculdade, vida melhor, ter sabedoria, estudar, emprego, ser feliz, minha casa, emprego com carteira assinada, fazer mestrado e doutorado, ficar bem de vida. Tudo que eles querem é possível, mas as contradições da vida distorceram o que era esperança. Paulo Freire no diz,

Por outro lado, sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explicam, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica. (FREIRE, 1992, p. 05)

O livro *Pedagogia da Esperança* foi escrito, no ano de 1992, e se deu, após 24 anos da publicação de *Pedagogia do Oprimido*, depois de 7 anos do fim da ditadura militar no Brasil. Foi escrito num período de muita desesperança, o presidente José Sarney tinha assumido o governo brasileiro, sendo sucedido por Fernando Collor de Mello que sofreu impeachment. Sua proposta no livro não é, portanto, negar as

⁷⁷ Sonho. In: Dicionário Houaiss Conciso: São Paulo: Moderna, 2011

condições materiais e políticas que promovem desesperança, mas ele vai dizer que a esperança é ontológica, algo que faz parte da vida.

Manter a esperança é superar as dificuldades, sonhar que é possível. Essa esperança vem do verbo “esperançar” que significa ação. Não é esperar de não se mobilizar, mas de uma ação para a transformação baseado em uma pauta de luta. Desesperança e fatalismo. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. “A Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido” é um livro assim, escrito com raiva, com amor, sem o que não há esperança. Uma defesa da tolerância, que não se confunde com a conivência, da radicalidade; uma crítica ao sectarismo, uma compreensão da pós-modernidade progressista e uma recusa à conservadora, neoliberal.” (FREIRE, 1997, p. 06)

Quadro 05 - Sonhos e expectativas das alunas em relação a educação

Aluna	Em termos de educação, qual seu maior sonho?
A1	<i>Entrar na faculdade e atuar na área que irei estudar</i>
A2	<i>Ter uma vida melhor, morar num bairro melhor e ver meus netos se formar.</i>
A3	<i>Fazer faculdade. Ensinar outras mulheres que tudo é possível</i>
A4	<i>Aprender a falar outras línguas, ter sabedoria e entender mais de cada matéria porque sem estudos não temos muito valor.</i>
A5	<i>Estudar</i>
A6	<i>Terminar o estudo e fazer uma faculdade</i>
A7	<i>Arrumar um emprego melhor</i>
A8	<i>Meu sonho é terminar meu estudo para dar o melhor para meu filho</i>
A9	<i>Fazer licenciatura de libras e faculdade de canto</i>
A10	<i>Trabalhar, fazer o curso e ser feliz</i>
A11	<i>Eu ver minha filha se casar, ter seu cantinho e eu ter minha casa</i>

A12	<i>Fazer faculdade e construir minha carreira profissional</i>
A13	<i>Entrar em uma faculdade</i>
A14	<i>Concluir meus estudos e fazer uma faculdade</i>
A15	<i>Concluir meus estudos e fazer uma faculdade</i>
A16	<i>Terminar meus estudos para poder ter um emprego melhor</i>
A17	<i>Concluir meus estudos e fazer uma faculdade</i>
A18	<i>Me formar em fisioterapia</i>
A19	<i>Fazer um curso de espanhol e falar fluente</i>
A20	<i>Concluir o ensino médio para conseguir um emprego de carteira assinada e se Deus quiser entrar em uma faculdade.</i>
A21	<i>Quero estudar concluir meus estudos, fazer faculdade, arrumar um trabalho melhor, ficar bem de vida, se deus quiser vou chegar aonde quero chegar</i>
A22	<i>Ser formado em uma universidade federal fazer mestrado e doutorado</i>
A23	<i>Fazer uma faculdade e seguir no caminho tecnológico</i>
A24	<i>Nossos sonhos não falamos pra ninguém, só Deus</i>
A25	<i>Aprende o máximo possível</i>
A26	<i>Um dos meus sonhos é concluir o ensino e ir para faculdade</i>

Fonte: elaborado pela autora

Nos sonhos e expectativas dos nossos alunos, percebemos um certo devaneio quanto à faculdade. No imaginário dos alunos, ensino superior tem relação com “uma vida melhor”. Concluir essa etapa da educação, para a maioria, significa um “futuro melhor”, “emprego melhor”, “ser feliz” e ascensão e mobilidade social. Questionamos até que ponto isso é possível. Gouveia e Silva (2015, p. 758) escolheram a Teoria das Representações Sociais (TRS) para explicar as expectativas e sonhos dos alunos da Eja.

Segundo as autoras, os discentes " possuem sonhos e não consideram os fatores limitantes para sua realização". Essas representações são resultado de um conjunto de modos e saberes construídos, coletivamente, que irão se refletir no comportamento dos indivíduos.

5.6 A educação é a possibilidade de mudança

O que a educação representa para as mulheres? A educação é possibilidade de mudança, de melhores condições de vida, para elas, para os filhos e para a família como um todo. Percebemos a tríade “educação, trabalho e melhores condições de vida” em quase todas as falas das alunas. Segundo Godinho, Brandão e Noronha (2017), o trabalho representa uma categoria essencial, visto que ele se configura como importante dispositivo na formação do conjunto de saberes não escolares, os quais são mobilizados no processo de ensino-aprendizagem pelas pessoas inseridas na EJA. Assim sendo, Camargo, Voigt e Almeida (2016) enfatizam que perante o exercício laboral precário, para suprir as suas necessidades e as da família, as mulheres enxergam na escola a possibilidade de adquirir um certificado para alcançar melhor inserção no mundo do trabalho (BARRETO, 2021, p. 56)

5.7 Empecilhos de todo tipo: cansaço, filhos, casamento, ser analfabeta

Existe algum direito, garantido às mulheres, sendo negligenciado? Iniciamos essa pesquisa com esta e outras indagações como, quais eram os empecilhos na vida de uma mulher para realizar seus sonhos? As palavras que se destacam no relato das alunas são: filhos, luta, cansaço, trabalho, dignidade, casamento, analfabetismo, terminar os estudos, falta de interesse. O Estado brasileiro tem o dever de oferecer a seus cidadãos uma educação gratuita, de qualidade, para todos, a garantia dessa educação está na Constituição Federal de 1988 no artigo 205⁷⁸ (BRASIL, 1988).

⁷⁸ Art. 205. - § A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

As dificuldades relatadas pelas alunas é um problema estrutural (Hadad, 2011). Concordamos com Arroyo, é preciso uma redefinição dos ensinamentos. A educação popular da década de cinquenta e sessenta, proposta por Paulo Freire e movimentos populares, uma educação totalizante, de um jovem que pudesse ser pleno, nos aspectos social, cultural, cognitivo, ético, estético. Isso só seria possível quando os “sistemas rígidos” pudessem se abrir para o diálogo, com as escolas e redes de educação básica. Infelizmente, se isso não acontecer radicalmente, o Brasil perderá esse legado das lutas dos movimentos populares para modificar a história do analfabetismo (ARROYO, 2008, p. 222).

Além disso, se o Estado é democrático, defendemos o “óbvio”, pressupõe-se que o direito à educação seja efetivada de fato, principalmente, para as camadas populares e emergencialmente para as mulheres, como disse Freire:

[...] não creio na democracia puramente formal que “lava as mãos” em face das relações entre quem pode e quem não pode porque já foi dito que “todos são iguais perante a lei”. Mais do que dizer ou escrever isto, é preciso fazer isto “[...] É imprescindível que o Estado assegure verdadeiramente que todos são iguais perante a lei e que o faça de tal maneira que o exercício deste direito vire uma obviedade. O que me parece impossível de aceitar é uma democracia fundada na ética do mercado, que malvada e só se deixa excitar pelo lucro, inviabiliza a própria democracia (FREIRE, 2000, p. 48-49).

As respostas dos alunos foram transcritas da mesma forma como responderam nos questionários distribuídos entre os alunos do presencial e semipresencial.

A1⁷⁹. Muitas mulheres que tem filhos e não tem apoio de ninguém tem que dar prioridade aos filhos e acabam deixando os sonhos de lado.

A2. Lutar para viver

A3. Dificuldade de deixar meus filhos. Muitas pessoas julgam porque deixo os meus filhos para estudar.

A4. O cansaço do dia-a-dia

A5. Acho que falta de oportunidades falta de apoio as vezes do companheiro

A6. Trabalhar, estudar, conquistar tudo que nois precisa

A7. É terminar os estudos e ter um trabalho digno

⁷⁹ A letra “A” indica aluna

A8. A sociedade em si

A9. Filhos e casamento

A10. Ser analfabeta, ter filhos cedo e se casar com uma pessoa ciumenta

A11. Falta de transporte pois moro muito longe da escola

A12. Dificuldade com os filhos

A13. Nenhum empecilho

A14. Por muitas vezes a preguiça e a falta de interesse

A15. Estudar para ser alguém na vida

A16. Ela mesma tirar a corrente qua aprende

A17. O tempo

A18. Nenhua nemua (as palavras foram escritas da forma como o aluno respondeu ao questionário)

A19. Ser aprovada

Concordamos com Rosenberg (1994), ou seja, para superar os limites históricos impostos à mulher, pela sociedade, é necessário que se faça pesquisa integrando as temáticas Eja e gênero e que haja uma sensibilidade por parte dos poderes públicos quanto às necessidades específicas das mulheres adultas analfabetas. As dificuldades relatadas pelas mulheres confirmam os obstáculos, por parte delas, para acessar e permanecer estudando. Concluimos que a evasão escolar tem uma relação com as condições de vida, trabalho, maternidade, vulnerabilidade, precariedade das nossas discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escalada da “montanha” continua, todos os dias, muitas mulheres lutam, retiram as “pedras” do caminho, vencem os limites e conseguem plantar “flores”. A sociedade moderna é competitiva; paulatinamente, as mulheres vão colhendo as “flores” de uma faculdade, de superação do medo, a luta contra a violência doméstica, falta de oportunidades, falta de empregos para o sustento de suas famílias, cansaço do dia a dia, analfabetismo. Hoje, século XXI, elas colhem as flores daquelas que as antecederam,

podem votar, assumir cargos de liderança em qualquer área profissional, exercer o controle da natalidade, sair e viajar sozinhas e tantas outras possibilidades. Fragilidade não combina com mulher, a resistência é sua bandeira.

Iniciamos essa pesquisa com o objetivo de produzir material pedagógico que pudesse auxiliar os professores na promoção de ações voltadas ao combate das causas de evasão escolar das estudantes da Eja da Escola E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB). Inicialmente, levantamos as seguintes questões: como chegaram à sala de aula? Por que depois de tantas conquistas, direitos, as mulheres ainda têm dificuldade para estudar?

Comprendemos, então, que as mulheres ainda enfrentam dificuldades que envolvem um fenômeno complexo e múltiplo de uma cultura patriarcal que legitimou, durante muito tempo, a violência que acontecia, no espaço doméstico e privado, ancorado numa ideia do senso comum “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. A Lei Maria da Penha é uma grande conquista legal, nesse aspecto. Cursar e concluir o ensino médio ainda é revestido de problemas e entraves que envolvem o cotidiano das estudantes. A violência, o medo, paralisa e dificulta a trajetória das alunas da EJA em direção a uma autonomia pessoal, ainda muito laboriosa. A interseccionalidade, como disse Hill Collins e Bilge, foi como uma lente (2021, p. 34) possibilitou a percepção de como marcadores sociais como gênero, classe, raça, idade diferenciam as pessoas, tornando-as desiguais.

Evidenciou-se com esta pesquisa, o devaneio dos discentes quanto aos estudos, a faculdade, não consideraram os fatores que limitam a realização dos sonhos. Sabemos que o conhecimento por si só, pode não significar muita coisa no contexto em que vivemos, outros elementos são necessários para ultrapassar os livros, a academia.

Percebemos a sobrecarga de serviços domésticos e da maternidade, ainda, sob a responsabilidade das mulheres, como disse a professora Dr.^a Daniely Nilin Gonçalves, na banca da qualificação desta pesquisa, “estamos no século XXI e essas coisas ainda fazem parte da lógica de tarefas que ainda são das mulheres” (Qualificação, 05/07/2022).

A EJA é a cara do Brasil. Em sala de aula, encontramos alunos que já trabalharam em canaviais, alunas que cuidam dos filhos ou dos pais, geralmente já são idosos, trabalham como domésticas no Brasil (até no exterior), comércio, indústria,

motoristas de aplicativo, construção civil e outras. A experiência de vida desses sujeitos torna a prática pedagógica, em sala de aula, muito rica, são histórias de sofrimento, de luta, desencanto e sentimento de fracasso, como disse Freire (1992) são “saberes de experiência feitos”. A maior parte dos alunos chegam à sala de aula cabisbaixos, envergonhados, desanimados, a volta aos estudos não é fácil, principalmente para os idosos. A “pátria amada Brasil” (slogan do governo Bolsonaro) é cruel com seus cidadãos, de amada não tem nada. O Brasil que trabalha não prioriza a educação a seus cidadãos, estudo e qualificação ficam para depois, quando jovens e adultos das camadas populares, estiverem cansados e contentem-se com qualquer coisa que garanta pelo menos o mínimo de salário.

Observou-se a necessidade, em sala de aula, de mais informação quanto aos tipos de violência doméstica, principalmente violência psicológica. Também se faz necessária a efetivação de mais informações quanto ao I Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres do governo da Paraíba, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Faltam políticas mais assertivas para atender as mulheres que precisam levar seus filhos à escola, além das mães não terem com quem deixar, os pais se recusam a cuidar dos filhos.

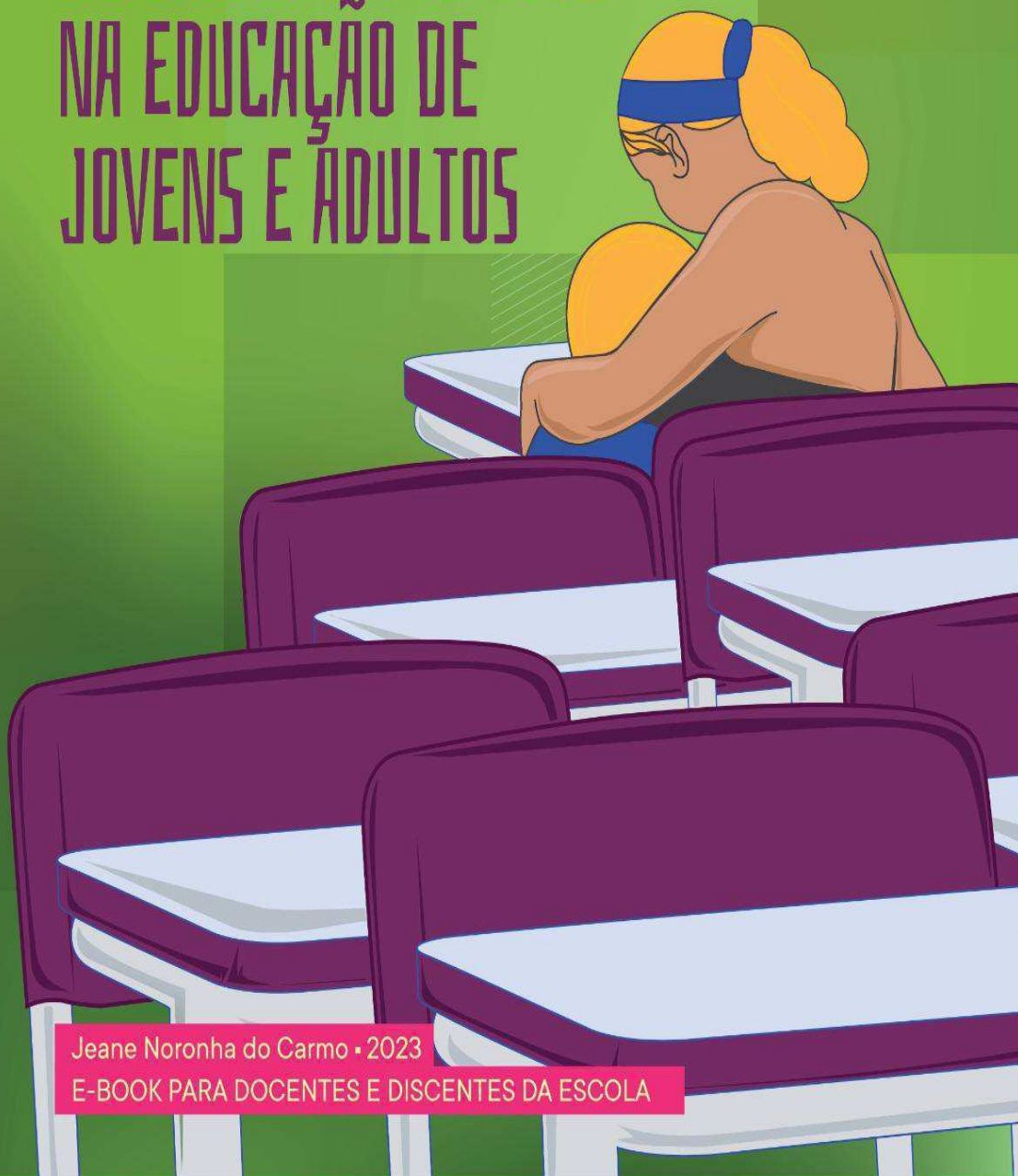
Em sala de aula, nós professores e professoras, plantamos a esperança das futuras gerações, mostramos o caminho da conquista através da educação, uma educação crítica que desnaturalize o horror e arbitrariedade, segundo Bueno (2011, p. 32) “um professor ideal deve ser simpático, mas não conivente [...]”. A opressão embarça o caminho das mulheres, seus opressores ainda dissimulam planos e projetos que pouco saem do papel.

Como contribuição, esta pesquisa resultou em um material pedagógico, em formato de E-book, a fim de que professores conheçam os procedimentos adequados em casos de acolhimento às alunas ou alunos que tenham sido vítimas de violência urbana ou doméstica. Acrescentamos também, sugestões de aulas para docentes, com dicas de filmes, livros e sites da internet. Através da escola, novas ferramentas didático pedagógicas, projetos de intervenção e interdisciplinar, podem ser criadas que permitam aos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (professor e alunos) interpretar, sistematizar e criar conhecimentos para transformação social. Os reflexos do aumento da violência doméstica, durante a pandemia, refletem, ainda mais, a evasão e

as dificuldades que as alunas de EJA têm para estudar, a falta de recursos digitais, porque muitos alunos não têm acesso à internet banda larga ou 3G/4G em casa, tudo isso só pode agravar e aprofundar as desigualdades sociais e a exclusão das mulheres.

Por fim, ansiamos por mais pesquisas que aprofundem a temática Gênero e Educação, no contexto da Eja, desvelando os problemas e complexidade do fenômeno da evasão escolar, especialmente das mulheres.

GÊNERO E EVASÃO ESCOLAR:
IMPEDIMENTOS QUE MULHERES
ENFRENTAM PARA
CONCLUIR OS ESTUDOS
NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS



Jeane Noronha do Carmo • 2023

E-BOOK PARA DOCENTES E DISCENTES DA ESCOLA

APRESENTAÇÃO

Caro educador (a) e alunos (as),

Com o intuito de contribuir para que a escola seja um lugar de acolhimento para mulheres estudantes da EJA, desenvolvi um material pedagógico no formato de e-book que possa auxiliar os educadores na promoção de ações voltadas ao combate das causas de evasão escolar de mulheres. Disponibilizamos, também, os locais para denúncia ou acolhimento de mulheres em situação de violência, no estado da Paraíba. Para tanto, procuramos compreender as dificuldades que as estudantes da EJA da E. E. F. e M. EJA Prof.º Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa (PB), enfrentam para permanecer e concluir seus estudos. Este material teve a orientação do Prof.º Dr.º José Maria de Jesus Izquierdo Villota¹ da UFCG.

Sou professora de Sociologia da educação básica e aluna do mestrado profissional ProfSócio da UFCG. Desenvolvi uma pesquisa a partir das experiências com alunos e alunas da escola. Percebi que a realidade das mulheres estudantes, onde realizo minha prática docente, é revestida de um conjunto de relações conflituosas que envolvem homens e mulheres, dificultando o acesso de muitas discentes à sala de aula, a permanência e a conclusão dos cursos dificultando a autonomia social e econômica das alunas.

Como problema de pesquisa temos: Quais são as dificuldades que uma mulher enfrenta para chegar até a sala de aula? Essas dificuldades são diferentes das dos homens? Existe algum direito, garantido às mulheres, sendo negligenciado? Quais são os motivos que as fazem desistir da escola e se elas têm relação com políticas públicas? Como resultado temos as análises e conceitos sociológicos que trazem luz sobre as questões analíticas de gênero, evasão escolar, violência doméstica e políticas públicas na modalidade de EJA da educação básica.

¹ Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Professor de Sociologia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Coordenador do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional - PROFISOCIO na Universidade Federal de Campina Grande, PB.

SUMÁRIO

Fundamentação teórica.....	04
Dificuldades relatadas pelas alunas.....	06
Como professores devem proceder em situações de violência ou vulnerabilidade no ambiente escolar.....	11
Ações para evitar a evasão escolar.....	12
Contatos e endereços úteis para denunciar agressores.....	14
Sequência de aulas sobre a temática “gênero” para docentes.....	15

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na atualidade as mulheres conquistaram direitos² e espaços profissionais jamais vistos por outras gerações. Telles (2004, p. 669), fazendo referência ao filósofo italiano Norberto Bobbio afirma que “a revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX”. Contudo, a partir da nossa experiência em sala de aula observamos que iniciar, cursar e concluir o ensino fundamental ou médio da educação básica ainda é uma tarefa difícil para muitas mulheres.

Inserida num modelo de cultura patriarcal e sexista, as mulheres modernas herdaram sequelas de um passado, não distante, que ainda norteia suas vidas. O homem, figura central de poder e autoridade, neste sistema, tem toda estrutura familiar, incluindo filhos e mulher, debaixo de sua autoridade. Os papéis sociais construídos dentro de processos de socialização específicos, se reproduzem de geração em geração. De acordo com o Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (2001)³, as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte dos trabalhos e dos rendimentos da família, isso as impede de ter acesso à educação.

Nas economias de subsistência, as mulheres efetuam a maior parte dos trabalhos e, em relação aos homens, trabalham durante mais tempo por dia e contribuem mais para o rendimento familiar. Esta disparidade de condições entre sexos é uma das primeiras causas da pobreza pois, sob diversas formas, impede que centenas de milhões de mulheres tenham acesso à educação, formação, serviços de saúde, às creches e a um estatuto jurídico que lhes permita escapar a este flagelo. (DELORS, 2001, p. 78)

Além das condições de vida precária que atinge a maior parte das mulheres pobres, observamos que elas também são atingidas por práticas de violência urbana, violência doméstica, do medo pela constante ameaça de serem estupradas ou assaltadas. Dialogando com nossas alunas escutamos diversos depoimentos que nos remetem a esse tipo de práticas, as quais fazem parte do cotidiano das nossas alunas. Em sua maioria são jovens e adultas que se dirigem à escola com o objetivo de alcançar seus sonhos. Estes fatores, geralmente, acabam provocando evasão escolar, fracasso e exclusão social.

² Sobre esses direitos e conquistas indicamos o panorama feito por MENDES, Gigliola et al. Resumo indicando as datas, acontecimentos e explanação dos eventos da primeira, segunda e terceira “onda” do Movimento Feminista no Brasil e no mundo. Fonte: MENDES, Gigliola, SILVA, Lucrecia e SOUZA, Marcos Francisco. (Orgs.). In. cap. II, cap. 1. p. 108 1 109. Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Amanda Kamanchek Lemos ... [et al] – Brasília: TJDFT, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download>.

³ DELORS, Jacques de. “Educação: um tesouro a descobrir”, relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para para o século XXI (2010).

A ideia de “mulher” como ser histórico, foi construída e explicada a partir de diversas fontes de pensamento. Em tal empreitada se entrecruza o viés religioso, científico, jurídico e ideológico. Esses diversos olhares coincidem em atribuir a mulher um lugar social de subalternidade e fragilidade, baseada no seu sexo. As consequências desse longo processo foram a exclusão dos espaços de poder e a negação da autonomia das mulheres, principalmente no que se refere à educação. As mulheres conquistaram muitos espaços, como já foi dito no início, mas as desigualdades de gênero, ainda, são persistentes. Através da cultura aprendemos e internalizamos, inconscientemente, a noção sobre os diferentes papéis sociais, aos homens são atribuídos a ideia de força, poder, capacidade e as mulheres o papel de submissão, fragilidade e incapacidade (Heilborn e Sorj 1999).

A condição da mulher, dentro de um processo histórico brasileiro, é de inferioridade. Segundo Louro (2004) em 1827, havia escolas no império para meninos e meninas com predominância e em maior número para meninos com ensinamentos distintos, e diz: “ Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura” (LOURO, 2004, p.444). De acordo com Ferreira, as mulheres começaram a frequentar escola de primeiras letras em espaços separados dos homens. Às mulheres cabia apenas ensinar-lhes a ler, a escrever e a contar, além de ter, no seu currículo, disciplinas obrigatórias como o bordado, a costura e bons modos” (FERREIRA, 2005, p. 75). Consideramos importante esse recorte, para dimensionarmos avanços e retrocessos na história da educação feminina, sobretudo a inserção das mulheres das camadas populares na EJA.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE, divulgada em 2009, constatou que 53% dos estudantes da EJA são mulheres. Essas mulheres possuem os mais variados perfis: diversas idades, origens e histórias de vida. São elas: mães, solteiras, avós, viúvas, casadas, trabalhadoras, responsáveis pelo lar, desempregadas, e daí por diante. Mas todas possuem algo em comum: o desejo de aprender, de estudar, mesmo com todos os desafios à frente. (VIEIRA, CRUZ, 2017. p. 45).

De acordo com a socióloga Heleieth Saffioti (SAFFIOTI, 1987), há uma relação profunda entre o patriarcado e a dominação machista que se baseia num sistema, com vieses políticos e ideológicos, onde a figura do homem foi construída numa ideia de superioridade, força, enquanto a mulher fraqueza, submissão. Muitas mulheres vivendo uma situação de inferioridade são submetidas a agressões e todo tipo de humilhação. A vivência em sala de aula e conversas nos corredores da escola, são momentos reveladores de uma realidade muito marcante, ainda, na vida das estudantes, muitas desistem da escola, esperam os filhos crescerem porque entendem que não é tarefa fácil conciliar, cuidados com os filhos, atividades domésticas e escola.

No processo de socialização o homem aprende e internaliza a ideia machista de que pode dominar a mulher e até agredi-la. Percebe-se assim, os reflexos de uma educação que afasta, destitui, impede as mulheres de seguirem em sua caminhada como estudantes. Consideramos a categoria gênero muito relevante para trazer luz sobre o fenômeno aqui pesquisado. De acordo com Scott, o "conceito se afirmou como categoria de análise e contribuiu para a compreensão dos mecanismos de criação, manutenção e naturalização das desigualdades, sob uma perspectiva relacional entre homens e mulheres, delimitados no âmbito da cultura e da história" (SCOTT, 1995, p.21).

Mas, afinal o que é gênero? Heilborn e Sorj (1999), deram uma grande contribuição à pesquisa sobre gênero no Brasil. O termo "gênero"⁴ como categoria analítica foi substituindo o termo "mulher" como categoria empírica/descritiva no Brasil a partir da década de 80. Gênero é uma categoria que analisa as relações de poder entre masculino e feminino. Os estudos de gênero surgem como uma ferramenta pedagógica interdisciplinar adequada para promover discussões em várias áreas como: violência contra a mulher, trabalho, sexualidade, reprodução, educação.

3 – DIFICULDADES RELATADAS PELAS ALUNAS

Quais são as dificuldades que uma mulher enfrenta para chegar até a sala de aula? Essas dificuldades são diferentes das dos homens? Existe algum direito, garantido às mulheres, sendo negligenciado? Quais são os motivos que as fazem desistir (e se evadirem) da escola e se elas têm relação com políticas públicas? Iniciamos esta pesquisa incomodada com essas questões.

Com o propósito de relacionar o esforço de nossas alunas jovens e adultas, destacamos a poeta Cora Coralina, chamada pela historiadora Delgado (2002) de "a Poeta do Sabor". Se existe uma mulher, poeta, idosa, que sabia o que era dificuldade, mas que usou a poesia, as letras para expressar sua vida, culinária, sua cidade, seu conhecimento, sua poesia, essa pessoa foi Cora Coralina. A escritora e poeta nos faz lembrar aquelas alunas que sentam em nossas salas de aula, já quase idosas, algumas assustadas, tímidas, cabisbaixas, mais fortes, corajosas, querendo estudar. Enfrentam o olhar duvidoso dos jovens, dos professores, dos maridos e filhos, como se quisessem dizer: "estou aqui, já idosa, mas quero aprender" (grifo meu).

Homenageamos todas as nossas alunas da EJA, através dessa mulher incrível, que usou seu ofício de doceira para se sustentar, como ela mesma disse, "fiz doce

⁴ Para uma compreensão mais ampla da construção dos estudos de gênero no Brasil, indicamos: HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bília. "Estudos de gênero no Brasil", in: MICELE, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221

para ganhar dinheiro” (DELGADO, 2002, p. 64). Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, mais conhecida como Cora Coralina, nasceu na cidade de Goiás, na Casa Velha da Ponte, em 1889. Como muitas mulheres das camadas populares, Cora Coralina assumiu seu destino aos 67 anos, decidiu viver para si, depois de criar os filhos. As palavras da escritora refletem a experiência de muitas mulheres que criam seus filhos, cuidam da casa e dos outros, depois vencem as limitações e se libertam.

Hoje meus filhos moram todos em São Paulo e eu aqui. Nem eu tenho vontade de ir para perto deles, nem tenho vontade que eles venham para perto de mim. Porque acho bom assim. Não quero mais limitação na minha vida. Fui limitada na primeira infância, fui limitada de menina, fui limitada de adolescente, fui limitada de casada e não quero ser limitada depois de velha. Hoje, não me sinto livre, me sinto liberta. Não quero mais limitação na minha vida. Não há nada que valha para mim a minha libertação (DELGADO, 2002, p. 63 apud CORALINA, “Mulherio”, 1983).

Anos se passaram, dessa história incrível de Cora Coralina, mas diariamente mulheres jovens e adultas, das camadas populares, realizam inúmeras tarefas como, cuidar da casa, cuidar dos filhos, de idosos, estudar, trabalhar fora do ambiente doméstico, cuidar de algum parente doente, se constituindo como um trabalho, pouco ou não remunerado, que contribui para o enriquecimento de todos, principalmente dos mais ricos (OXFAM BRASIL, 2020).

Dessa forma, passaremos a refletir sobre essas dificuldades, os sonhos e as expectativas das alunas quanto à educação. Estes dados foram coletados através de questionários com questões semiestruturadas com alunos e alunas do semipresencial e presencial do Ciclo V e VI da E. E. F. M. Eja Prof^o Geraldo Lafayette Bezerra, em João Pessoa, na Paraíba.

A. AFAZERES DOMÉSTICOS

O trabalho doméstico é uma atividade que consome muito tempo das mulheres. No caso das mulheres pobres, que têm filhos pequenos, como é o caso das nossas alunas, o trabalho doméstico absorve a maior parte do seu tempo. O trabalho doméstico, em certa medida, tem sido desconsiderado nos estudos das Ciências Sociais. No âmbito da vida social, o trabalho doméstico, quase sempre, é romantizado. O dia das mães, por exemplo, nos lembra dessa idealização do trabalho doméstico, dessa representação de ver esse tipo de trabalho como um ato de amor, de entrega, de generosidade que engrandece à mulher/mãe.

Sobre as atividades domésticas percebemos e constatamos que 74,07% das alunas responderam positivamente quanto aos afazeres domésticos,

sendo realizado por elas mesmas, com a mãe ou com as filhas. Logo aferimos e concordamos com (BLAY, 1975; GUEDES, 2016; GALINKIN et al. 2010) quando fala sobre a sobrecarga de trabalho doméstico sobre as mulheres. Os papéis sociais, ainda são pré-definidos, se constituem como empecilho para os estudos e autonomia econômica e social das alunas. Os homens correspondem apenas 29,62%, incluindo eles mesmos ou o pai. Um aluno disse que “ajudo” em casa, prevalecendo a ideia dos papéis sociais ainda delimitados. Constata-se que as mulheres, ainda são as maiores responsáveis pelos serviços domésticos.

Tabela 01 - Atividades domésticas

QUEM FAZ AS ATIVIDADES DOMÉSTICAS	TOTAL %
Mulheres (incluindo mãe, ela mesma, as filhas, faxineira)	74,07%
Homem (eu mesmo, marido, pai)	29,62%

Fonte: elaborado pela autora, com base nos questionários e entrevistas em 2022.

B. TRABALHAR FORA DO AMBIENTE DOMÉSTICO

Foi Karl Marx quem, de forma analítica, conseguiu conceitualmente representar a lógica do trabalho e do desenvolvimento humano, essa engrenagem mecânica que dá vida e rumo à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Mediante uso de conceitos como produção, distribuição, circulação, troca e o consumo. O trabalho é uma categoria central nesse ponto da reflexão. Para nossa análise, a posição de Marx sobre as condições para a inserção da mulher nos processos de institucionalização escolar envolve, necessariamente, compreender a correlação existente entre a necessidade de contribuir financeiramente com o orçamento familiar e a dedicação que demanda a permanência no sistema escolar. Muitos alunos se afastam da escola, nos primeiros anos dos estudos porque precisam trabalhar, também retornam pelo mesmo motivo, precisam do certificado de ensino fundamental ou médio para permanecer trabalhando (ARANHA, 2003). Com a coleta dos dados pudemos constatar que 44,45% das respostas, apontou o “trabalho” como o principal motivo que levou os alunos a se afastarem da escola e abandonarem os estudos.

C. VIOLÊNCIA URBANA E DOMÉSTICA

O relatório do Atlas da Violência (Ipea)⁵ apontou que em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil, em decorrência de violência doméstica, feminicídio⁶, como também em dinâmicas derivadas da violência urbana, como roubos seguidos de morte e outros conflitos. Os dados da pesquisa realizada na E. E. E. F. e M. Eja Prof^o Geraldo Lafayette Bezerra revelaram que 49,2% das alunas já sofreram algum tipo de violência doméstica. A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, no seu artigo 5, define violência doméstica como: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

C. 1- LEI MARIA DA PENHA

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus

5 Atlas da Violência 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 02 de jan. de 2023.

6 A Lei nº 13.104/2015 tornou o homicídio contra mulheres, um crime qualificado, com penas entre 12 e 30 anos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm



objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. A Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/assets/downloads/lei-11340-2006-lei-maria-da-penha.pdf>. Acesso em: 08 de fev. 2023

D. MATERNIDADE

A filósofa francesa Simone de Beauvoir no livro *O Segundo Sexo*, questionou o determinismo biológico sobre a figura feminina quando em sua célebre frase disse “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” (1949). No processo de reprodução, a mulher ainda é a responsável pela gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados sobre as crianças.

Quais são as tensões entre maternidade e educação das mulheres? Ser mãe pode ser um empecilho para estudar? O que se percebe na vida das mulheres pobres são inúmeras obrigações domésticas, que ainda recaem sobre elas, exigindo a troca e o apoio de outras mulheres pobres como elas. Contribuindo para a perda de direitos sociais e a reprodução da desigualdade econômica e social das mulheres (COSTA, 2002). Constatamos que 62,95% dos alunos responderam positivamente à pergunta: Conhece alguém que desistiu de estudar, por que tinha que trazer os filhos para escola?

O I Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres do governo da Paraíba, através da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) estabeleceu como objetivo principal a luta pela igualdade das mulheres. Uma das ações, dessa política pública, era dar suporte às alunas que levam seus filhos para escola porque não tem com quem deixá-los e diz: “Ampliar e garantir nas escolas, espaços de apoio e brinquedotecas as/os filhas/filhos de alunas/os do ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos” (SEMDH, 2012, p.12). Parte das mulheres de setores médios e altos passa a delegar as atividades com a casa e filhos a outra mulher – a empregada doméstica. Contudo, a maternidade transferida, aparente opção de trabalho para as mulheres pobres, mantém essas mulheres atadas aos baixos salários e à precarização (COSTA, 2002).

4 – COMO PROFESSORES DEVEM PROCEDER EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA OU VULNERABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Diante do que expomos, apresentamos aos docentes os procedimentos necessários diante de uma situação de vulnerabilidade ou violência doméstica. É comum na escola o profissional de educação se deparar com situações que afetam diretamente o desempenho escolar dos alunos e muitas vezes com cenários e fatos criminosos. Diante disto, o que fazer e como proceder? Segundo Lins e Sartori (2017, p. 184) “é dever legal, ético e profissional encaminhar aos órgãos e autoridades competentes”. De acordo com a cartilha *Enfrentando a Violência contra as Mulheres* (Soares, 2005) encontramos várias sugestões e orientações para o atendimento das mulheres em situação de violência:

O QUE O PROFISSIONAL PODE/DEVE FAZER

Colocar-se disponível a ajudar a vítima;

“Deixar a porta aberta” (para futuros pedidos de ajuda);

atuar de forma profissional; ser imparcial;

orientar quanto às instituições da rede de proteção às mulheres da sua localidade;

Procurar fazer perguntas do tipo: O que houve? O que você pensou?;

Procurar provocar reflexões.

O QUE O PROFISSIONAL NÃO PODE/DEVE FAZER

Julgar a vítima;

Deixar questões pessoais suas interferir;

Impor os nossos valores e crenças;

Tentar resolver o problema sozinho. Perguntar o porquê (evite explicações e justificações)

O “porquê” pode caracterizar há uma justificativa para a violência (Ravazzolla, 1998).

Fonte: VIZA, Ben-Hur; SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska. *Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: TJDF, 2017. 210 p. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download.5> - Ações para evitar a evasão escolar

5 – AÇÕES PARA EVITAR A EVASÃO ESCOLAR

O grande pensador e educador brasileiro Paulo Freire, idealizador de uma educação dialógica e transformadora, propôs uma educação não bancária, ou seja, o aluno não é um depósito, mas trás consigo os “saberes de experiência feitos”. Nos alunos, encontramos o material humano mais importante para pensar ações que possam mudar a escola, as famílias, as pessoas e o mundo. A escola é um espaço de ensino formal que tem o papel de provocar uma reflexão crítica e transformadora da sociedade, por isso pode contribuir para a diminuição da evasão escolar e das questões que impedem as mulheres de avançarem em suas conquistas e estudos. Por isso, indicamos e sugerimos ações pedagógicas relevantes, para que a escola seja cada vez mais inclusiva e parecida com a cara da EJA.

- Incluir, no plano de aulas, a temática “gênero” para discutir questões como, violência doméstica, empoderamento feminino, papéis sociais e serviços domésticos, sexualidade, feminicídio e outros;
- Propôr a direção da escola a inclusão de palestras e discussões sobre gênero no PPP da escola;
- Distribuir na escola a Lei Maria da Penha para leitura e discussão em sala de aula⁷;
- Discutir na escola o Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres do governo da Paraíba, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) e propor ações mais assertivas quanto às necessidades das alunas. <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/02/I-PLANO-ESTADUAL-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-PARA-AS-MULHERES-DA-PARA%C3%8DBA.pdf>.

⁷ No ano de 2017, realizamos o Projeto Lei Maria da Penha e conseguimos distribuir na escola, a lei Maria da Penha a cada aluno. Por que não havia nenhum exemplar na biblioteca da escola. Naquele ano, adquirimos o material no Centro Estadual de Referência LGBTQIAP+ Luciano Bezerra Vieira. Rua D. pedro I, 558, São José. Campina Grande/PB.

III – DIFICULDADES RELATADAS PELAS ALUNAS

A1. Muitas mulheres que tem filhos e não tem apoio de ninguém tem que dar prioridade aos filhos e acabam deixando os sonhos de lado.

A4. O cansaço do dia-a-dia

A2. Lutar para viver

A3. Dificuldade de deixar meus filhos. Muitas pessoas julgam porque deixo os meus filhos para estudar.

A5. Acho que falta de oportunidades falta de apoio as vezes do companheiro

A6. Trabalhar, estudar, conquistar tudo que nois precisa

A8. A sociedade em si

A7. É terminar os estudos e ter um trabalho digno

A9. Filhos e casamento

A13. Nenhum empecilho

A10. Ser analfabeta, ter filhos cedo e se casar com uma pessoa ciumenta

A17. O tempo

A11. Falta de transporte pois moro muito longe da escola

A19. Ser aprovada

A14. Por muitas vezes a preguiça e a falta de interesse

A12. Dificuldade com os filhos

A15. Estudar para ser alguém na vida

A18. Nenhua nemua

A16. Ela mesma tirar a corrente qua aprende

*as palavras foram escritas da forma como o aluno respondeu ao questionário.



6 – CONTATOS E ENDEREÇOS ÚTEIS PARA DENUNCIAR AGRESSORES

Centro de referência da mulher, Promotoria da Mulher, Defensoria Pública, CREAS, hospitais e maternidades públicas, unidades de saúde da família, grupos de mulheres, associações e ONGs feministas. Maiores informações: (83) 3342-9129

CAMPINA GRANDE

- Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes Rua Pedro I, nº 558, Bairro São José. Campina Grande – PB Telefone: (83) 3342-9129
- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Campina Grande - Rua Raimundo Nonato de Araújo, s/nº, Catolé – CEP: 58.410-163- Telefones: (83) 3310-9343 / 3310-9310

JOÃO PESSOA

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de João Pessoa – Zona Norte. Avenida Dom Pedro II, nº. 853, Centro – CEP: 58.013-420- Telefones: (83) 3218-5316 / 3218-5317
- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de João Pessoa – Zona Sul (Central de Polícia Civil da Paraíba)- Rua Manoel Rufino da Silva, nº 800, Ernesto Geisel. Telefone: (83) 3218-5262
- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cabedelo- Av. Pastor José Alves de Oliveira, nº 357, Monte Castelo – CEP:58.101-082 - Telefone: (83) 3228-6349

BAYEUX

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Bayeux- Rua Pedro Ulisses, nº 211, Centro – CEP: 53.306-210- Telefone: (83) 3232-3339

SANTA RITA

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Santa Rita- Rua Maura Dias Ramos, s/nº, Jardim Miritânia – CEP: 58.300-970- Telefone: (83) 3229-8738

GUARABIRA

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Guarabira- Rua Travessa Ledônio Rodrigues de Bulhões, s/n, Bairro do Cordeiro – CEP: 58.200-000- Telefone: (83) 3271-2986

AREIA

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Sousa- Rua Sandy Fernandes de Aragão, 84-B, Areia – CEP: 58.801-570- Telefone: (83) 3522-6627

PATOS

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Patos- Rua: Elias Asfora, nº 803, Jardim Guanabara – CEP: 58.701-300- Telefone: (83) 3423-2237.

CAJAZEIRAS

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cajazeiras- Rua Romualdo Rolim, nº 636, Centro – CEP: 58.900-000- Telefones: (83) 3531-4481 / 3531-7022

PICUÍ

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Picuí- Rua Coronel Manoel Lucas, nº 102, Centro. Telefone: (83) 3371-2324

MONTEIRO

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Monteiro - Rua Maria da Salete de Almeida Nunes, nº 67, Centro

7 – SEQUÊNCIA DIDÁTICA E ATIVIDADES QUE FORAM REALIZADAS NA ESCOLA (PLANOS DE AULA, TEXTOS E FOTOS)

E por fim, sugerimos aos docentes temas de aulas sobre gênero, páginas do instagram, dicas de leitura, músicas e filmes, como forma de dinamizar as atividades pedagógicas na escola. Esta sequência de aulas foi realizada na E. E. F. M. de EJA Prof^o Geraldo Lafayette Bezerra no ano de 2022, com os alunos da modalidade presencial do Ciclo V e VI. Nesta sequência de aulas, deixamos como sugestão, temas que foram ministrados na turma do presencial da Eja, ciclos V e VI. Nelas dispomos o material que o professor pode usar para iniciar a aula com temas relacionados aos estudos de gênero. Disponibilizamos, também, algumas atividades que foram realizadas na escola como, Projeto Maternidade e Escola (2015), Projeto Lei Maria da Penha (2017), a palestra com a Delegada Renata. Boa aula!



FOTOS DA AULA 1 (CICLO VI)



FOTOS DA AULA 1 (CICLO V)



FICA A DICA



Dica de Filme
As Sufragistas
(2015)

Dica de Instagram:
MOREIRA, Núbia Regina.
Feminismo Negro.
Instagram: @cacs.uesb.
Disponível em: <https://www.instagram.com/cacs.uesb/>

Dica de música:
Unstoppable
Cantora: Sia
Link da música: <https://www.youtube.com/watch?v=m6SMF5u09Dc>
(tradução/legendado)

PLANO DE AULA 1

TEMA: QUESTÕES DE GÊNERO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

OBJETIVO GERAL:

Compreender aspectos preliminares sobre o conceito de gênero na sociologia e como essas questões interferem na trajetória dos estudantes, provocando evasão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Refletir sobre o conceito de papéis sociais e divisão sexual do trabalho
- As dificuldades que as alunas enfrentam são diferentes das dos homens? Porquê?
- Refletir sobre o direito de estudar. Existe algum direito, garantido às mulheres, sendo negligenciado?

Tempo da aula: 45 min.

Conteúdo:

Texto da aula com o tema: Questões de gênero na perspectiva sociológica

Técnica/estratégia:

1º - Leitura do texto. Foi distribuído aos alunos uma folha com o texto da aula (texto no final desta aula), para que todos possam acompanhar.

2º - Apresentação e discussão em torno da figura do texto, perguntando aos alunos: O que acham dessa figura? O que são papéis sociais? Quem realiza as atividades domésticas dentro de casa?

Recursos: Texto impresso para ser lido e discutido em sala de aula, quadro, lápis.

Avaliação/feedback: Através do diálogo e interferência dos alunos, perceber a compreensão quanto ao tema da aula.



FICA A DICA

Dica de livros:

Nascida em 1908, em Paris, **Simone de Beauvoir** é uma das mais influentes autoras e filósofas sobre o feminismo. Obras como "**A Mulher Desiludida**" e "**O Segundo Sexo**" (1949) são fundamentais para repensar não apenas a condição feminina na sociedade, mas todo o estrato que justifica calamidades como, por exemplo, o fato de homens ganharem mais que as mulheres, ou terem os melhores empregos.

Judith Butler é filósofa, nasceu nos Estados Unidos (1956). O livro "**Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**" foi publicado em 1990. Para a autora "gênero" é performativo e deve ser entendido como resultado das práticas sociais e históricas.

TEXTO: QUESTÕES DE GÊNERO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

É muito comum uma mulher quando está grávida ouvir a pergunta: é menino ou menina? Esta pergunta diz muito sobre a definição de papéis sociais que a sociedade constrói baseado no sexo biológico do bebê. A partir daí, planos e projeções serão pensados e definidos como, profissão da pessoa, cor da roupa, personalidade, brincadeiras, casamento. Todos nós seremos inseridos dentro um contexto social, delimitado e concebido a partir dessa definição.



O que é papel social? No campo da ciências humanas e sociais, a sociologia define papel social como as diferentes ações e relações do que se espera que um determinado sexo realize. Existe uma expectativa social sobre um determinado papel de gênero atribuído em relação ao corpo e ao sexo que se naturalizam no cotidiano das pessoas.



Segundo Simone de Beauvoir (1908-1986), no livro *O Segundo Sexo* (1949), “não se nasce mulher, torna-se”. Dependendo do contexto histórico e cultural, ser mulher ou ser homem, terá características diferentes, fruto de uma construção própria do lugar ou da época.

Na divisão sexual do trabalho, também acontece diferenças orientadas por construções históricas e culturais. O papel de subordinação da mulher se estende pela divisão social do trabalho, tendo em vista que geralmente as ocupações femininas são marcadas pela baixa remuneração e pouco prestígio social. O sistema de produção capitalista inclui as mulheres, porém estas encontram-se abaixo na estratificação social em termos de retorno salarial. Além disso, o corte de gênero aumenta a margem de sua exploração, já que muitas daquelas que entram para o mercado de trabalho passam a desempenhar dupla ou tripla jornada: estão sucumbidas pela subordinação no mercado de trabalho, no papel de serviço nas tarefas domésticas e na criação dos filhos.

Bibliografia:

JUNQUEIRA, Marili Peres. *Gênero e Sexualidade, o ensino de sociologia e o*: In: BRUNETTA, Antonio Alberto (Org.) et. al. *Dicionário do Ensino de Sociologia*. 1 ed. Maceió. AL: Editora Café com Sociologia, 2020

BOVAIUR, Simone. *O Segundo Sexo*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



PLANO DE AULA 2

TEMA: DIREITOS E CONQUISTAS FEMININAS**OBJETIVO GERAL:**

Conhecer alguns direitos e conquistas das mulheres através da linha do tempo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Trabalhar a ideia de empoderamento feminino e o desvirtuamento do conceito
 Conhecer os aspectos políticos que envolve o empoderamento feminino
 A conquista de direitos sociais e políticos

Tempo da aula: A aula tem a previsão de tempo de uma aula, 45 min., mas geralmente ultrapassamos. Foram duas aulas.

Conteúdo: Linha do tempo “Conheça a Trajetória das lutas pelos direitos das Mulheres no Brasil”. Disponível em: <https://www.sescrrio.org.br/noticias/assistencia/marco-delas-conheca-a-trajetoria-das-lutas-pelos-direitos-das-mulheres-no-brasil/>

A conquista de direitos sociais e políticos

Tempo da aula: A aula tem a previsão de tempo de uma aula, 45 min., mas geralmente ultrapassamos. Foram duas aulas.

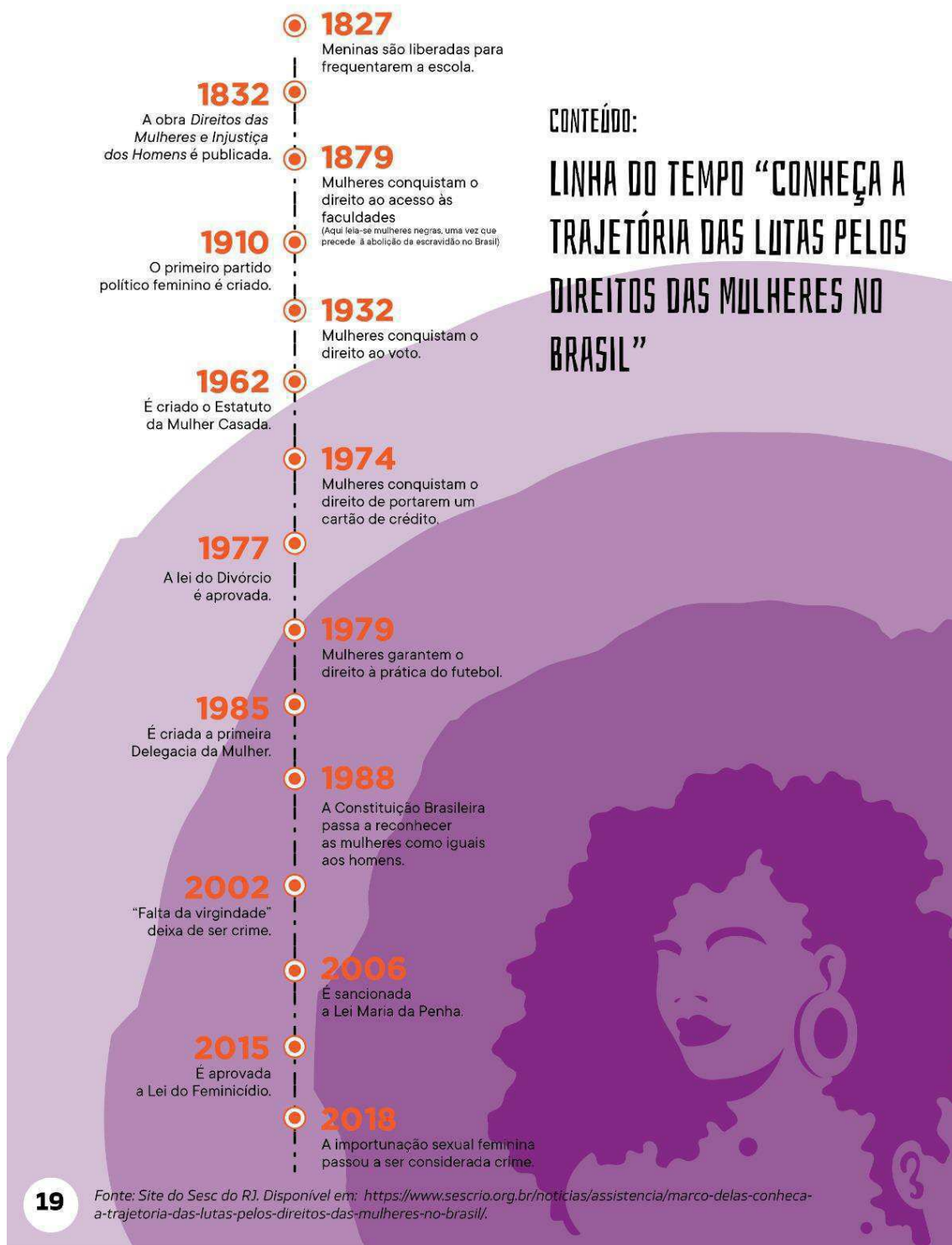
Conteúdo: Linha do tempo “Conheça a Trajetória das lutas pelos direitos das Mulheres no Brasil”

**FICA A DICA****Dica de texto:**

TILIO, Rafael De: **Teorias de gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporânea.** GÊNERO | Niterói | v.14 | n.2 | p.125-148 | 1sem.2014
 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31193/18282>

Dica de site:

O site “**Gênero e Educação**” disponibiliza planos de aula para professores que queiram trabalhar essa temática. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/mude-sua-escola-tipo/materiais-educativos/plano-de-aula/>. Acesso em: 24 de out. 2022



TÉCNICA/ESTRATÉGIA

1º - No primeiro momento da aula usamos a linha do tempo para conhecer direitos e conquistas históricas femininas. Para fundamentar teoricamente esse assunto usamos o texto de Ducielly Almeida “A Lei Maria da Penha e os tipos de Violência contra a mulher”. ???

2º - No segundo momento trabalhamos o conceito de empoderamento feminino

3º - Por último, ouvimos relatos dos alunos sobre violência doméstica e abrimos para discussão. Alguns relatos de violência doméstica, contados pelas alunas, foram registrados no diário de campo.

Recursos:

Quadro branco

Papel ofício em branco, com a frase: “Empoderamento Feminino”. Nesta folha os alunos foram convidados a dizerem com uma palavra ou frase o que eles achavam ou o que significava “empoderamento feminino”. O resultado dessa atividade foram as seguintes expressões:

Empoderamento feminino:

Avaliação/Feedback: A interferência dos alunos durante a aula e o diálogo, se constitui num momento especial para o processo avaliativo. Procurei perceber a compreensão e a discussão quanto ao tema durante a aula.

Bibliografia:

PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES. ONU Mulheres Brasil e Pacto Global Rede Brasil, 2017. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso em 21 de nov. de 2022

ALMEIDA, Ducielly. A Lei Maria da Penha e os tipos de Violência contra a mulher. In: E-Book, Maria da Penha vai à Escola. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-2017maria-da-penha-vai-a-escola2017-ja-esta-disponivel-para-download>. Acesso em 05/jan. 2022

7 – ATIVIDADES REALIZADAS NA ESCOLA

7.1 – PALESTRA COM A DELEGADA RENATA ALMEIDA SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ANO 2017)



7.2 PROJETO LEI MARIA DA PENHA

Mural da escola

Através da palestra e do mural os alunos puderam ter acesso às informações quanto às diversas formas de violência doméstica.



7.3 – PROJETO DE INTERVENÇÃO “MATERNIDADE E ESCOLA”⁸ REALIZADO EM 2015

O Projeto “Maternidade e Escola” teve como objetivo geral conhecer a história de vida das estudantes, dificuldades e desafios para estudar e a biografia de Raquel de Queiroz, uma mulher nordestina que se destacou na literatura nacional.

⁸ Como parte da metodologia aplicada neste projeto pedimos que os próprios alunos tirassem fotos destacando mães e pais cuidando dos filhos no ambiente escolar para posterior discussão em sala de aula

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Antônia Vitória S. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980
- BLAY, Eva Alterman. Trabalho Industrial x Trabalho Doméstico. A Ideologia do Trabalho Feminino. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, 1975
- COSTA, Suelly Gomes. **Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva**. *Revista estudos feministas*, v.10, 2002 <https://www.scielo.br/j/rtref/a/VBKhCW36VZhsMjVx9pjZF9r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 de fev 2023
- DELGADO, Andréa Ferreira. **Cora Coralina: a Poética do Sabor**. Ilha - Revista de Antropologia. - Florianópolis, v. 4, n. 1, 2002, p. 59 -83. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15031#~:text=Resumo,%2C%20transformada%20em%20mulher%2Dmonumento>. Acesso em 17 de jan de 2023
- FERREIRA, A. T. B. **Le e escrever também é uma questão de gênero**. In: LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. D. **Desafios da educação de jovens e adultos** – Construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 71-88
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- LINS, Márcia Borba. SARTORI, Mirian Caldeira. **A lei Maria da Penha e as escolas do Distrito Federal**. In VIZA, Ben-Hur; SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Amanda Kamanchek Lemos ... [et al.] – Brasília: TJDF, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download>. Acesso em 05/ jan. 2022
- OXFAM BRASIL, 2020. **Tempo de Cuidar**. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil, 2020. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em 25 de jun. 2022
- PARAIBA, Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana - SEMDH. Guia da rede de enfrentamento e atendimentos a violência doméstica e sexual. 2021. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/anexos/2021/04/guia_da_rede_de_enfrentamento_e_atendimento_a_violencia_domestica_e_sexual_1-1.pdf. Acesso em 01 de fev. 2023
- SAFFIOTTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2022
- SOARES, T. M. et. Al. Fatores Associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.
- TELLES, Lygia Fagundes. **Mulher, Mulheres**. História das Mulheres no Brasil/Mary Dell Priore (org.) 7ª Ed - São Paulo: Contexto, 2004. p. 569.
- VIEIRA, Maria C. CRUZ, Karla Nascimento. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos. UFSM, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/20116>. Acesso em: 07 de ago. 2021.
- VIZA, Ben-Hur; SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Amanda Kamanchek Lemos ... [et al.] – Brasília: TJDF, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download>. Acesso em 20/06/2022.

AUTORA**JEANE NORONHA DO CARMO**

Licenciada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em Sociologia (2002),

Mestranda, na mesma área, pela UFCG (2023). Atualmente é professora efetiva do ensino médio da Rede Estadual da Paraíba (Secretaria Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia).

Contato: jeanelariz45@gmail.com

DESIGNER**EFRAIM ÁDONIS DOS SANTOS CARLOS**

Bacharel em Design pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2009). Atuou em várias agências de publicidade e como consultor em design para diversas empresas do Nordeste.

Atualmente é designer independente desenvolvendo marcas, embalagens e material gráfico para diversos segmentos.

Site: www.efras.com.br

Contato: contato@efras.com.br

A P O I O



REFERÊNCIAS

- ACORDI, Daiana da Rosa. **Da Chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal**. A Formação da leitura no Brasil. Estudos Feministas. Florianópolis. 2007. 374 LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina.
- ALVES, Yasmin Cardoso. **Trajetória de Vida de Mulheres da EJA: o papel da escola no empoderamento feminino** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199212>. Acesso em 25 de jun. de 2021
- ARANHA, Antônia Vitória S. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. In: Trabalho & Educação. Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, nº 12. Jan/junho – 2003
- ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos - um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: (ORGS.) S. E. A. Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. BASTOS, L. C. Traça
- _____. **A Educação de Jovens e Adultos em Tempos de Exclusão** In: Construção coletiva: contribuições à Educação de Jovens e Adultos. - 2. ed. - Brasília: Unesco, Mec, RAAAB, 2008, 362 p. (Coleção educação para todos; 3)
- _____. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** Revista de Educação de Jovens e Adultos. v. 1, n. 0, p. 5-19, ago. 2007
- _____. **Formar educadoras e educadores de Jovens e Adultos**. Soares, Leôncio Formação de educadores de jovens e adultos / organizado por Leôncio Soares — Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
- _____. **FRACASSO-SUCESSO: O PESO DA CULTURA ESCOLAR E DO ORDENAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. In: Educação Básica: A construção do Sucesso Escolar. INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. Em Aberto: Órgão de Divulgação Técnica do Ministério da Educação e do Desporto. Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992
- ARRUDA, Silvana de Lima. **TRAJETÓRIAS DE VIDAS DE MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**. Monografia UFPB, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1235>. Acesso em 01 set. 2022.
- BARBOSA, Ana Rita. **As Repercussões da Educação de Jovens e Adultos - EJA na vida de mulheres no Município de Barra de Santana - PB**. UFCG. Campina Grande, 2013.

- BARRETO, Maria Claudia dos Santos. Trajetórias de Mulheres da e na Eja e seus enfrentamentos às situações de violências. UFBA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33765>. Acesso em: 30 de março de 2023
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória. MOURÃO, Luciana. **PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO MERCADO DE TRABALHO E NA SOCIEDADE**. Revista Psicologia e Sociedade. 2018 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>. Acesso em 22/08/2022.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980
- BISSOLI, S.C.A: EVASÃO ESCOLAR: o caso do Colégio Estadual Antônio Francisco Lisboa. Disponível em: <http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/apdf>
- BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro** / Lindomar Wessler Boneti. 4. ed. rev. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2018.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O Professor Pesquisador**. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI. Afrânio (Org.). Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 40-64
- BLAY, Eva Alterman. **Trabalho Industrial x Trabalho Doméstico. A Ideologia do trabalho Feminino**. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, 1975
- BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais** para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988/art_5_.asp. Acesso em 20 de agosto. 2017
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Educa Jovens. Conheça o Brasil. População. Educação. IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres>. Acesso em 08/09/2022.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em 13 de fev 2023

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p. : il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_da_paraiba_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. xx p. : il. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_da_paraiba_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em 29 mar. 2022

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA**. A Lei N.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394/20, de dezembro de 1996**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em 30 de mar. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n. 11/2000. Brasília: CNE: MEC Maio. 2000.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003

BUENO, André. EducArte. **A educação chinesa na visão confucionista**. 2011. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:F-WA-6kaS8IJ:https://www.academia.edu/1439632/EducArte_a_Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o_Chinesa_numa_vis%25C3%25A3o_confucionista&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 22 de fev. 2023

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e Subversão da Identidade**. 13ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMARGO, P. S. A. S.; VOIGT, L. P.; ALMEIDA, M. F. **Percepções docentes sobre as relações de gênero, os processos de escolarização e a formação docente na EJA**. Revista EJA em Debate, Instituto Federal de Santa Catarina, ano 5, n. 8, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2114>

CARNIEL, Fagner. **Materiais Didáticos, O ensino de Sociologia e os**: In: Brunetta, Antônio Alberto (org.) et al. Dicionário do Ensino de Sociologia / Organizadores: Antonio Alberto Brunetta, Cristiano das Neves Bodart e Marcelo Pinheiro Cigales; Prefácio de Carlos Benedito Martins. – 1. ed. Maceió, AL. : Editora Café com Sociologia, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021

CASTELLS, Manuel. **O Fim do Patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação**. In: O Poder da Identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTRO, A. M.; PAIXÃO, C.; PEREIRA, G. C. (2022). **Educação transgressora e feminismo**. *Abatirá - Revista De Ciências Humanas E Linguagens*, 3(5), 474 - 493. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/14442> (2022, p. 482)

COSTA, Joana et. al. **Gravidez na Adolescência: conciliação de Vida familiar, estudo e Trabalho dos Jovens em Recife**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-2021. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 06 set. 2022

COSTA, Suely Gomes. **Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva**. *Revista estudos feministas*, v. 10, 2002
<https://www.scielo.br/j/ref/a/VBKhcW36VZhsMjVx9pjZF9r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 de fev 2023

COVID-19, ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E DESAFIOS PARA AS CANDIDATURAS DE MULHERES Fonte:http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe3.pdf

CRUZ, Veida Allegra de Ribeiro, CRUZ, Neilton Castro da. **Mulheres e EJA: Os desafios e as condições de ser mulher e estudante na educação de jovens e adultos**. ABATIRÁ - REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGENS Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII V1:: n.2 Jul : Dez :: 2020. p. 1- 754. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/9609>. Acesso em 04 set. 2022

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século Edições, 1999.

DELGADO, Andréa Ferreira. **Cora Coralina: a Poética do Sabor**. Ilha - Revista de Antropologia. - Florianópolis, v. 4, n. 1, 2002, p. 59 -83. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15031#:~:text=Resumo,%2C%20tr ansformada%20em%20mulher%2Dmonumento>. Acesso em 17 de jan de 2023

DELORS, Jacques e outros. **Educação: um tesouro a descobrir** – 5 eds. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

Educação. Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, nº 12. Jan/junho – 2003
EVARISTO, Macaé. **Abandono e Evasão Escolar**. 3:36 min. Youtube, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eYLi_4p7b2E&t=340s. Acesso em 28 de jan. 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36ª ed. – São Paulo: Paz & terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. **A Sombra desta Mangueira.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2011

FARIAS, Humberto Vieira. **Os cursos semipresenciais e o reencontro de jovens e adultos com a educação básica - UFPB.** João Pessoa, 2015

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência Doméstica Durante a Pandemia de Covid-19.** São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/tag/violencia-domestica/>. Acesso em: 30 de jun. de 2021

FERNANDES, Florestan. **O Ensino de Sociologia na escola secundária brasileira.** In: A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 105-120.

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 28, n.76, p.333-355, set./dez. 2008

FERREIRA, A. T. B. Ler e escrever também é uma questão de gênero. In: LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. D. **Desafios da educação de jovens e adultos – Construindo práticas de alfabetização.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 71-88

FERREIRA, Maria José de Resende. **Educação profissional técnica e escolarização feminina: entre o silêncio e a interdição.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, 14p. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8529/1/tese_11460_Tese%20-%20Maria%20Jos%C3%A9%20de%20Resende%20Ferreira.pdf . Acesso em 08 de out. de 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 36ª ed. – São Paulo: Paz & terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREITAS, Marcel de Almeida. **Resumo do livro: Butler, J. (2016). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Revista Angolana de Ciências. Publicação Arbitrada, Semestral. Vol.3. No.1 . Ano. 2021. (Janeiro-Junho). Disponível

em: <http://publicacoes.scientia.co.ao/ojs2/index.php/rac/article/view/150>. Acesso em: 25 de nov. de 2022.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**/Anthony Giddens; tradução Sandra Regina. Netz. - 4 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2005

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia e SILVA, Alcina Maria Testa Braz da. **A FORMAÇÃO EDUCACIONAL NA EJA: DILEMAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**. *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.* [online]. 2015, vol.17, n.3, pp.749-767.

Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1983-21172015000300749&script=sci_abstract. Acesso em: 27 de fev. 2023

GOVERNO DA PARAÍBA. **GUIA DE ORIENTAÇÕES GERAIS DA EJA**. SEECT. Disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/guias-de-orienta%C3%A7%C3%A3o/educa%C3%A7%C3%A3o-de-jovens-e-adultos>. Acesso em 14 de nov. de 2022.

HADDAD, Cristhyane Ramos. *et al.* OS MOTIVOS DA EVASÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA FICA. PUCPR, X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, Curitiba, 2011.

HADDAD, Sérgio. DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação. 2000, nº 14. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221

HILL COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019 [recurso eletrônico].- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. xx p. : i (p. 32)

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ...[et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.Janeiro: Civilização Brasileira, 2021

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares. As razões do improvável**. São Paulo: Editora Ática, 1997

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. - São Paulo: Atlas 2003

LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar,1986

LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa. O neo,liberalismo em ataque ao ensino público Christian Lavam. trad. Mana Luiza M. De Carvalho e Silva, Londrina: Editora Planta,2004

LINS, Márcia Borba. SARTORI, Mirian Caldeira. **A lei Maria da Penha e as escolas do Distrito Federal.** In VIZA, Ben-Hur; SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;** Amanda Kamanchek Lemos ... [et al.] – Brasília: TJDFT, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download>. Acesso em 05/ jan. 2022

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula.** In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MACHADO, M; QUADROS, R; TOMÉ, D. **A educação feminina durante o Brasil colonial.** Anais da Semana de Pedagogia da UEM. Volume 1, Número 1. Maringá: UEM, 2012. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1053869/a-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina-durante-o-brasil-colonial>. Acesso em 28 de dez. 2021

MACHADO, M; QUADROS, R; TOMÉ, D. **A educação feminina durante o Brasil colonial.** Anais da Semana de Pedagogia da UEM. Volume 1, Número 1. Maringá: UEM, 2012. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1053869/a-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina-durante-o-brasil-colonial>. Acesso em 28 de dez. 2021

MARAGON, Davi. LAHIRE, Bernard, Homem plural: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes: 2002.

MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S. F. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 26. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

MORAES, Adriana Zomer de. CRUZ, Tânia Mara. Estudantes de Engenharia: Entre o empoderamento e o binarismo de gênero. Cadernos de Pesquisa. v. 48, n. 168, 2018

NASCIMENTO, Adriana Farias do. **O jogo didático no ensino de sociologia como potencializador no processo de ensino-aprendizagem para os alunos surdos e ouvintes através da mediação na educação de jovens e adultos.** / Adriana Farias do Nascimento. - Sumé - PB: [s.n], 2020.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine e LISBOA, Teresa Kleba. **As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha.** Caderno PAGU, vol. 61, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/RG7ztXs7b8MZRRGGHTV9yFsy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 de agos. 2021

OLIVEIRA, Dalila Andrade. CLEMENTINO, Ana Maria. **As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região**

Nordeste. Revista Iberoamericana de Educación [(2020), vol. 83 núm. 1, pp. 143-162] - OEI. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/index>. Acesso em: 21 de nov. de 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 07 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Brasília, DF. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>. Acesso em: 15 de out. de 2022

OXFAM BRASIL. 2020. **Tempo de Cuidar.** O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil, 2020. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em 25 de jun. 2022

PALÁCIOS, Keila Cristina Medeiros, REIS, Maria das Graças Fernandes de Amorim dos, GONÇALVES, Josiane Peres Gonçalves. **A Mulher e a Educação Escolar: um recorte da EJA na atualidade.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 104-121, set./dez. 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:IVjJ5iPJ25EJ:https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/download/39169/pdf/170279+&cd=19&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 08 abr. 2022

PARAÍBA. (Estado). Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. Diretrizes Operacionais das escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba. João Pessoa: Governo do Estado, 2021.

PARAÍBA. SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA. **I Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres.** p. 11, João Pessoa. 2012. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2016/02/I-PLANO-ESTADUAL-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-PARA-AS-MULHERES-DA-PARA%C3%8DBA.pdf>. Acesso em: 29 de junh. de 2021

PASINATO, Wânia. **Feminicídios e as mortes de Mulheres no Brasil.** Unicamp, 2011.

PASINATO, Wânia. LEMOS, Amanda Kamanchek. **Lei Maria da Penha e Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.** Parte I, cap. 1, p. 11 – 23. In: Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher / Bem-Hur Viza, Mírian Caldeira Satori, Valeska Zanello. Org.: Amanda kamanchek Lemos...[et al]. Brasília: TJDFT, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download>.

PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932>. Acesso em 28 de mar 2023

PEDRALLI, Rosângela. CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. **Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita**. RBLA, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 771-788, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/vZWw6znGkH6cFMcCPP354RG/?lang=pt>. Acesso em 23 de fev. 2022.

PERES GONÇALVES, J.; DE OLIVEIRA ROCHA, L. . **RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: as imagens dos livros didáticos reforçam ou desconstruem os estereótipos de gênero?**. Revista Exitus, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e022053, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1874. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1874>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e Sexualidade**. In História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org.). 7ª ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

RETRATO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et. al]. 4ª edição - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

RIBEIRO, Ana Paula. **O Estado da Arte em Gênero – Mulher - Em educação no Estado de São Paulo**. Rio Claro, UNESP 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136608/000860403.pdf?sequence=1>. Acesso em 09 de ago. 2021.

RODRIGUES, Grygena Targino Moreira. **O ensino de Sociologia na escola pública de João Pessoa: formação docente e estratégias didáticas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Campina Grande, 2020.

ROSA, Cristiano Eduardo; FELIPE, Jane. **Mulheres Estudantes da EJA e o retorno aos estudos: uma história de maus-tratos emocionais**. In: RIBEIRO, Joyce O.S. Vilma N. de. FERNANDES, Maria Vitória Carrera - (Orgs). Identidades: sujeitos e espaços outros – Porto Alegre, RS, Editora FI, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201411/001105722.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 de jul. de 2021

ROSEMBERG, Fúlvia. AMADO, Tina. **Mulheres na escola**. Caderno de Pesquisa. São Paulo, nº 80. 1992. Disponível em:

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, Ana Pereira dos. **Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em uma Delegacia**. Universidade Federal de Viçosa, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie>

wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1598007. Acesso em: 07 de ago. 2021.

SANTOS, Geovânea Lúcia dos. **Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA**. Revista Brasileira de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. 2003

SARTI, C. A. (2003a [1996]). **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres** (2a ed. rev.) São Paulo: Cortez

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 25 de jun. de 2021

SILVA, A. F. et al. (2019). **A política educacional para a educação básica no estado da Paraíba** (2011-2018). In:... (Relatório de Pesquisa/2019).

SILVA, A. R. Mulher na EJA: Uma Análise da 'diferença' na Educação de Jovens e Adultos do Município do Rio de Janeiro. In: _____. Fazendo Gênero 7. Florianópolis: UFSC, 2006

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **Prática discursiva de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência de educação popular**. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Kallyne Lygia Ferreira da. **Educação Compensatória na EJA: a concepção docente sobre o Projeto Filhos da EJA em escolas municipais de João Pessoa - PB** / Kallyne Lygia Ferreira da Silva. João Pessoa, 2020.

SOARES, T. M. et. Al. Fatores Associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira. NERY, Inês Sampaio. **As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres**. Rev. Katálysis. Florianópolis, n. 19, v. 2, p. 241-250, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gB7pv6YDJgSBymNX5yyMfJj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 de mar. de 2022.

TELLES, Lygia Fagundes. **Mulher, Mulheres**. História das Mulheres no Brasil/Mary Dell Priore (org.) 7ª Ed - São Paulo: Contexto, 2004. p. 569.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1987.

UNESCO, **Educação de Adultos. Declaração de Hamburgo. Agenda para o futuro. V Conferência Internacional de Educação de Adultos.** CONFINTEA V (1997), Brasília, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114_por. Acesso em 14/09/2022

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação 2020.** América Latina e Caribe. Inclusão e Educação: Todos, sem exceção. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375582>. Acesso em 10 de mar. de 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira. UNBEHAUM, Sandra. **O Gênero nas Políticas Públicas de Educação no Brasil: 1988 - 2002.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KT99NbZ5MFVHHmSm4kwRVGN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 07 de nov. de 2022.

VICROVSKI, Alessandra Kátia A QUESTÃO DE GÊNERO NA BASE NACIONAL COMUM CURRÍCULAR: Percepções dos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental de uma cidade da Região do Alto Uruguai / RS /Alessandra Kátia Vicrovski. -- 2020

VIEIRA, Maria C. CRUZ, Karla Nascimento. **A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos.** UFSM, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/20116>. Acesso em: 07 de ago. 2021.

VIOLÊNCIA Contra a Mulher. Direção e produção: Lia Levin e Jacob Shar. Federação Israelita SP, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qLmVqycU14g>. Acesso em 03 de ago. 2021

VIZA, Ben-Hur; SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Maria da Penha vai à Escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher;** Amanda Kamanchek Lemos ... [et al.] – Brasília: TJDFT, 2017. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2017/abril/e-book-201cmaria-da-penha-vai-a-escola201d-ja-esta-disponivel-para-download>. Acesso em 05/ jan. 2022

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. **Educação não escolar: gênese de um novo modo de educar.** 2016. Disponível em: https://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo9/143.pdf. Acesso em 25 de set. de 2022

ANEXO 1:**QUESTIONÁRIO DAS ALUNAS**

Convido você a participar de uma pesquisa de mestrado sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam para estudar e concluir o ensino médio. Não se preocupe, suas informações pessoais não serão compartilhadas nominalmente.

1. E-mail *

2. Data de nascimento: *

3. Estado civil:

Casada

Solteira

Divorciada

Viúva

Outro

4. Você trabalha fora do ambiente doméstico?

Sim

Não

5. Você conhece alguém que desistiu dos estudos porque tinha que trazer os filhos para escola?

Sim

Não

6. Quantos anos ficou afastada da escola?

1 a 5 anos

6 a 10 anos

11 a 15 anos

Outro

7. Você tem filhos?

Sim

Não

8. Você traz os filhos para escola? Se sua resposta for “sim”, escolha um dos motivos ou escreva outro.

Meu companheiro obriga a trazer os filhos

Tenho medo da violência

Não tenho uma pessoa de confiança para deixar

Outro:

9. Qual motivo levou você a afastar-se da escola? *

Violência urbana

Notas baixas

Ajudar nas tarefas domésticas

Meu companheiro tinha ciúmes de mim

Necessidade de trabalhar fora

Violência dentro de casa

Outro:

10. Já sofreu violência doméstica? *

Sim

Não

11. Se sua resposta anterior foi "sim", qual desses tipos de violência? *

Violência física

Violência psicológica

Violência matrimonial

Violência sexual

Violência moral

Nenhuma alternativa

12. Por que você resolveu voltar a estudar? *

Preciso do certificado de conclusão do ensino médio

Preciso trabalhar e sustentar a família

Quero estudar e concluir meus estudos

Todas as alternativas

13. Quem é responsável pelas atividades domésticas em sua casa? *

14. Qual sua jornada de trabalho semanal? *

até 20h semanais

30h semanais

40h semanais

outro

15. O que mais te motivou a se matricular na EMEF EJA Geraldo Lafayette Bezerra? *

Vontade de concluir o ensino médio

Necessito do certificado para continuar no emprego

Necessito do certificado para buscar emprego melhor

Para tentar entrar na universidade

Ocupar o tempo de forma significativa

Outro

16. Em termos de educação, qual seu maior sonho? *

17. Quais são, em sua opinião, os empecilhos na vida de uma mulher para realizar seus sonhos?

18. O que educação representa para você? *

Minha independência financeira

Vencer na vida

Liberdade

Ter conhecimento

Outro:

ANEXO 2.**QUESTIONÁRIO DA GESTÃO**

Convido você, gestor (a) ou da equipe técnica, a participar de uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo compreender as dificuldades que as alunas têm para concluir o ensino médio, provocando evasão escolar.

1. Quantos alunos matriculados na escola em 2021?
2. Quantas mulheres estão matriculadas na EJA?
3. Qual área de atuação na gestão da escola?
4. Quanto tempo na gestão?
5. Em sua opinião, qual seria a maior dificuldade das alunas para concluir o ensino fundamental e médio?
6. Quais ações a SEEC tem desenvolvido para evitar evasão escolar das alunas?
7. Existe algum ofício pedindo à polícia militar proteção à escola e aos alunos, como medida preventiva a violência em torno da escola?
8. Conhece alguma aluna que já sofreu violência doméstica?
9. Em sua opinião, quais são os motivos que podem levar uma aluna a se evadir da escola?
 - a. Violência doméstica
 - b. cuidar de um parente
 - c. Trabalhar
 - d. Doença
 - e. Dificuldades no estudo
 - f. Violência urbana
 - g. outro

10. Gostaria de relatar alguma experiência, das alunas, que chamou sua atenção sobre evasão escolar ou motivos que a levaram a afastar-se da escola?